

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-CDS
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
JUNTO A POVOS E TERRITÓRIOS TRADICIONAIS**

MÁRIO NICÁCIO

kazuwaytapkar Wizei na'ik amazad wizei Manoá-Mariwed ii:

Maxaapainhau durutan pawazii aimeakan diri'ikiz

Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Manoá -Pium:

Estratégias para implementação



**Brasília
Agosto 2019**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-CDS
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
JUNTO A POVOS E TERRITÓRIOS TRADICIONAIS**

MÁRIO NICÁCIO

kazuwaytapkar Wizei na'ik amazad wizei Manoá-Mariwed ii:

Maxaapainhau durutan pawazii aimeakan diri'ikiz

Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Manoá-Pium:

Estratégias para implementação

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais.
Professor Orientador: Dr. Alessandro Roberto de Oliveira.

**Brasília
Agosto 2019**

Nicacio, Mario

**Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Manoá -Pium:
Estratégias para implementação.** / Mário Nicácio

Brasília, 2019.

118 p. : il.

Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável.

Universidade de Brasília, Brasília.

1. Terra Indígena. 2. Gestão Territorial e Ambiental. 3. Povos Indígenas. 4.
Implementação e monitoramento das Políticas Públicas.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias, somente para propósitos acadêmicos e científicos. O (a) autor (a) reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta Dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do (a) autor (a).

Assinatura

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-CDS
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
JUNTO A POVOS E TERRITÓRIOS TRADICIONAIS**

MÁRIO NICÁCIO

kazuwaytapkar Wizei na'ik amazad wizei Manoá-Mariwed ii:

Maxaapainhau durutan pawazii aimeakan diri'ikiz

**Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Manoá -Pium:
Estratégias para implementação**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Desenvolvimento Sustentável como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais.

Banca Examinadora:

Professor Dr. Alessandro Roberto de Oliveira

Orientador: Membro interno vinculado ao programa Centro de Desenvolvimento Sustentável

Professor Dr.(a) Stéphanie Caroline Nasuti

Examinadora: Membro interno vinculado ao Programa Centro de Desenvolvimento Sustentável

Professor Dr.:(a) Stephen Grant Baines

Examinador: Membro externo não vinculado ao programa – Departamento de Antropologia

Professor Dr.:(a) Ana Tereza Reis da Silva

Examinadora: Membro interno vinculado ao programa (suplente) – Departamento de Teoria e Fundamentos

Este trabalho é dedicado à minha eterna mãe Rosinha Nicácio e meu Pai Antônio Farias, Grandes incentivadores para minha formação indígena.

Gratidão

Esta dissertação só foi possível acontecer porque contei com apoio e colaboração de muitas pessoas e instituições. Usando a escrita com tinta preta a ser impressa em papel, faço aqui um infinito agradecimento a todos que ajudaram direta ou indiretamente a concretização deste sonho Wapichana e Macuxi.

Agradeço aos meus pais Rosinha Nicacio, Wapichana, e Antônio Farias, Macuxi, pelo incentivo em continuar o estudo. Amplio esse agradecimento aos meus queridos irmãos Junior, Rosiane, Mailton e Raniel.

À orientação acadêmica do professor Dr. Alessandro Roberto de Oliveira, conhecido do povo Wapichana no estado de Roraima, sua sensibilidade, paciência e rigor foram importantes na condução dos passos da caminhada de um líder Wapichana, vindo direto da comunidade indígena para o campo de formação técnica na temática de gestão de territórios.

Ao Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais-MESPT, e aos professores (as) que me ajudaram na minha formação no período presencial e em alternância. À professora Dra. Monica Nogueira, professora Dra. Ana Tereza Reis da Silva e Antônia Roberta pela ajuda com os trâmites burocráticos. Aos (as) professores (as) Dr. Henyo Barretto, Dra. Stephanie Caroline Nasuti, Dr.Sergio Sauer, Dr. José Pimenta e Dra. Janaína Diniz pela leitura e apontamentos ao meu projeto de dissertação. Sem esses ensinamentos a dissertação não seria tão bem elaborada. Agradeço também aos outros professores (as) com quem tive oportunidade de aprender sobre curso com foco na sustentabilidade e gestão.

Aos amigos de mestrado, Edson, Evelyn, Shatsi, Elisamar, Rosilda, Maria Aparecida, Dadiberto, Valeria, Tiago, Elionice, Lucimara, Andre, Lilian, Rubens e Daniele pelo companheirismo e troca de experiências com informações e conhecimentos de acordo com a realidade de seus territórios e desafios que enfrentam todos os dias.

A grande amiga Sineia Wapichana pelas inúmeras reflexões sobre Plano de Gestão Territorial e Ambiental nas terras indígenas em Roraima. Agradeço a grande família do Conselho Indígena de Roraima pela oportunidade em colocar no papel as experiências vivenciadas. Sou muito grato à confiança da nova coordenação do CIR, Enock Taurepang, Edinho Macuxi e Maria Betânia Macuxi. O apoio de vocês foi essencial no desenrolar deste trabalho. Ao consultor e gestor territorial indígena

Alexandre Apolinario por compartilhar a experiência de contribuir na elaboração do Plano de Gestão, oportunizando a habilidade indígena em poder ajudar outras comunidades. Ao senador Telmario Mota, ao motorista Tião, ao amigo de troca de ideias Juscelino Pereira, ao amigo de críticas Jose Pinho pela recepção em suas residências, café e incentivo para poder continuar no mestrado. Agradeço às instituições IEB, IPAM, FUNAI, MMA, pela parceria com que contribuíram com informações e apoios necessários para chegar até Brasília. E aos meus eternos amigos(as) da Coordenação da COIAB, Nara Baré, Ângela Katxuyana e Sitbro Xerente pela ajuda importante em encorajar a ida e permanência nas aulas presenciais mesmo tendo tantas atividades na Amazônia. Ao in memóriam tuxaua Palmiro pela proteção espiritual e ajuda com informações e conhecimentos.

Na terra indígena Manoá-Pium, agradeço aos tuxauas, Senhora Elisângela da Comunidade Cachoeirinha do Sapo, Vandenha do Pium, Ignácio de São João, Jorge do Cumarú, Jhonin do Manoá e Sidney de Alta Arraia. Ao coordenador regional Senhor Clovis Ambrósio pelo reconhecimento e autorizar a minha ida para fazer o mestrado com a certeza de ajudar a região Serra da Lua. Aos amigos professor Daniel Bampi, Lucas Lima e Sarlene Macuxi pela disponibilização de materiais para pesquisa, comentários sobre dissertação e diálogo sobre os povos e territórios de Roraima. A deputada e Dra. Joenia Wapichana, Telma Marques, Mayra Wapichana, Leia Wapichana e Martinho Alves pela disponibilidade de tempo de buscar informações sobre a minha situação no curso de mestrado e ter sem medir esforço ajudado com informações e orientações técnicas e até contribuído com ajuda financeira para garantir a minha presença nas aulas presenciais em Brasília. Ao amigo, professor Simão Wapichana, pela ajuda na tradução do resumo para minha língua materna Wapichana. E a amiga Chloe pela ajuda na tradução do resumo em curto tempo para para a língua inglesa.

A companheira Neiliany Beatriz Neubert de Melo, por ter me proporcionado desde o início do curso uma importante contribuição, além das dicas, encorajamento e orientação em toda trajetória de construção deste trabalho histórico para mim e aos povos indígenas de Roraima, principalmente para minha comunidade Pium e Terra Indígena Manoá-Pium.

E principalmente a mim, por ter me mantido firme e buscado todas as forças para dar conta do trabalho, estudo, pesquisa, família e ao povo indígena na Amazônia,

por nunca perder a esperança e sempre acreditar no meu potencial, assim como lutar pelo melhor no caminho mais difícil encarado desde o meu nascimento.

Ao Mehin MakusiWapichan, filho querido que nas dificuldades me encorajava, com o convite para passeios no sentido de esquecer os problemas e buscar ideias para seguir em frente com este trabalho. Que cada passo dado seja feito lentamente mais firme!

DYSUDIDKAU

Wryy' y kaydinkizei saadkau baukupatkary dia'ana'u kuwininhau aichapan dia'an na'ik inmaxaapayzun kadyz tumkau baukuptinkary dia'an, aiapkary wryy' y aichapkary maxaapan kakypy ysaadimpen dia'an kaipa'a maxaapainhau di'itimpem kai na'ik kuwininhau maxaapan wizei dia'a, mazan kuwichipainhau tuminpem insaadan paparadan. wryy' y ditinhapkary na'ik kazannatkary pawa'azii aimeakan takau amazad tykapkau aimekan kawan pixaytayzu nau na'ik aichapkary urudnaa aizii tykii atadapkau unkuwadan ungary AIMEAKAN KAWAN, na'ik kaipa'unii isaadinpen maxaapkary kawan at pauribei aka kawan ipei aunytapkar mabuzakninkar dia'an kaimenaimen wryy' y amazad kasanatkau kuwichpainhau wairibennau aichapainhau na'ik pakawan wryy' y idakutkary Ditinhapkar kazuwaytapkar Wizei na'ik amazad wizei Manoá-Mariwed ii, saadkau Kayzad ii wauitianap Ruraim ii na'ik wadurutkiz wanytpan dia'an wairibennau maxaapainhau durutan pawazii aimeakan diri'ikiz. Dykytkar amazad tuminhapkizei ii bayda'apatkary suu Manoá- Mariwed amazadat ati'u, kawiziinhau aunytapkau wryy' y saadinpe'uraz wynau dian Wapichannau na'ik Macuchinhau maxaapauraz mazad sakadinhandun idykytkau baraz na'ik kanuk Ruraim ii, karaiwe wiiz ii na'ik Guiana ikinhau. Wryy' y kywai urudnaa saadkau ipei kamaxaapanyinau kuwadan kaunati'u mabuzak manawyn inakinhan maxaapainhau wryy' y wizai ii amazad Manoá- Mariwed ii. Wryy ditinhapkar aiapakary pakawan karich saadkau amazad dykytkau maxaapainhau at. Wapichannau na'ik Makuchnau maxaapkiz pakawan naik in aichapkiz pamaxaapan kai pakaiwen dia'an amazad inaichapkiz kaimenaimen pawiz itukun dykytkau kawanat. Amazad dykytkau dayna'an ina'ak dyri'i aimeakan uiau, amazad dan na'ak kau, amazada dysudinhan pidiannau iribdinhan id, amazad autan yzainhau at na'ik amazad autan pidian tumkiz nii padap wyn nyndapkiz dia'a. Aimeakam kaxapannan id kawiziinhau durutan paaichapan bauran ditinhapkar yryy tyryy ikudan pamaxaapkinha paikaiwen dia'na makin amazad diit paiaichapan dian karaiunau nau kadyz na'ik achapkar tuminhapkizai idary'inhau di ii. Kaydinkizeinhau kaiwekary dia'an amazad nazuu an ipei tumkary kaydinkery kazannata'unii kaimenaimen wryy' y wizeinhau. Wryy' y kaidinkizei dia'an unkaminkeyta'zun unribennau unaipen pawazii ikudkau aimekan na'apan nii wakaydinhan wryy wakaydinkinha'nii wryy ditinhapakary kazuwatpandia'an, auna tyryy' y ikaiwekau

madiweytapak, mazan mixaurimen waaichapkiz wazannaa na'ik wamaxaapkinhaa karikeunan. Kaipaunii unkuwadkidian um ditimpen aunityapkinhaa nii na'ik unabatpkina nii na'pam kaydinkery makun wryy'y xapatkau dia'na wryy'y ditinhapkary zuwainaa at.

Paradkarynau urudnaa: Zuwaynaa, Wizei, Amazad, Wapichana, Makuchi, Kadakutinkar Pidianda'y, Aunityapkary na'ik Pawa'azii.

Resumo

Este trabalho disserta em grande parte sobre um conjunto de experiências vivenciadas e construídas de forma coletiva, com desafio de torná-las vivas através da escrita e mostrar o que pensam os parentes indígenas de hoje e o que pensavam os parentes indígenas que não se encontram mais no meio do seu povo, mas que suas vozes foram escritas por outros pesquisadores que me antecederam. É um desafio e considero mais uma oportunidade de dizer ao mundo que um dia fui objeto de entrevistas e fonte de informações e hoje tenho orgulho de afirmar que sou sujeito, e será escrito as vivências concretas fruto de todo acompanhamento na luta pela garantia territorial iniciada pelos parentes mais experientes e continua com o novo processo intitulado de Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Manoá-Pium, elaborado, localizado na região Serra da Lua no leste do estado de Roraima e busca através da visão dos próprios indígenas envolvidas estratégias para implementação. O recorte territorial a ser pesquisado concentra-se especificamente na Terra Indígena Manoá-Pium, analisando o plano elaborado pelos próprios indígenas pertencentes aos povos Wapichana e Macuxi que vivem desde o início de sua regularização na região do lavrado e floresta no estado de Roraima, no Brasil e na República Cooperativa da Guiana. A base de informações com fundamentações teóricas e comentários são fortemente citados procedentes dos moradores das comunidades da Terra indígena Manoá-Pium. A ideia é priorizar a continuidade com acesso aos documentos sobre a demarcação da terra indígena, dando ênfase a relação dos Wapichanas e Macuxis na tentativa de adaptação a nova forma de uso dos recursos naturais respeitando os limites impostos pelo processo de territorialização. Tal delimitação trouxe consigo diversos problemas, tais como a limitação do acesso aos recursos naturais, diminuição das áreas para atividades de agricultura devido aumento populacional, a falta de espaço para uso na criação de animais e escassez de locais seguros para construção de moradia próximo principalmente de fontes de água. Frente as dificuldades os povos indígenas buscaram conhecer novas experiências para poder construir estratégias com uso de novas tecnologias voltadas na gestão do território seja no uso de conhecimentos e práticas tradicionais e aqueles conhecimentos oriundos de espaços de ensino como as universidades. As atividades no uso do território internamente são feitas de forma

prática que garante o respeito entre as comunidades. Com este trabalho pretendo dar uma contribuição ao meu povo no sentido de aprimorar alternativas de como podemos trabalhar com essa ferramenta que é o Plano de Gestão, sem permitir que ele seja força dominadora, mas sim um instrumento para garantia de direitos e da nossa vida. Nessa direção, apresento uma proposta de avaliar e monitorar o andamento das estratégias para a implementação do plano de gestão.

Palavras-chave: Gestão, Território, Ambiente, Wapichana, Macuxi, Políticas Públicas, Monitorar e Implementação.

SUMMARY

This work largely reflects a set of collective lived and constructed experiences, with the challenge of making them come to life through writing what present-day indigenous relatives think and what indigenous relatives who are no longer amongst their people thought, yet whose voices were documented by other researchers who preceded me. It is a challenge, yet also an opportunity to tell the world, that I once was an object of studies and source of information however, today I am proud to affirm that I am a subject writing about concrete experiences that are a result of accompanying the struggle for land tenure. A struggle initiated by the most experienced indigenous relatives and continues today with the development of the Territorial and Environmental Management Plan of the Indigenous Land Manoá-Pium, located in the Serra da Lua region in the eastern part of Roraima. This plan seeks to develop strategies for implementation based on the vision of the indigenous peoples involved in its construction. This study analyzes the territorial section of the indigenous land Manoá-Pium, where the plan was developed by the Wapichana and Macuxi indigenous peoples that have lived since the beginning of its regularization, in the savannah and forest regions of the state of Roraima, in Brazil and Guyana. The basis of information with theoretical foundation and commentaries are cited heavily by residents of the Indigenous Land Manoá-Pium. The idea is to prioritize continuity with access to documents on the demarcation of the indigenous land, and with emphasis on the relations between the Wapichana and Macuxi in their adaptation to a new way of using natural resources while respecting the imposed limits of the demarcation process. Such a delimitation brought with it an array of problems, such as limiting access to natural resources, reduction in agricultural areas due to population growth, shortage of space for animal breeding, and lack of secure areas for building homes near water sources. In view of the difficulties, the indigenous peoples sought to learn about new experiences in order to build strategies using new technologies geared towards territorial management, whether through the use of traditional practices and knowledge or those that came from academic spaces such as universities. Activities on internal territorial use are done in a practical way that guarantees respect among communities. With this work, I intend to contribute to my people by improving the alternatives of how to use the Management

Plan, without allowing it to be a dominating force, but rather an instrument to guarantee our rights and livelihood. With that said, I present a proposal to monitor and evaluate the progress of strategies for the implementation of the management plan.

Key Words: Management, Territory, Environment, Wapichana, Macuxi, Public Policy, Monitoring and Implementation.

Lista de Siglas

APIB	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
ATL	Acampamento Terra Livre
ATAI	Agentes Territoriais e Ambientais Indígenas
CDS	Centro de Desenvolvimento Sustentável
CF	Constituição Federal
CINTER	Conselho Indígena do Território de Roraima
CIR	Conselho Indígena de Roraima
COICA	Coordenadoria de las Organizaciones de la Cuenca Amazonica
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CIFCRSS	Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol
CDB	Convenção da Diversidade Biológica
CG- PNGATI	Comitê gestor da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas
COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
CNPI	Conselho Nacional de Política indigenista
DSEI- Leste/RR	Distrito Sanitario Especial Indígena Leste de Roraima
FUNAI	FUNAI
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
GT	Grupo de Trabalho
GEF	Global Environment Facility
ISA	Instituto socioambiental
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
MESPT	Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a povos e terras Tradicionais
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MPF	Ministério Público Federal
MMA	Ministério do Meio Ambiente
OPIRR	Organização dos Professores Indígenas de Roraima

PNGATI	Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terra Indígenas
PGTA	Plano de Gestão Territorial e Ambiental
PDPI	Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas
PII- PNGATI	Plano Integrado de Implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas
PPTAL	Programa de Proteção Territorial da Amazônia Legal
SESAI	Secretaria Especial de Saúde Indígena
PNAP	Política Nacional de Áreas Protegidas
SIG	Sistema de georreferenciamento
PNPCT	Política Nacional para os Povos e comunidades Tradicionais
TI	Terra Indígena
UNB	Universidade de Brasília
UFRR	Universidade Federal de Roraima

Índice

Introdução	20
i. Conversa de parente para parente	30
1. Autobiografia: Mário Nicacio – Wapichan`dan	35
1.1. Sou do Pium – Mari`san	35
1.2. Minha Vida de criança Wapichana	38
1.3. Melhor na comunidade e cidade só para passear	42
1.4. Movimento indígena: Casa dos saberes dos povos indígenas	51
1.5. Educação Indígena sim e Escola para quê?	58
2. Gestão Territorial e Ambiental	63
2.1. Breve histórico da TI Manoá	63
2.1.1. A luta pelo Território Originário	71
2.2. Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas: Conquista dos povos indígenas	80
2.2.1. Plano de Gestão Territorial e Ambiental da TI Manoá-Pium..	83
2.3. Cuidando de nossa “Mãe” terra Manoá-Pium	89
2.3.1. Visões dos homens	90
2.3.2. Visões das mulheres	91
2.3.3. Visões dos jovens	93
3. Estratégias de Implementação	95
3.1. Política Pública é para sair do papel	93
3.2. Plano Integrado de Implementação da PNGATI	96
3.3. Monitoramento das ações como estratégia para implementar o PGTA Manoá-Pium.....	99
3.3.1. Manejo e Uso Sustentável dos Recursos Naturais	101
3.3.2. Controle Territorial e Ambiental	102
3.3.3. Educação, Formação para Gestão Territorial e Ambiental	102
3.3.4. Demandas das comunidades indígenas	103
3.3.5. Proposição de monitoramento na prática	104

A Luta Continua	111
Referências Bibliográficas	115

Lista de Mapas

Mapa 1. Mapa construído pelos moradores da TI Manoá-Pium	29
Mapa 2. Mapa da terra Indígena Manoá-Pium	70
Mapa 3. Mapa das regiões do CIR (2009)	73
Mapa 4. Mapa que representa 11 regiões (CIR/2014)	74

Lista de Fotos

Foto 1. Diálogo com parentes (2019).....	31
Foto 2. Eu de camisa preta e calça azul (1990)	37
Foto 3. Banho e brincadeiras das crianças no Rio Tacutu (2017)	40
Foto 4. Alunos em prática pedagógica (2018).....	41
Foto 5. Vila Surumu (2018).....	44
Foto 6. Acadêmicos indígena da UFRR (2019).....	45
Foto 7. Reunião ampliada do CIR (2015)	46
Foto 8. No aeroporto de Manaus para viagem Internacional (2007)	47
Foto 9. No aeroporto em Frankfurt na Alemanha (2007).....	47
Foto 10. Palestra no colégio em Viena/Áustria (2007)	47
Foto 11. Passeio na rua de Viena/Áustria (2007)	47
Foto 12. Vivência em Brasília (2009)	48
Foto 13. Reunião Ampliada do CIR (2015)	49
Foto 14. Sede da COIAB em Manaus (2019).....	51
Foto 15. Malocção de Reunião da comunidade Pium (2015)	52
Foto 16. Assembleia Regional da Serra da Lua (2018)	53
Foto 17. Posse da Coordenação do CIR (2011).....	55
Foto 18. Assembleia Geral do CIR (2014).....	56
Foto 19. IV Cumbre da Coica (2018)	57
Foto 20. CIFCRSS fundada desde 1996 (2017)	58
Foto 21. Quarta turma do MESPT (2017).....	60

Foto 22.	XV ATL (2019)	61
Foto 23.	Primeira assembleia dos Tuxauas (1977)	72
Foto 24.	Assembleia 10 a 15 de março (CIR/2019).....	77
Foto 25.	Passos de Construção do PGTA (CIR/2014).....	86
Foto 26.	Primeira publicação do livro do CIR (2014)	88
Foto 27.	Entrega de um exemplar de livro publicado para Coord. Simeão (Sineia,CIR2017)	89
Foto 28.	Mapa sobre a Visão dos homens sobre território (2014).....	91
Foto 29.	Mapa sobre a Visão das Mulheres sobre Território (2014).....	92
Foto 30.	Mapa sobre a Visão dos jovens sobre Território (2014).	92
Foto 31.	Reunião do CG PNGATI, Funai/Brasília (2014).....	97

Lista de Figura

Figura 1.	Desenho da flechada contendo o alvo, para demonstração do monitoramento das ações com uso de indicadores de verificação para implementação do PGTA Manoá-Pium	104
-----------	---	-----

Lista de Legenda

Legenda 1.	Manejo e Uso Sustentável dos Recursos Naturais	102
Legenda 2.	Controle Territorial e Ambiental	103
Legenda 3.	Educação, Formação para Gestão Territorial e Ambiental	105
Legenda 4.	Demandas das comunidades	106

Introdução

“O nosso povo da floresta, da água e do lavrado era livre enquanto não existia o cercado e tinha muita fartura para todos, a lua e o sol nasciam mais cedo e tudo dava certo para nós”, morador da comunidade Pium, Antônio Farias, Macuxi, 19 de abril 2018.

Peço ao leitor e a leitora um pouco de paciência na leitura desta dissertação, escrita por uma liderança indígena jovem que, em prol a valorização dos conhecimentos, desafia-se a apresentação de experiências práticas indígenas através da escrita. E informo que fiz parte na criação de protocolo para ingresso de pesquisadores não indígenas e indígenas para dentro das terra indígena Manoá-Pium, e cumpri através deste trabalho as regras aprovadas coletivamente dentro das linhas específicas para indígenas. As informações mesmo que difíceis de serem acessadas são atualmente um assunto de interesse das comunidades e suas lideranças.

A oralidade é uma característica forte no mundo indígena, como dito por todos, nos a dominamos muito bem, mas ao colocar a nossa fala no papel encontramos barreiras com devido o uso da idioma, no caso, o português. A participação indígena na academia desafia as instituições de ensino de serem descolonizadas, no que diz respeito ao modo de produção de conhecimento, suas metodologias de pesquisas, no sentido de abrirem-se às epistemologias próprias de cada povo indígena. A abordagem das narrativas e imagens que fazem parte deste trabalho tem procedência de fontes vivas e conhecimentos não escritos. Logo no início deste trabalho, a ideia era escrever tudo o que foi vivenciado ou que vivêncio atualmente, mas após ouvir várias pessoas mantive o foco em ser objetivo, ir direto ao ponto que proponho: dialogar com o vocabulário complexo do campo da gestão territorial e ambiental em terras indígenas, particularmente no aspecto de “monitorar” ações com técnicas externas, mas inovando com sistema próprio indígena para garanta a implementação do Plano de Gestão da Terra Indígena Manoá-Pium, ou seja, dar retorno com ações na prática, aos povos indígenas beneficiários desta ferramenta de planejamento.

Em diálogo e por decisão própria das pessoas com quem tive vivência nas comunidades, nas reuniões, assembléias, festas, no trabalho, formação e nas lutas diárias, mantive o diálogo para a sistematização de informações que ficaram por algum tempo guardadas devido a vários motivos de desconfiança. Todos os momentos que estive presente nos eventos, fiz o esforço de estar atento a tudo e praticar a técnica de ouvir e depois colocar no papel as informações mais importantes. Ao longo desta

experiência de ouvir e reunir informações escrevendo, firmei o compromisso total de garantir segurança aos conhecimentos dos meus parentes e líderes com base na escrita de suas narrativas no sentido de possibilitar que o material retorne para as suas comunidades em forma de proteção, para ajudar na defesa dos direitos indígenas, especialmente ao território originário. Neste trabalho tratar com narrativas vivas de líderes, profissionais indígenas e detentores de conhecimentos é viabilizar o incentivo e garantir confiança de que é possível aliar com experiências e pessoas externas, desde que os princípios indígenas, de compromisso e respeito, estejam bem amarrados.

O contato, historicamente mal conduzido, tem trazido sérios problemas para nós, dependência de tecnologias e produtos manufaturados, muito estranhos ao dia a dia indígena vem gerando desconfiança nas pessoas. O estado brasileiro ainda é o vilão histórico por percorrer o caminho inverso em contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas. Há uma carência quantitativa e qualitativa de acesso às políticas públicas para atender as demandas e soluções reivindicadas pelos povos indígenas, principalmente relacionadas a pauta do território.

É fato reconhecido os 305 povos existentes no Brasil, dois existentes na TI Manoá-Pium, têm sua auto-suficiência viva com a natureza de seus territórios, com resistência sociocultural, respeitando os limites entre a ação humana e a reação da própria natureza. De todo modo, vivenciamos muitas transformações territoriais, o processo de demarcação de terra tornou o espaço insuficiente para o usufruto dos recursos naturais pelos povos, ainda com o enfrentamento da pressão no entorno da terra que ameaça a sobrevivência e até mesmo a realização das atividades culturais. A falta de informações e conhecimentos sobre governança no papel e a figura da gestão no novo modelo de terra demarcada tem aumentado o dano ambiental.

Quando fazemos a comparação do “antes” dos povos Wapichana e Macuxi em Roraima, no lugar que hoje é Terra Indígena Manoá-Pium, lembramos que historicamente os mais antigos não precisavam plantar e nem criar animais, a natureza já fazia o serviço de forma equilibrada de oferecer alimento, porém, hoje com tudo mudado é necessário fazer criação e plantação, caso contrário, a comunidade passa fome e todos deixam o território. A procura por alternativa de sustentabilidade, os povos Wapichana e Macuxi têm ao longo de suas histórias se envolvido em atividades de sustento introduzidas no sentido de garantir a sobrevivência, como, por exemplo a prática de criação de gado bovino, como foi o caso da experiência do projeto “uma vaca

para o índio”. Em meio a toda pressão, segundo um dos líderes Macuxi, falou que o projeto de gado tem dado resultado exemplar:

“O projeto de gado “Uma vaca para o índio”, uma iniciativa das comunidades das Serras com apoio da Igreja católica, Diocese de Roraima, começou com campanha de missionários de comprar cabeças de gado para experimentar se ia dar certo. O primeiro lote de cabeças chegou na comunidade Maturuca em 1980 e depois com várias reuniões entre as lideranças de outras regiões, foi aprovado ampliar o projeto para outros povos e regiões a partir de 1985, como Serra da lua e outros. Aí vimos que podemos sim cuidar e produzir o nosso próprio alimento sem depender do fazendeiro”. Tuxaua Agostinho, 15 de agosto 2014.

O relato das primeiras gerações indígenas em serem tratados como tutelados, seguido de atendimentos exclusivamente assistencialista feito na época pela FUNAI com entrega de cestas básicas de alimento, pacotes de sementes, ferramentas de trabalho para o roçado como enxadas, terçados e machado, tem deixado os parentes indígenas dependentes e com poucas iniciativas de terem autonomia. A vinda da educação escolar e atendimento de saúde, no início do contato, introduziram práticas diferentes que fortaleceram o individualismo. Observamos que faltou valorização das práticas e dos conhecimentos tradicionais, principalmente a língua materna.

No sentido de garantir a sustentabilidade plena e do jeito próprio dos Wapichana e Macuxi e não ter os mesmos destinos cruéis vivenciados por outros povos, nossas lideranças criaram estratégias de iniciar as primeiras reuniões de resistência que depois se tornaram em grandes assembleias de tuxauas e povos indígenas de Roraima. Essa articulação consolidou o movimento indígena, criando espaços de debates em prol da defesa e luta pela vida e território. Atualmente, os vários intercâmbios com temas sobre território nos planos local, regional, nacional e internacional têm contribuído na luta pela liberdade para viver bem no território.

A história dos povos indígenas, chega nos seus 519 anos de luta pela garantia territorial. A década de 1960 foi a época em que o povo teve mais força, com o lema “sem a terra não tem vida”, demonstrando a necessidade fundamental da terra para a vida dos povos frente a todo tipo de tentativa de apagamento da identidade que se pretendia na época. A resistência indígena aliada à aprovação da nova constituição federal de 1988, considerada o marco legal constitucional, teve a participação de lideranças indígenas constituintes, principais referências no fortalecimento do movimento indígena do Brasil. A luta do jeito indígena e com a viabilização e reconhecimento para criação de organizações indígenas só foi possível graças a

aprovação de um dos artigos sempre lembrados pelos povos, o artigo 232, que garante legitimidade para ingressar em juízo em prol da defesa dos direitos.

Apesar de várias reivindicações e tensões com conflitos violentos, as demarcações de terras indígenas em Roraima ocorreram, na década de 1980, a exemplo a terra indígena Manoá-Pium, demarcada em 1982, com procedimento acompanhado pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI conforme a legislação vigente na época. A ideia de demarcação de terras indígenas estava baseada em espaços pequenos e que não tivesse sobreposição de “propriedades privadas” ou fazendas de autoridades do ex-território de Roraima e até de militares.

Na época, a demarcação de terras indígenas estava ligada a projetos na área específica de economia, com visão consumista, mas que não supria a necessidade dos moradores das comunidades de Manoá e Pium. Além de usufruírem a terra, os moradores não restringiam-se a limites territoriais, ultrapassando-os pela necessidade de acesso a determinados recursos naturais (como água) e para realizar suas atividades culturais. A mobilização e articulação dos povos Macuxi e Wapichanas na década de 1970 frente a todo tipo de violências e a mobilização na luta pela retomada territorial tem unificado os diálogos de forma permanente. Nas primeiras reuniões das lideranças dentro da pretendida, na época, Raposa Serra do Sol, foram criados conselhos regionais indígenas para levar as informações até as comunidades.¹

A promulgação da nova constituição em 1988 fortaleceu a criação de organizações indígenas, principalmente o Conselho Indígena de Roraima-CIR. Os povos indígenas puderam opinar de forma mais autônoma sobre que projetos e programas queiram para suas terras. Os projetos vindos de fora, apenas para atender as necessidades básicas tiveram vidas curtas, mas serviram para uma avaliação mais profunda para tomadas de decisões das lideranças indígenas, no sentido de buscar alternativas mais sólidas de apoio para atender as demandas das terras indígenas no contexto geral mediante toda pressão vinda do público externo.

Em Roraima as primeiras demarcações de TIs são realizadas em 1982, quando um lote de dez terras indígenas foi demarcado na região do Amajari, Taiano e Serra da Lua. Todas elas de pequenas proporções, as chamadas TIs em “ilha”, que são pequenos fragmentos de terra cercado de fazenda por todos os lados. Dessas dez somente duas com mais de 30 mil hectares, a TI Araçá (50.018 ha) e a TI Manoá-Pium (43.336 ha) (Lima. p.52 e 53.2013).

¹ Conselhos Regionais indígenas eram lideranças convidadas de suas comunidades para compor um grupo divididos em temas como terra, organização indígena, saúde e educação que faziam visitas nas comunidades (Conselheiros antigo Noberto Cruz, Wapichana. Tabalascada. Novembro/2018).

Para garantir a luta indígena, iniciativas importantes foram realizadas além do projeto econômico “uma vaca para o índio” em parceria com a igreja católica, através da Diocese de Roraima. Tiveram outras iniciativas, como a cantina comunitária da FUNAI, casa de farinha e criação de galinhas e criação de peixes do governo de Roraima, criação de abelhas da FUNAI, projeto de Corte-Costura da Diocese de Roraima, malocão cultural do Ministério da Cultura e programa do Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas-PDPI, cooperação internacional entre Ministério do Meio Ambiente e governo alemão.

Através desta pesquisa além de detalhar um pouco mais essa breve contextualização histórica acima, irei apresentar uma análise sobre como monitorar o que está sistematizado do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Manoá-Pium. Minha proposta é apresentar um maneira de podermos identificar ações com avanços, ações com pendências e as propostas precisam de mais atenção para melhoria e fortalecimento. Quero discutir o PGTA, eum uma perspectiva específica, do monitoramento, portanto, com foco na implementação do que foi planejado. Pretendo trazer para conhecimento uma forma própria de olhar ou monitorar ações usando indicadores inspirados nas nossas práticas tradicionais de conhecimento, demonstrando que esse modelo pode ser importante para verificação do nível de implementação do Plano de Gestão.

Para realizar essa contribuição esta dissertação baseou-se em uma metodologia própria dos povos indígenas em Roraima, trata-se de um trabalho dialogado² que tem suas origens na comunidade indígena Pium. É nesta comunidade onde nasci que iniciei minha trajetória de vida e participação direta, por iniciativa pessoal, coletiva e profissional junto ao povo indígena na temática da luta pelo território e Gestão Territorial e Ambiental, nas discussões, trabalhos em campo, avaliação das atividades em reuniões ou assembleias e na elaboração do projeto.

A elaboração do Plano de Gestão da Terra Indígena Manoá-Pium e dos demais planos foram resultados de muita consulta e acertos para levantar informações e colocar no papel. Hoje deu certo a atuação indígena no estudo e levantamento de dados, além da experiência adquirida no acompanhamento de todas as políticas públicas,

² Trabalho dialogado – termo usado nas rodas de diálogos que são feitos pelos parentes indígenas nas comunidades, seja na hora de tomar o Caxiri, bebida tradicional, ou na hora das damoridas, comida tradicional feito de pimenta e peixe, onde são conversados vários assuntos internos e externos das comunidades, momento livre e descontraído.

principalmente as indigenistas no estado de Roraima e no Brasil, através das coordenações regionais de lideranças e organizações indígenas.

Nesse contexto de apoio, o CIR, teve o papel fundamental em ser proponente e executor do projeto que beneficiou a terra indígena Manoá-Pium, para acessar recurso direto para elaboração do PGTA específico no sentido de contemplar toda a realidade territorial, ambiental, econômica, política e principalmente cultural. Tais iniciativas tem fortalecido e mudado a dinâmica de atuar frente aos projetos e programas, além de alertar aos povos indígenas que não basta serem apenas beneficiários, mas sim protagonistas em garantir a sustentabilidade de fato, andando com suas próprias pernas, para sair do mal do assistencialismo e paternalismo que quase acabou com as culturais indígenas mais do que ajudou a mantê-las vivas nos dias de hoje. Segundo o coordenador Regional da Serra Lua, senhor Clóvis Ambrósio:

A demarcação de terras para os Wapichanas e Macuxi, trouxe uma onda de preconceito por parte dos colonizadores e moradores das cidades de Boa Vista, não querendo ajudar nem um pouco os indígenas, dizendo que quem deveria ajudar seria a igreja católica e Funai. Daí surgiu a ideia do projeto “uma vaca para índio”, vindo lá da região das serras pelos Macuxis junto com os missionários. E depois foi espalhado para outras regiões e comunidades inclusive para Serra da Lua. Tudo foi documentado, tem estatuto de funcionamento para não dá errado. E depois vieram outros projetos como PPTAL, PDPI e outros projetinhos do governo estadual e que até agora não deram certo, porque não são bem discutidos junto com a comunidade. (RODA DE DIÁLOGO. DEZEMBRO. 2018.).

Alinhado ao movimento indígena a nível nacional, através do CIR, as comunidades da Terra Indígena Manoá-Pium, puderam ter acesso a vários programas e políticas que estavam sendo debatidas e criadas através o esforço entre o governo e entidades não governamentais. É importante considerar o avanço de várias ações na política indigenista, principalmente em Roraima, em referência as conquistas territoriais e as implementações seja através de projetos e ações pontuais. Desde as primeiras demarcações em Roraima até os dias atuais, é visível os espaços conquistados pelo movimento indígena local, regional, estadual e nacional, tais como a criação de organizações indígenas, política de educação e saúde, política de segurança alimentar, Conselho Nacional de Política Indigenista e Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de terras indígenas, conquistas graças ao esforço, a união e participação de todos os povos indígenas.

Em linhas gerais o envolvimento cada vez mais proativo dos povos indígenas na temática de Gestão Territorial e Ambiental de suas terras indígenas é considerado a base

de reconhecimento mediante práticas diferenciadas, seja de forma tradicional ou com apoio de projetos.

Na atualidade o grande desafio é a implementação da PNGATI e suas ferramentas de gestão. Não basta só discutir, é fundamental entender os conceitos envolvidos nesse diálogo para não atrapalhar as atividades dentro dos territórios indígenas. O principal deles é o próprio termo gestão. Em contraste com a noção de “ordenamento” territorial:

O termo gestão, por sua parte, também implica em ações humanas, mas são ações mais voltadas para “administrar”, “gerir” ou “gerenciar” algo que já está estabelecido. Embora essas palavras sejam mais usadas no plano empresarial ou governamental, também se aplicam a situações da administração de ecossistemas ou do uso de recursos naturais. Nessa aplicação, fica patente uma ênfase maior na manutenção ou conservação dos ecossistemas sob gerenciamento, do que no caso do termo ordenamento. (LITTLE. P., 2006, p. 19)

Para propor um modelo de monitoramento baseado nas práticas indígenas, tomei como orientação as “flechadas”, reconhecidas como atividade diárias e presente em festas culturais e treinamentos de jovens para caça e pesca. Essa prática tradicional nos permite pensar a partir das habilidades indígenas, demonstra valores importantes para as nossas culturas, como a atenção, a força e a direção para acertar o ponto certo e conseguir uma boa caça ou ganhar uma competição. Com recurso ao modelo de flechada ao alvo, este trabalho propõe um modo de monitorar as ações por meio de um conjunto de indicadores básicos que podem orientar a avaliação dos quatro eixos principais do PGTA Manoá-Pium, revelando a situação das ações encontradas na estrutura do plano elaborado.

Pretendo também compartilhar as experiências e reflexões com a finalidade de contribuir com a sistematização de dados e informações sobre a elaboração do PGTA da TI Manoá-Pium articulada com demais temas de importância e interesse dos povos indígenas moradores da terra indígena.

A ideia é fornecer subsídios e visões de procedência indígena para as comunidades beneficiadas, estudantes, organizações indígenas como todo, de como os próprios conhecimentos e práticas servem para se tornar base para orientação e mecanismos para monitorar a implementação do PGTA da TI Manoá-Pium e ser fonte de informações para fazer o direcionamento e controle social de outras políticas públicas. Acredito que estes subsídios monitorados com sistema indígena, “a flechada”, serão fundamentais para as comunidades e profissionais indígenas de várias áreas como

saúde, educação, direitos, administração, economia, licenciatura intercultural, gestão territorial e ambiental, pois de alguma forma participam na Gestão Territorial da Terra Indígena Manoá-Pium.

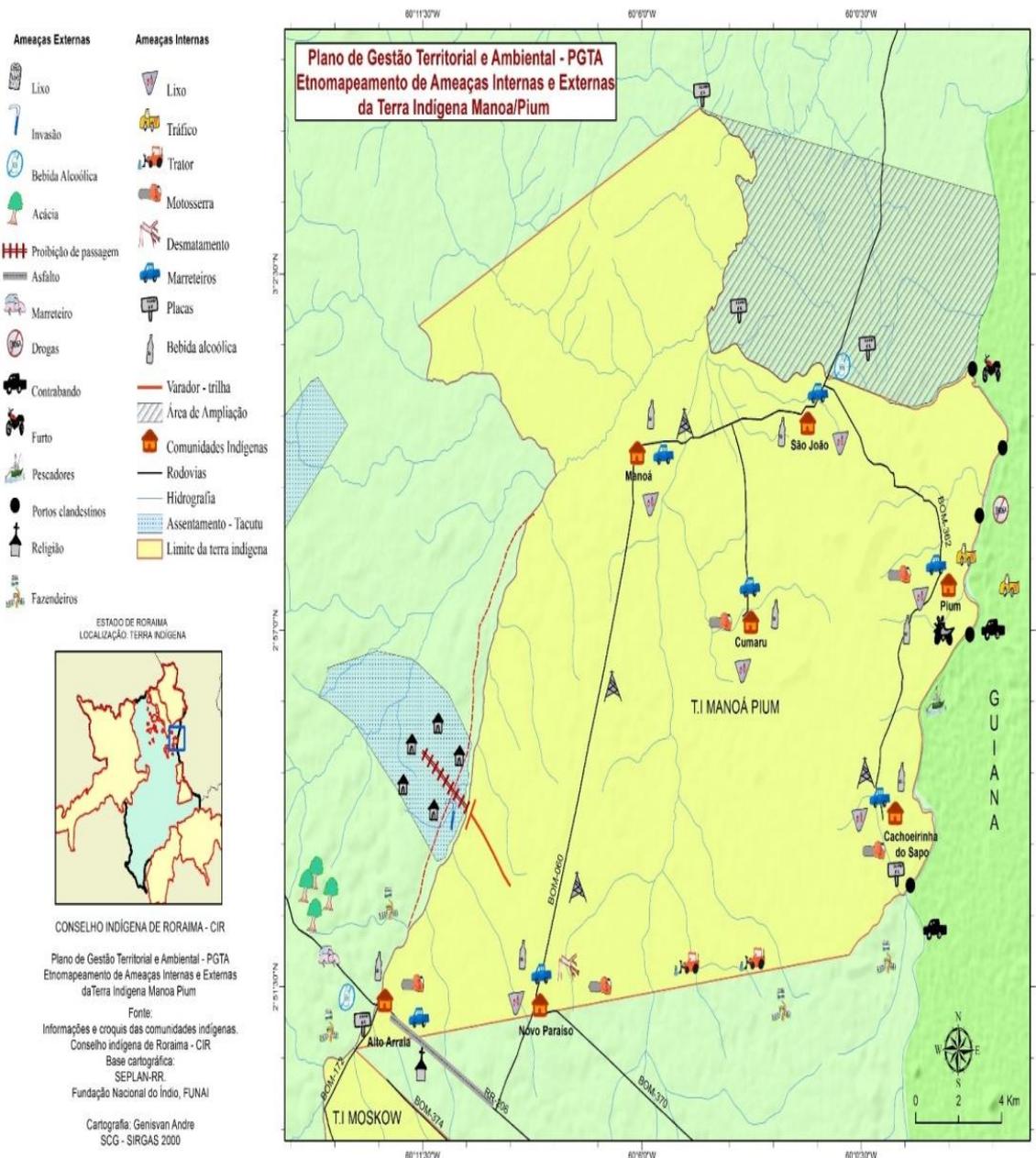
Pretendo também contribuir com profissionais não indígenas de órgãos públicos e privados que trabalham com os povos e terras indígenas com apresentação de metodologias práticas do jeito indígena. A minha contribuição é para concretizar a análise sobre o plano elaborado pelos próprios moradores da terra indígena Manoá-Pium, ou seja, a prática das atividades planejadas no papel. O meu foco principal é melhor direcionar a implementação do PGTA elaborado de acordo com a terra demarcada, que considero um limite, mas não restringe a prática de gestão feita pelos povos.

Estou ciente que o PGTA não é o único instrumento de cuidado com a nossa terra, portanto não irá resolver os problemas da Terra Indígena. Eventualmente, seu caráter burocrático pode, inclusive, trazer limitações e tensões socioculturais. Por isso defendo uma estratégia de monitoramento das ações com uso de indicadores do jeito indígena, com menos burocracia para as comunidades. Este mecanismo servirá para aproximar outras formações de gestão já existentes nas comunidades, como reuniões comunitárias, assembleia da terra indígena, assembleia das mulheres, assembleia dos jovens e reuniões dos tuxauas. Assim, pretendo recuperar dados e informações sistematizados que são resultantes de pesquisas feitas por indígenas na elaboração do PGTA Manoá-Pium.

Apesar do título deste trabalho estar com palavras fortes como “Gestão Territorial e Ambiental”, não irei aprofundar nesses termos, por entender que o foco deste trabalho é propor estratégias de monitoramento de ações com uso de indicadores de fácil entendimento relacionado diretamente para implementação do PGTA.

O conteúdo desta dissertação está organizado em três capítulos, cada um deles com temas específicos que tem relação direta com o PGTA da TI Manoá-Pium. No primeiro capítulo apresento uma autobiografia sobre a minha pessoa, desde o meu nascimento, crescimento na comunidade e ingresso no movimento indígena regional, estadual, nacional e internacional. A minha história de vida faz parte de tantos desafios e sonhos vivenciados pelos jovens indígenas Wapichana e Macuxi que encaram o mundo fora da terra indígena, frente as dificuldades e ao mesmo tempo atingem conquistas para ajudar as comunidades e povos indígenas através do conhecimento. O plano elaborado tem elo direto com a minha vida profissional e até pessoal, pelo

contexto geral do território Manoá-Pium e por fazer parte da história da minha família, fundadora da comunidade Pium e lutadora pela demarcação. Neste capítulo, contextualizo brevemente a minha comunidade Pium, a minha vida de criança, a minha relação no movimento indígena e como cheguei ao desafio de participar da formação fora da minha comunidade de origem. Por fim apresentarei a metodologia de como foi feito que estou chamando de “trabalho dialogado”, onde o meu povo, me trouxe o desafio de conversar do jeito do parente, sem uso de equipamento, nem papel e caneta, e sim apenas com memória limpa para ouvir e escutar, entender, e depois da conversa colocar no papel. É uma técnica indígena pouco praticada, porém ainda viva com os mais velhos e com alguns jovens que conseguem aprender na comunidade sem influência da escola. Logo abaixo, apresento um mapa desenhado pelos próprios parentes que mostra a localização da comunidade Pium, e todo território de Manoá-Pium.



Mapa. 1 - Mapa construído pelos moradores da TI Manoá-Pium (CIR/2014).

No segundo capítulo apresento o tema de Gestão Territorial e Ambiental e destaco alguns conceitos esclarecedores feitos de forma coletiva. Uma breve história da Terra Indígena Manoá-Pium, as mobilizações e articulações dos povos serão relatadas de acordo com a fala dos que vivenciaram essa época. A luta dos povos, comunidades e lideranças indígenas em prol da conquista territorial será brevemente relatada, no sentido de contemplar o processo de conquista de direitos. Aqui também sintetizo o contexto histórico da construção da PNGATI, desde o início das discussões até aprovação pelo governo federal.

O processo de elaboração do PGTA Manoá-Pium terá destaque e será relatado para leitura de todos os significados do PGTA da terra indígena Manoá-Pium para os moradores indígenas. Para detalhar esses significados recupero as visões Wapichana e Macuxi na perspectiva de homens, mulheres e jovens, que apresentam leituras próprias no contexto de preservar o que tem de ações tradicionais sobre a gestão do seu território. A ideia é aproximar informações que possam melhorar a relação dos conhecimentos tradicionais e acadêmicos para construção de um PGTA ou outra ação que possa contribuir junto aos povos indígenas, respeitando as diversidades existentes.

No terceiro capítulo, apresento como é a relação dos povos indígenas com o campo das políticas públicas e destaco iniciativas construídas na elaboração do Plano Integrado de Implementação da PNGATI. Articulo esse plano nacional a partir das iniciativas das comunidades da TI Manoá-Pium, e o PGTA não apenas como uma lista de ações mas como alternativa de protocolo para orientar os gestores públicos e entidades da sociedade civil de como devem ser feitos as ações de acordo com o tempo, acompanhamento e avaliações indígenas. E por último trago como ideias e propostas para implementação, monitoramento das ações através dos indicadores organizados, com proposição de um sistema indígena, “a flechada”, demonstrado em desenho indígena de fácil entendimento.

Novamente reforçando que para dar visibilidade para as vozes e diálogos realizados ao longo do processo de elaboração desta pesquisa dialogada, foram inclusos falas de lideranças e moradores indígenas, imagens, resumo de relatórios, publicações com base em tema de Gestão Territorial e Ambiental desde o início, execução e será fundamental para continuidade e implementação das propostas deste trabalho. Insisto que a formação dos jovens das comunidades, ligada ao conhecimento tradicional poderá contribuir bastante na busca de soluções para problemas e ao mesmo tempo deve ajudar no fortalecimento das práticas tradicionais existentes na governança do território.

i. Conversa de parente para parente

A vida dos povos indígenas na Terra Indígena Manoá-Pium é estruturada por características culturais específicas, modos próprios de ensino e aprendizagem, e, também, suas estratégias de resistência. Neste trabalho de pesquisa dialogada passei por uma situação delicada por conta da regra interna da Terra Indígena no sentido de

proteger os conhecimentos e ter retorno sobre varias pesquisas que estavam sendo feitas. Outro desafio que me foi exigido foi usar as técnicas indígenas de diálogo sem uso de papel e outros equipamentos, como gravadores, no sentido de testar como um indígena na escola pode se adaptar na coleta de informações, pois segundo os mais velhos os indígenas novos nem precisavam de tanto equipamento se continuassem a aprendizagem milenar de colocar os conhecimentos na cabeça.

Pessoalmente, fico impressionado pela grande capacidade que tem as lideranças de lembrar tudo sobre atividades no passado, como, por exemplo, sobre o movimento indígena. Um exemplo dessa força e a grande liderança, Clóvis Ambrósio. Quando faz palestra sobre a conquista dos povos indígenas sobre o atendimento no subsistema de saúde, ele não precisa de papel e as informações saem corretamente. A cabeça dos mais velhos só tinha espaço para informações de interesse das comunidades e outras situações parece que nem fazia parte de prioridade para serem recordados ou comentados.



Foto 30 Diálogo com parentes (Com. Cach. Sapo/2019)

No início me senti quase sem condições de continuar a minha pesquisa por contar das exigências, mas busquei focar na qualidade do trabalho e usar as técnica que por sorte ainda tive aprendizagem com meus avós maternos, que até hoje estão vivos e no diálogo com os mais velhos da comunidade. Em todas as conversas mesmo tendo um celular na mão, procurei dialogar com todos de forma espontânea e livre, em diferente

lugares, seja na roça, nas casas, na beira do campo de futebol, nas igrejas, no malocao de reuniões, nas pescarias, nos ajuris, nas manifestações, nos momentos de cerimonia de pajés, na rodada de caxiri, na dança do parixara, nas viagens e nos encontros nas estradas em percursos das comunidades. E realmente me senti a vontade e também as pessoas com quem havia estado falavam com mais tempo e liberdade, cada palavra era uma história. Claro, eu sempre puxava a conversa direcionado para o assunto sobre a Terra Indígena Manoá-Pium.

1.1. Apesar de eu não ser falante das línguas Wapichana e Macuxi, algumas palavras eu conseguia traduzir e assim, em frente do caderno e computador, escrever no mesmo dia ou no dia seguinte. Se eu fosse utilizar a metodologia convencional de gravação de entrevistas com certeza os parentes mesmo aqueles lá das comunidades ou até aqueles que trabalham nas organizações indígenas não veriam o meu trabalho como retorno coletivo e talvez as informações seriam repassadas pela metade. Nessas coletas de informações em conversa com meu próprio pai, ouvi o seguinte conselho:

Como voce vai elaborar o teu documento da universidade? Se usar caneta, maquina fotográfica, ninguém vai acreditar em voce. Todo mundo ta desconfiado e os mais velhos na comunidade acham melhor morrer com o conhecimento do que repassar para um desconhecido. Mas se você usar o nosso jeito de indígena de conversar, terá confiança de todos, não pense que gente estudado manda na comunidade. Me lembro bem que na minha época não tínhamos telefone e nós ermos ensinados a regra da natureza, a era da sobrevivência.(ANTÔNIO FARIAS/2018).

1.2.

1.3. Aqui não irei apresentar as técnicas por questão de segurança de conhecimento, mas afirmo que os modos de coleta de conhecimentos estão sendo apagados pelas escolas e suas regras. No percurso de diálogo e produção de informações não fiz seleção de pessoas, conversei com todo mundo, mesmo tendo trabalho de colocar as informações no papel, mas considero valiosa a metodologia que usei em ir conversar com parente sem uso de equipamentos.

1.4. Nas rodas de diálogos um dos temas surgidos foi relacionado a vida na comunidade e o cuidado que devemos ter para manter o que foi conquistado pelos mais velhos. Segundo os relatos, antigamente todos eram mais unidos, seja na roça, festas, pescaria, antes da chegada da televisão e todos falavam com todo mundo.

Mas esse “progresso” chegou deixando o povo cego, sem às vezes saber quem entra nas comunidades. Os mais velhos conhecem na palma da mão os locais da Terra Indígena Manoá-Pium, diferente dos jovens, que muitos desconhecem e que precisam ter formação para não deixar a Terra Indígena ser invadida e desmatada. É importante o planejamento, o PGTA traz essa esperança de informar aos moradores como devemos usar os recursos naturais da terra indígena e cuidar bem para não acabar tudo e vigiar as fronteiras para não ter invasão.

1.5. Nas comunidades mais antigas como Manoá, Pium, Cumaru e Alta Arraia, o diálogo com os mais velhos e novos também como senhor Palmiro, Aquilino e dona Isabel, afirmaram que antes da chegada da escola todos praticavam a dança do parixara, falavam bem o Wapichana e Macuxi, comiam damorida e o uso da língua materna era muito forte, todos falavam. A chegada do fazendeiro e da escola, quase a língua foi perdida, mas a teimosia dos tuxauas garantiu a existência da língua materna. Hoje já temos livros, dicionários, as igrejas usam e é ensinada nas escolas e até nas universidades. Nas comunidades tudo era limpo, não tinha muito lixo, não tinha muito fogo e tinha muita fartura.

1.6. Outro destaque identificado no diálogo de parente com parente, foi a participação das mulheres indígenas, seja do povo Wapichana e Macuxi, que na época eram só reconhecidas para fazer caxiri, comida e cuidar dos curumins. Mas com a luta por garantia da terra a participação das mulheres que em muitos momentos eram elas que ficavam nas comunidades, demonstrou que a contribuição delas vai além das comunidades. Atualmente, além de já terem o papel fundamental na gestão das terras, também no movimento indígena elas têm marcado o avanço na conquista dos direitos. Hoje tem mulheres professoras, agentes indígenas de saúde, motorista, médica e tuxaua, que antes era só de homens.

1.7. Na continuidade do diálogo, em momento de lazer, jogos de futebol, banho de rio e até nos encontros na comunidade, conseguir dialogar com os jovens, que na cultura Wapichana e Macuxi, não tinham direito a nada na comunidade, senão apenas cuidar da terra, ajudar nos trabalhos e respeitar as lideranças e os mais velhos. Com uns 20 anos para cá, a participação dos jovens nos espaços que eram ocupados pelos mais velhos foi relevante, seja na luta pela demarcação da terra, nas reuniões das comunidades e nas assembleias gerais dos tuxauas regionais e estaduais.

1.8. Uma experiência que deu certo para garantir a presença de jovens, além das escolas instaladas nas comunidades, foi a fundação do Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol, antiga Missão Surumu, criada em 1996, pelas lideranças e missionários da igreja Católica. Da comunidade Manoá e Pium foram enviados jovens para formação, no meio dessa turma me insiro. A minha entrada na coordenação do CIR, considero a conversa de parente para parente, espaço que o diálogo era contínuo, na época ocupado apenas pelos mais velhos. Mas, em 2011 foi o destaque para a participação de um jovem, reconhecido em todos os lugares, seja nas comunidades, terras e organizações indígenas. Atualmente, além das comunidades da Terra Indígena Manoá-Pium, a participação dos jovens tem se intensificado dando visibilidade e força para a continuidade da luta do movimento indígena, com experiências de formação distintas, e compromisso pela causa indígena.

1. Autobiografia - Mário Nicácio, Wapichan dan³

1.1.Sou do Pium – Mari`usan

Uma pessoa muito especial me deu a vida e me ensinou a dar os primeiros alimentos, banhos e ensinamentos. Quero apresentar a minha mãe, Rosinha Nicácio, Wapichana. Mesmo não tendo a oportunidade de estar muito tempo em sala de aula para aprender a ler e escrever, a educação que ela passa aos filhos e agora netos, atravessa limites de luta pela sobrevivência e chega no espaço de sempre ajudar o próximo. Não foi fácil aceitar a ideia de escrever sobre a minha vida e de onde vim, de que lugar, falar sobre minhas origens, por entender que todas as conquistas só foram possíveis graças ao apoio dos meus parentes indígenas de forma coletiva. A luta dos meus antepassados foi tão importante para garantir a vida de muitos parentes no território chamado hoje de Manoá-Pium.

Relatar sobre mim e do lugar de onde surgi é colocar ao mundo uma linha do tempo, desde o meu nascimento, local e minhas conquistas nesse contato do mundo indígena com o mundo do “branco” que tem despertado a minha curiosidade de voar mais longe em busca de respostas para poder ajudar minha comunidade Pium e a terra indígena Manoá-Pium, além de outros povos em outros territórios. Falar do Pium, lugar onde nasci é reviver o histórico de muita luta, percas, conquistas e muita resistência. O nome já dá medo por conta de ser inseto da mata e de local serrano, Pium, que ataca com picadas, um mosquito bem pequeno com grande força de espantar multidões em qualquer lugar, seja na casa, beira de rio ou nas roças. Mas foi o local onde meus antepassados resolverem ficar e viver, de modo a manter o espaço para seus futuros netos, bisnetos, tataranetos e demais parentes que vieram morar no Pium.

Nas rodas de conversa com os mais velhos, junto com meus pais, e na história contada pelo pajé, tem uma serra bem alta na comunidade do Pium e lá tem uma grande caverna que todos acreditam ser a casa dos bichos pium, porém foi fechada pelo pajé porque picava muito os parentes e não dava nem para trabalhar na roça. E assim tem diminuído a quantidade do pium permitindo que o povo possa ficar mais tempo sem

³ Filho de Wapichana (Dicionario Wapichana, Paradakary Urudnaa.UFRR.2013).

fazer aquele fumaçal e ficar tudo tampado de pano se protegendo. A picada do pium causa bolhas de sangue e se a pessoa estiver doente pode causar feridas bravas e assim deixar a pele da pessoa toda marcada. A fama do pium tem despertado muita gente que vai visitar a comunidade pelo fato de no período de inverno, por volta do mês de julho e agosto é o período de enfrentar-los obrigando a todos se prepararem com todo tipo de proteção e remédios.

A 100 metros do rio Tacutu foi levantada a primeira casa de morador da comunidade Pium, acredita-se que devido o acesso ser via rio, a instalação da moradia ficou nas margens do Tacutu. A localização da comunidade fica entre a parte da mata e lavrado constituído de igarapés, lagos, ilhas, serras e matas ciliares que embelezam o lugar e oferece alimentos para os povos que la vivem há décadas. As primeiras famílias que chegaram na comunidade foram a do senhor Rodrigo Wapichana, senhor Constantino Wapichana, senhor Justino Wapichana e senhor José Macuxi. Na época tinha menos de 50 pessoas, os parentes chegaram no lugar por conta da procura de caça, pesca e por outros fatos, como é o caso da família do senhor José Macuxi, que chegou por conta da guerra que estava ocorrendo no país vizinho a República Cooperativa da Guiana⁴.

Com as 04 famílias instaladas a fundação da comunidade ocorreu por volta do ano de 1966, antes da independência da Guiana e regularização fundiária feita pela FUNAI e toda a equipe do governo na época. Depois chegou uma fazendeira chamada Sabá que supostamente dizia que a área ocupada pelos parentes era dela há bastante tempo, causando sérios problemas com os moradores indígenas, principalmente no acesso aos lagos e matas. Na época não tinha estrada, nem pontes, a cidade mais próxima era Bonfim, a 60 quilômetros de distância e era pouco povoada, além da cidade de Boa Vista, a 126 quilômetros a nordeste da capital de Roraima.

No início, com população pequena tudo era farto, desde os alimentos da mata, rio, lagos, porém foram nascendo mais indígenas e veio também a famosa demarcação de terra, que ao meu ver tinha a finalidade de atender os supostos donos de terras e além de restringir o acesso dos parentes aos recursos naturais teve o papel de excluir para mais distante possível os povos indígenas. Mesmo com toda a pressão, os parentes do Pium em conjunto com os parentes do Manoá, comunidade antiga da terra indígena

⁴ País que compartilha 1605 quilômetros de fronteira com Brasil, declarou independência em 1966 da ex-colônia britânica (www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/6436-republica-cooperativa-da-guayana acessado em 09 de julho de 2019).

Manoá-Pium, mantiveram a resistência de defender a permanência do lado que tinha mais matas. Hoje graças aos moradores antigos, Pium é um lugar privilegiado pela fauna e flora exuberante, cujas riquezas tem possibilitado manter principalmente as práticas culturais. Comecei a prestigiar todo processo de criação da comunidade Pium a partir do ano de 1983, ano em que nasci na beira do lago Curimatã, próximo do famoso rio Tacutu e das três lindas serras que parecem ser pessoas encantadas, transformadas em pedras, matas, areia, lugar de muitos bichos. Essas são as características do Pium, local do meu nascimento, crescimento, aprendizado e principalmente preparação para o movimento indígena.



Foto. 2. eu de camisa preta e calça azul (album família/1990)

Uma das curiosidades que tem chamado atenção sobre a história da comunidade Pium é a quantidade de parentes que vieram morar, sem reclamar da existência do inseto e ao mesmo tempo trabalhar na terra sem ter medo dos fazendeiros, que na época estavam no entorno, como a fazenda três Irmãos e dentro da terra, como a fazenda da Sabá. Na época se pretendia muito usar a ideia de centralizar os moradores num só lugar, com a finalidade de ocupação de menos espaços, porém não vingou, pelo fato de todos os parentes terem o costume de morarem distante um do outro por conta das roças e criações na beira de igarapés, matas e rio. A comunidade do Pium foi crescendo e tendo nova estrutura, como a construção de estrada com uso de piçarra, depois veio o posto de saúde, em seguida escola, igreja, energia elétrica e depois os parentes foram comprando equipamentos, veículos e ferramentas de trabalho.

A comunidade cresceu, na época eram menos de 150 parentes e hoje são mais de 700, vindos de distintos lugares, principalmente aqueles que viviam na cidade. Apesar de ter varias mudanças, se manteve forte até nos dias hoje o uso da língua materna Wapichana, as práticas culturais e principalmente o reconhecimento como povo indígena brasileiro. Muitas vezes nós eramos chamados de indígenas da Guiana, pelo fato da comunidade estar na fronteira. A relação de parentesco era tão próxima e muito questionada pelos órgãos brasileiros, como a própria FUNAI, na hora de expedição de documentos.

Resumidamente apresentei a minha comunidade do Pium, agora local de muitas decisões em prol a defesa dos direitos dos povos indígenas de Roraima e do Brasil. Para melhorar a vida dos moradores foram aceitas várias mudanças no sentido de enfrentar os riscos que se via principalmente na temática do conhecimento e a relação com o as práticas que vem de fora, a famosa vontade de ter as coisas. E Pium cresceu, conhecido no mundo todo pelo fato de ter feito nascer várias lideranças potentes na luta.

1.2. Minha vida de criança Wapichana

Sempre me apresento informando a todos que nasci no movimento indígena, pelo fato de meu pai ser, na época, o líder dentro da comunidade, primeiro na área de saúde e depois como tuxaua da comunidade Pium. E cresci ouvindo os meus pais e avós dizendo que quando uma criança Wapichana nasce, é mais uma planta que será cuidada e mais um guerreiro para manter a cultura viva e todas as atividades praticadas pelos antepassados. Eu nasci no mundo indígena já contactado, onde tudo estava limitado e até mesmo proibido, como por exemplo o uso da língua materna, devido a pressão sendo feita pelos invasores de terras. Nasci no período de resistência, onde falar o Wapichana significava ser atrasado, selvagem e sem capacidade de viver. Tive que aprender mais o português, não pelo fato de ser o melhor idioma, mas para poder recuar e manter viva a minha identidade e principalmente o território.

Por isso, a minha vida de criança é muito agitada, sem tranquilidade, mas nasci e fui criado nesse período tenso para os povos indígenas em Roraima, com foco em garantir o território, onde a nova geração indígena tinha que abandonar a vida livre na comunidade em busca de conhecimento para poder garantir a sobrevivência e sua permanência no espaço conquistado. Nasci no período da demarcação e sua definição em Terra indígena Manoá-Pium que porventura tiveram várias idas e vindas dos

técnicos da FUNAI na tentativa de concluir o processo demarcatório. Me fez reforçar a intenção de vigiar os direitos através do conhecimento. Infelizmente, ainda criança, a conclusão da demarcação foi feita e no final nós perdemos um espaço enorme de terras por conta da falta de atenção das lideranças e até mesmo má fé das autoridades do governo federal e do antigo território de Roraima⁵.

Até os meus 16 anos de vida, em 1999, tive a oportunidade de provar a vida livre de criança e agora adolescente Wapichana diretamente na comunidade Pium, lugar que tive a felicidade de conviver em harmonia com meus pais, parentes e demais moradores. Foi nesse lugar que aproveitei a minha vida de criança, tendo a ligação direta com a natureza provando a exuberância e toda riqueza de paisagem e das nossas práticas culturais. Até essa idade pude está no meio de pessoas que me incentivaram a seguir em frente mesmo carregando no rosto a lição de que a caminhada não seria fácil devido o grande preconceito ativo nesse período.

Mas vou relatar o pedacinho da fase da minha vida de criança, construída de momentos que nunca serão esquecidos, do tempo que eu ficava mergulhando e nadando, pulando dos galhos das árvores, enfrentando a correnteza da cachoeira nas águas cristalinas do rio Tacutu junto com meus primos e amigos. E logo no mesmo dia inventávamos pescarias e lá mesmo fazíamos peixe assado para o almoço ou janta, a ser comido com pimenta e farinha. O rio era o lugar de diversão, além dos lagos e igarapés, seja para fazer pescaria ou apenas tomar banho. Muitas vezes os meus pais me proibiam de ir no rio no período da cheias devido a chegada de cobras, jacarés e outros tipos de bichos da água.

⁵ Criado em 1943 no governo, Getulio Vargas, presidente do Brasil na época. O objetivo da criação do território federal de Roraima e de outros, era o de ocupar os espaços vazios do território nacional, e em especial na Amazônia. Em 5 de outubro de 1988, passou a ser Estado de Roraima.



Foto 3- Crianças no Rio Tacutu (Mailton/Pium/2017)

Me lembro bem dos momentos que minha mãe e meu pai me acordavam, eu e meu irmão para irmos bem cedo para arrancar mandioca, batata e cortar banana para levar para casa na comunidade. Ainda bem que a nossa roça era perto da casa, pois tínhamos que carregar os produtos e muitas vezes era nas costas. E todos os trabalhos da roça e casa tinham que ser terminados antes das 16:00 horas, pois era o horário do futebol com os amigos. Quando era sábado e domingo os trabalhos tinham que ser terminados rápido, por conta de irmos ao rio. Bem que todos os dias estávamos sempre inventando brincadeira nos intervalos depois dos trabalhos.

Às vezes à noite meu pai nos levava, eu e meus irmãos para esticar o carrapicho⁶ no rio, como a gente não tinha canoa, era a nado mesmo, com o risco de ser pego pela sucuri. Quando chegava o inverno íamos caçar nas estingas⁷ para matar paca, tatu e veado, mas não era fácil usar a flecha, pois os animais estavam muito ariscos.

A minha infância foi excelente, pois aprendi a enfrentar a vida, com os meus pais e parentes e também com a própria natureza, pois também lá a natureza é o que dá a nossa vida. A minha mãe dizia que não adianta ir para a escola se não souber o que acontece em nossa comunidade, desde a visita nas casas dos parentes, ir para os ajuris e conversar com demais pessoas. Lá fora o mundo é mais difícil e ninguém vai querer ajudar os parentes.

⁶ Carrapicho- Rede de pesca usado nos rios, igarapes para capturar peixes.

⁷ Estingas são pequenos pedaços de terras que ficam cercados de água no período de inverno, para onde os animais procuram o calor.

Com a chegada da escola, mudou tudo, a gente tinha que aprender coisas do outro mundo, até nome de animais que nem tem na mata e rio da comunidade, como elefante, girafa e peixes como tubarão. Além de ficar horas sentado, escrevendo e depois ter que fazer prova sem saber para que serviria o assunto. Tive que me adaptar, mas a educação em casa era praticada, porque meus pais diziam que na escola é para enfrentar as coisas do branco e em casa é para aprender nossa cultura Wapichana e Macuxi. Era muito legal, mas ouvimos muitas vezes, eu e meus amigos, professores brancos dizendo que nossa língua nunca ia servir para nada, todos ficavam calados e depois quando chegávamos em casa contávamos tudo para os nossos pais. Apesar dessas coisas, a vida de curumim na comunidade é muito legal, tudo a gente aprende e mantém a resistência em tudo. Eu e meus amigos enfrentávamos chuva e desafiávamos os trovões e nada acontecia. Parecia que a natureza na época brincava conosco, nem queria tirar as nossas vidas, apenas queria brincar e sempre oferecer o bem para todos. Nos chamam de curumim, mas somos Wapichanas pequenos e com lições para aprender e fazer.



Foto 4 - Alunos indígenas na prática pedagógica no Pium (Mailton/2018)

Ainda tive o privilégio de aprender com os mais velhos a técnica de andar na mata, no escuro e como saber se localizar sem uso de aparelhos como GPS, apenas através do som para poder saber o que está acontecendo na mata, rio e lavrado. O mais

difícil foi andar no escuro de forma rápida, sem fazer barulho e descalço. Também a natação acontece cedo, no meu caso foi desde os 6 meses, para poder ser aceito pelos donos da água e da mata. As crianças se reúnem e tudo é ensinado um ao outro de acordo com os conhecimentos repassados pelos pais. A prática da sobrevivência serviu muito para encarar atualmente as tentativas de apagamento dos conhecimentos. Com a chegada da escola, tentaram extinguir muitos conhecimentos, devido a metodologia imposta de que a ciência é mais importante, onde a escrita é considerada melhor. Até mesmo a língua Wapichana era proibida de ser usada, me lembro bem que quando a professora fazia o ditado oral de palavras de nome de animais e o meu parente aluno só sabia na língua materna, exemplo Jacaré e que meu parente só sabia dizer Atury⁸ em Wapichana e na época ele foi penalizado com palmatória. O grande desafio atualmente é transformar o espaço de ensino, a escola, em alternativa para não acabar com as técnicas e a forma de ensino e aprendizagem Wapichana.

1.3. Melhor na comunidade e cidade só para passear

Esta fase de contato saindo da comunidade e indo para um lugar bastante diferente é uma das histórias que sempre gosto de comentar com mais detalhes, não apenas pelo fato de ter sofrido alguns preconceitos, mas sim pela maneira como ficamos impressionados com tanta gente, carros e muita correria. A vida na comunidade é muito diferente, é uma liberdade e todo mundo fala com todo mundo olhando nos olhos, sem pressa e com bastante atenção. Demorei a pisar no terreno da cidade e por volta dos meus 11 anos, meu pai que era professor na época me levou para a cidade de Boa Vista. Era um lugar muito estranho, muito movimentado com carro e tudo era pago, tinha que ter em mãos o pyraty⁹ para poder comer. A escola me trouxe várias informações da cidade, desde os meus 07 anos, pois a maioria dos professores eram de fora, da cidade como se apresentavam. Os professores apresentavam em nossa turma que na cidade tinha de tudo e incentivam os alunos a estudar para ir para cidade e ter vida melhor. Daí me deu a curiosidade de conhecer essa cidade, chamada de Boa Vista, de vez em quando eu perguntava ao meu pai, como era o lugar.

A afirmação era sempre positiva, mas para tudo tinha que pagar, ou seja, ter dinheiro. No ano de 1994, tive a oportunidade de conhecer Boa Vista, achei muito

⁸ Atury nome do Jacaré escrito na língua Wapichana.

⁹ Nome dado a tradução para chamar dinheiro na língua Wapichana.

quente, agitado e tudo cercado. E foi na época que pela primeira vez vi a televisão tendo som e imagens de pessoas andando. E novamente em 1998, com meus 15 anos, fui junto com meu pai para Boa Vista e antes fui conhecer a pequena cidade chamada Bonfim. Até no momento tudo certo, e minha curiosidade estava acabando por conta de que na cidade ninguém fala com ninguém, todo mundo desconhecido e quando quiser ser ajudado é muito difícil. Tudo a passeio, com pouco tempo na cidade, achei normal, mas me trouxe preocupação pelo fato de existir a prática de pegar as coisas do outro, sem permissão, conhecido de roubo e furto.

Outra experiência que me fez sair da minha comunidade e reforçou a ir morar na cidade foi a minha ida em janeiro de 1999 para formação junto com demais jovens indígenas para a “Missão Surumu”¹⁰, próxima da Vila Pereira, hoje Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol (CIFCRSS), localizado na comunidade Barro, hoje terra indígena Raposa Serra do Sol. Logo em consulta com meus pais, eu me apresentei na reunião comunitária, com interesse de estudar, e antes fui junto com a comissão de tuxauas da Serra da Lua participar da XXVIII assembleia geral dos tuxauas¹¹ que estava sendo realizada na comunidade do Pium, região do Tabaió. Concluída a assembleia já fui direto para a “Missão Surumu”, no carro dos missionários da Consolata, responsáveis na época pela gestão. Passei o período de 1999 até o ano de 2002, com 19 anos, em formação, nas áreas de Ensino Integrado do Ensino Médio, Agropecuária e Manejo Ambiental. Além de ter várias capacitações com cursos pontuais nas áreas de saúde, formação de lideranças indígenas, direitos indígenas e conhecimentos tradicionais.

Foi no CIFCRSS, localizado a 326 quilômetros da minha comunidade Pium, próximo de uma vila chamada de Surumu, tive a aprendizagem na prática sobre o movimento indígena, devido a luta pela demarcação da TI Raposa Serra do Sol, estive presente em várias reuniões, assembleias e mobilizações. No início dava medo devido às ameaças que chegavam até a área do Centro Indígena. Fazer parte dessa formação me fez voar mais longe e viajar para outros países no sentido de divulgar a realidade dos povos indígenas de Roraima e do Brasil. Apesar de ter uma infraestrutura diferenciada em comparação à escola da comunidade do Pium, devido a construção ser de alvenaria e

¹⁰ Antigo internato que abrigava indígenas e não indígenas para formação, administrada pelos missionários da igreja Católica da Diocese de Roraima desde 1960.

¹¹ Assembleia geral dos tuxauas, espaço de debates que envolve todos os povos indígenas de Roraima, além de professores, vaqueiros, jovens, mulheres, pajés, animadores, agentes indígenas de saúde, motoristas e além de convidados de governo e da sociedade civil, atividade feita desde o ano de 1977, com os primeiros conselhos comunitários em Maturuca.

telhado, o sentido de participar da formação tinha a mesma finalidade de estudar e voltar para a comunidade, com aprendizagem da própria cultura Wapichana e Macuxi.



Foto 5. vila Surumu (janeiro/2018)

No ano de 2004, com meus 21 anos, foi concretizado um dos momentos mais desafiadores da minha vida, ano que encarei a vida de morar na cidade de fato, por conta do estudo na graduação, sendo aprovado em um vestibular na faculdade de ensino Unicem/Cathedral¹². A vivência na cidade por um período longo em prol à formação permitiu-me a adaptar e seguir na caminhada até os dias atuais, trabalhando junto com os parentes indígenas. E fiz questão de esclarecer de como cheguei na cidade para morar pelo fato de aceitar uma decisão coletiva com foco em participar de formação e poder, na conclusão do curso, ajudar os povos do meu próprio território Manoá-Pium, especialmente da minha comunidade Pium e povo Wapichana e Macuxi. De passeio quando criança e agora já adulto permaneci por um período de 04 anos em Boa Vista, não foi moleza devido a visão que se via na faculdade, que além de ser espaço de ensino, era instituição particular formada em grande maioria por estudantes filhos de fazendeiros, arroteiros, políticos, juizes, pessoas que em maioria não estava acostumadas com a presença indígena no mesmo ambiente.

¹² Instituição de ensino localizado na cidade de Boa Vista em Roraima, que fez um convenio de bolsa de estudo para estudantes indígena com o CIR em 2004, ofertando os cursos de administração e direito.



Foto 6. Acadêmicos indígenas da UFRR na cidade de Boa Vista/RR (12/4/2019)

Tudo começou no espaço do movimento, na famosa reunião ampliada do CIR, para a minha vinda de fato para a cidade, quando fui indicado e aprovado pelas lideranças indígenas presentes e logo aprovado no vestibular e consegui ser selecionado para ficar com a bolsa de estudo. Como falado anteriormente, eu nunca tinha vivido na cidade, e era a primeira experiência com toda cautela possível para não ficar preso e me perder no meio dos prédios. No início a minha primeira morada foi na sede do CIR junto com a família dos coordenadores Jacir e Eudina Macuxi no período de 2004 a 2005 e Marinaldo e Joana Macuxi, no período de 2006. Para chegar até a faculdade tive que andar de bicicleta quase 7 quilômetros toda manhã, a partir das 6:00 horas para frequentar as aulas do curso de administração no qual fui aprovado. Encarar a cidade só foi possível com ajuda de muitas pessoas, sem medo de enfrentar o sol e até mesmo ser atropelado por carros. A primeira experiência foi superada e praticamente tive que me adaptar para poder ficar mais tempo e foi o período em que tive a oportunidade de conhecer a realidade de muitos outros indígenas enfrentando as dificuldades de estar na cidade para apenas buscar conhecimento através de formação.



Foto 7. Reunião na sede do CIR, Boa Vista-RR (janeiro/2015)

A experiência de viver em Boa Vista era para ser apenas de quatro anos, prazo de término do curso de graduação, mas fui convidado pela coordenação do CIR para ajudar na administração de um projeto comunitário em conjunto com a Funai. Esse trabalho foi a primeira experiência profissional na cidade, em que recebi em 2005, o meu primeiro salário pelos serviços prestados e foi usado na época para comprar as coisas e mandar para minha família na comunidade Pium. Antes do salário eu recebia um apoio de alimentação da Funai, mas muitas vezes faltava para manter durante o mês todo. Esta vida agora na cidade trabalhando para as comunidades, envolveu mais de 200 comunidades de varias terras indígenas, rede de articulação do CIR com finalidade de apoiar nas atividades de demarcação de terras e principalmente a sustentabilidade. Ainda não estava adaptado com a nova atividade, visto que a ideia de vir para a cidade era para formação, e daí teve outra decisão coletiva para minha permanência e contribuir com os conhecimentos.

Durante a minha experiência de trabalho no CIR, tive a oportunidade de fazer longas viagens em cidades fora do Brasil, em novembro de 2007, passando pela Itália, Espanha e Áustria, a convite do Conselho Indigenista Missionário para fazer uma campanha sobre a situação dos povos indígenas da Amazônia brasileira. A comitiva era formado pelo parente Heliton do Amazonas, padre Gunter, missionaria Graça e eu, fomos em escolas, igrejas e feiras de produtos levando as informações dos povos indígenas do Brasil.



Foto 8. Aeroporto de Manaus/Brasil (novembro/2007)



Foto 9. Aeroporto em Frankfurt/Alemanha(11/2007)



Foto 10. Palestra no colegio em Viena/Austria (11/2007)



Foto11. Passeio nas ruas de Viena/Áustria (11/2007)

Com a experiência de trabalho junto ao CIR, fui convidado por uma liderança tradicional, o senhor Euclides Macuxi para poder ajudá-lo na gestão de um programa, Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas -PDPI¹³, em Brasília. Era outra cidade e muito maior que Boa Vista. Na época fiquei muito ansioso, pois foi um convite rápido e aprovado para fazer a mudança, visto que nesse período nunca tinha saído de Roraima para morar em outro estado, mas aceitei o convite e fui para Brasília. Se em Boa Vista pelos menos em alguns dias podia encontrar os parentes, em Brasília além de ser uma cidade grande, tinha pessoas vindas de todo canto do Brasil. O intervalo de 2008 a 2010 foi um período de muito conhecimento e aprendizado, além de ter que me adaptar a um tipo de moradia chamada de quitinete, quarto pequeno no centro de Brasília.

¹³ Programa de apoio aos povos indígenas ligada ao apoio de proteção de florestas tropicais brasileira pelo Programa Piloto para a proteção das Florestas tropicais do Brasil (PPG7), acordo entre o governo brasileiro, a União Européia, o Banco Mundial e G-7 (grupo que reúne os 7 países mais ricos do mundo: Alemanha, Reino Unido, Estados Unidos, Canadá, França, Itália e Japão), O PDPI teve início em 2000 e foi voltado à proteção territorial, conservação e fortalecimento da cultura indígena. O PDPI contou com acompanhamento direto da COIAB e nas suas instâncias de governança. Programa encerrado em 2014.

Nesse período casei, tive um filho e os desafios aumentaram. Levei minha pequena família para Brasília e não foi fácil enfrentar uma cidade grande com mulher e filho de 2 meses. Mas foi em Brasília que conheci a sede principal da FUNAI, o Congresso Nacional dos deputados federais e senadores, o Palácio do Planalto, na época o presidente era Lula, o Supremo Tribunal Federal e mais de 30 ministérios, como exemplo o Ministério da Educação, Saúde, Justiça, Meio Ambiente, Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento Social e Cultura. Nesta cidade tive a oportunidade de conhecer outros parentes indígenas vindo de diferentes estados, com língua, cantos, danças e costumes diferentes.

Nessa cidade conheci o local chamado memorial do parente Galdino Pataxo, morto cruelmente por filhos de não indígenas, sendo queimado vivo enquanto estava dormindo em parada de ônibus no centro de Brasília. E foi na capital do Brasil que aprendi a olhar o mundo de forma ampliada, não somente para o meu território Manoá-Pium, nem apenas para minha comunidade Pium e nem só para o estado de Roraima, em que vivem vários povos em seus distintos territórios tradicionais e que encaram a cidade todos os dias como eu. E claro, reconheço que houve momentos que deu vontade de ir embora e continuar a vida em Roraima, mas fui persistente e soube aproveitar a oportunidade o máximo possível, até chegar o momento de voltar para a comunidade Pium, a convite das lideranças no ano de 2010.



Foto 12. vida na cidade Brasília (abril de 2009).

Depois de Brasília, passei o tempo de um ano na minha comunidade Pium, e logo fui convidado pelo conselho ampliado do CIR para concorrer a eleição da

coordenação e ficar morando em Boa Vista. Novamente fiz a consulta às lideranças da minha comunidade Pium, Terra Indígena Manoá-Pium e tuxauas das comunidades da região Serra da Lua, no sentido de fazer valer as decisões conjuntas defendida por mim. Na reunião ampliada¹⁴ do CIR em dezembro de 2010, meu nome foi aprovado como candidato para coordenação geral e, logo em 2011, as fichas de votação foram enviadas para as comunidades membros do CIR.

A apuração dos votos da eleição seria feita na assembleia geral do CIR em 2011 e assim se sucedeu, tendo sido eleito e empossado na assembleia, mudando novamente o meu roteiro de retorno para minha comunidade. Daí iniciou os 02 anos de vida na coordenação e de viver novamente na cidade de Boa Vista que dura até nos dias atuais. Nesse período tive a oportunidade de conhecer outras cidades grandes no Brasil, como São Paulo, Rio Janeiro, Manaus, Salvador, Belém, Porto Alegre, e outros estados como Mato Grosso e Acre. Além de cidades em outros países como Caracas na Venezuela, Madri na Espanha, Oslo na Noruega, Nova York e Washington nos Estados Unidos, Frankfurt e Bonn na Alemanha, Itália, Portugal, Marrocos, Tailândia, Equador, Colômbia, Suriname, Guiana e Catar. Agora não é fácil estar nessas cidades, tudo difícil em entender a língua e principalmente comer a alimentação diferente.



Foto 13. Reunião ampliada do CIR, Boa Vista/RR (julho/2015)

Passado o tempo de experiência na coordenação geral do CIR, na função a que me foi concedida, em 2017, fui convidado para ajudar na direção da Coordenação das

¹⁴ Instancia de decisão interna do CIR que faz o papel de planejamento, fiscalização e todo acompanhamento das atividades da coordenação executiva, antes das realizações das assembleias gerais anuais. A reunião ampliada é realizada duas vezes por ano.

Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), agora com sede em Manaus-Amazonas. Novamente consultei minha comunidade Pium, terra indígena Manoá-Pium, região Serra da Lua¹⁵ e também os conselheiros e coordenadores que fazem parte do CIR. Apesar da cidade de Manaus estar próximo de Roraima, a realidade de ficar no lugar com maior população e toda estrutura de prédios, além de toda agitação eu nunca tinha enfrentado. Mas com a indicação feita a eleição no final de agosto de 2017, tendo resultado positivo de ser eleito vice coordenador, tinha o desafio de ficar uma boa temporada na sede da COIAB em Manaus e assim visitar outras cidades. Mas uma vez não consegui voltar para a minha comunidade de origem, devido as missões aceitas em poder ajudar as demais comunidades e povos indígenas da Amazônia e até do Brasil.

Mas vale reconhecer tanto que Boa Vista e Manaus foram grandes comunidades indígenas no passado e por conta da colonização foram invadidas com a estratégia de apagar a presença indígena. A experiência na COIAB ainda me faz continuar na cidade, porém me permite manter o elo com todas as comunidades indígenas sem distinção de língua e cultura. Para isso estou todos os dias buscando novas estratégias para encarar a vida na cidade, que não está sendo fácil. A minha cabeça ficou muito acelerada e quando vou para a comunidade fico inquieto com a calmaria. Agora fico com a dúvida se ainda irei morar em comunidade indígena. Meus parentes da comunidade do Pium já falam que nunca mais vou morar em comunidade indígena, pelo fato da minha missão de defender os direitos lá fora que exige presença e muitas viagens, no sentido de vigiar também o que os brancos vão tentar fazer para tirar os direitos conquistados.

Agora na COIAB, o contato com a cidade continua, ampliado entre os municípios, países e estados com presença indígena. As informações e principais órgãos que tratam sobre a questão indígena estão na cidade, como o Ministério Público Federal, a Secretaria da Educação, Secretaria Especial Saúde Indígena, IBAMA, coordenações regionais da FUNAI e hospitais para atendimento de alta complexidade. Além de estar nas cidades em grande maioria, os espaços de ensino de nível superior, que muitos jovens indígenas aventuram a saída de suas comunidades no sentido de encarar a caminhada de formação e às vezes até trabalho. E esta experiência de vida na cidade só foi possível superar por conta da decisão coletiva.

¹⁵ Região Serra da Lua, é a instância representativa criada pelas lideranças do CIR, para melhor articulação, mobilizações, realização de assembleia, é composta por 19 comunidades e tuxauas respectivamente. Quatro lideranças compoem a delegação para participar da reunião ampliada e 28 são delegados para participar com direito a voz e voto na assembleia geral do CIR.



Foto 14. Sede da COIAB na cidade de Manaus-Am (janeiro/2019)

A vida na cidade me faz refletir todos os dias, como é difícil a vida de indígena nestes lugares, pelo grande preconceito que encara em tudo, até na hora de pedir água para beber. Muitas vezes a maior parte de violência e crimes quem acaba sendo punido são os indígenas, indefesos por conta do seu idioma. Por outro lado, na cidade também, é possível ter acesso às informações e conhecimentos e encarar a realidade para demonstrar a outros membros da sociedade, os “não índios”, de que indígenas são reais mesmo, com cultura, tradição e vida diferenciada, que pensam também em ter vida melhor em qualquer lugar. A cidade é apenas local de passeio e moradia temporária. Um dia a cidade já foi uma grande comunidade indígena, mas agora tem suas próprias estruturas que não sustentam toda a vida indígena, principalmente as práticas culturais. E na comunidade é bom de se viver por conta do ar puro e o contato com a natureza, que nos faz ficar novo todos os dias, por conta de não ter preocupações ou doenças causadas pelas agitações citadinas.

1.4. Movimento indígena: Casa dos saberes dos povos indígenas

Falar em movimento indígena é dar voz aos meus antepassados mesmo que distante da realidade em que viveram, porque realmente antigamente tudo era mais difícil, até mesmo de falar a própria língua Wapichana e Macuxi. Da liberdade de criança da comunidade Pium para o mundo com a missão de ajudar a mim mesmo dentro de um grupo formado por vários povos chamado de “movimento indígena” significa garantir a identidade.

Mas antes do movimento indígena, a minha história familiar já indicava que era obrigatório continuar a luta de acordo com o conhecimento e determinação para enfrentar os problemas recorrentes relacionados aos nossos direitos. Por isso, desde a fundação da comunidade Pium, o primeiro tuxaua foi o meu avô paterno José Farias, depois sucedido pelo meu tio Antonico, meu pai Antonio Farias e meu avô materno Adolfo Nicácio.

Na comunidade é comum a participação de todos nas reuniões comunitárias e em alguns momentos nas reuniões e assembleias ampliadas com demais tuxauas da região. O movimento indígena é responsável por todos os avanços referentes à questão indígena, no contexto de luta por um projeto prioritário considerado por todos os povos, “a luta pelo território originário”.

A minha trajetória está ligada em vivenciar a vida de liderança no cargo de tuxaua. O caso do meu pai Antonio Farias me fez refletir escrevendo neste trabalho que devemos estar preparados para assumir funções e principalmente responsabilidades, pois o tempo passa e muitos dependem de nossas ações e decisões. Quando os povos e lideranças começaram a se reunir, eram vistas as presenças de líderes de outras comunidades trazendo notícias, preocupações e fazendo orientação de que era necessário a união e a participação da comunidade na defesa da vida e principalmente do território. Nessa época, as visitas eram feitas de bicicleta, a cavalo e às vezes de carro de carona com fazendeiros. Assim teve início do movimento indígena em meio a várias pressões, perseguições e tentativas de exterminar os territórios e vida dos povos indígenas.



Foto 15. Malocão de reuniões comunitária do Pium (dezembro/2018).

Daqui para frente entra a minha participação que se deu diretamente no movimento indígena no ano de 1998, quando participei da Assembleia Regional dos Tuxauas ocorrida na comunidade Jacamim. Mesmo com a minha ausência temporária da minha comunidade Pium e região Serra da Lua, aos 13 anos por conta da minha ida para estudar no Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol, nunca perdi o contato, mesmo tendo a distância de 326 quilômetros do Centro de Formação até a minha comunidade.

Desde o início de minha participação nas Reuniões Comunitárias e Assembleias regionais da Serra da Lua, comecei a conhecer e contribuir com o movimento indígena local e regional através de incidência com conhecimentos para poder enfrentar os problemas da atualidade no campo territorial, ambiental, políticas públicas e defesa dos direitos indígenas. Foi junto com os tuxauas, conselheiros e membros da coordenação regional que dei os primeiros passos de conhecimento sobre a realidade de atuação de liderança no campo principalmente de defesa dos direitos. Diferente das demais regiões indígenas, de base do CIR, a Serra da Lua é constituída por número menor de comunidades indígenas, porém com população com número alto, considerado a segunda maior região levando em consideração o número de população. E junto com as lideranças vários momentos de participação foram efetivados.



Foto 16. Assembleia Regional da Serra da Lua, TI Moscou (dezembro/2018)

Outro espaço ampliado de debate entre povos indígenas de Roraima é chamado Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima, promovido pelo CIR. Nestes

encontros tive a oportunidade de conhecer a situação dos povos indígenas em outras regiões, desde as reivindicações, atividades sendo realizadas, controle social e planos para enfrentamento dos problemas de forma coletiva. Desde 1999, acompanho as assembleias gerais, antes mesmo de eu ser coordenador e referência na condução do movimento indígena juntamente com demais lideranças jovens e tradicionais.

Para chegar às assembleias gerais, existem as reuniões nas comunidades, nas regiões, depois duas reuniões ampliadas internas do Conselho Indígena de Roraima e depois a principal assembleia realizada anualmente. Não participei do início do movimento indígena na década de 1970, conforme relata a história, mas fiz parte do grupo de lideranças que deu continuidade da luta através da minha participação frente a gestão de uma das maiores organizações indígenas do país, o CIR, com a posse feita pelas comunidades, na região Surumu, comunidade Barro, TI Raposa Serra do Sol, para o período de 2011 a 2017.

Já fazia um tempo sem a participação da região Serra da Lua, frente à gestão do Conselho Indígena, desde a sua fundação sendo conduzida na época pelo líder Clóvis Ambrósio. Além de poder eleger junto comigo três representantes de povos, Wapichana, Macuxi e Taurepang de distintas regiões e comunidades indígenas. A votação da base do CIR foi expressiva e novamente a juventude indígena estava a frente da gestão de uma das maiores organizações indígenas do Brasil.



Foto 17. Posse da Coordenação do CIR (15/3/2011)

Todas as lideranças, coordenadores regionais, tuxauas ficam anualmente mobilizados e elaborando os documentos e planos para serem apresentados na famosa assembleia realizada pelo CIR e seus membros. A minha primeira participação na assembleia geral fiquei muito impressionado com a organização e controle, a pauta, atividades culturais, debates, decisões, pontualidade e também algumas punições para aqueles que tentavam atrapalhar a realização das atividades. Durante o clima tenso relacionado à demarcação da Raposa Serra do Sol, teve decisão de sair da assembleia direto para a mobilização no sentido de garantir a demarcação em área contínua. É comum a participação das autoridades públicas nacionais e internacionais nestas assembleias, claro desde quando convidados. A força do movimento indígena em Roraima e no Brasil teve seu avanço com a unificação de todos os povos, pela única causa, a indígena.

Desde a primeira assembleia sendo dentro de Terra Indígena, até nos dias, ainda é de costume realizar esse mega evento dentro de terras, nas comunidades, com presença atualmente de muita juventude, mulheres e crianças. Ficou definido no calendário de todas as comunidades a realização dessa assembléia, espaço de decisão para todos os povos, quando solicitado com presença de autoridades públicas

municipais, estaduais e federais. Além de entidades de fiscalização judicial como o Ministério Público Federal, a FUNAI e outros parceiros.



Foto 18. Assembleia Anual do CIR (março/2014).

Em referência aos meus avôs Jose Farias e Adolfo Nicácio, tio Antonico Farias e meu pai Antônio Farias, sempre conheci o movimento na forma de malocção, reunidos e unidos pensando no futuro da terra indígena e da comunidade. A preocupação era adquirir conhecimento para fortalecer a coletividade. O “feixe de varas” representava a união para continuar o trabalho em prol do presente e do futuro dos povos indígenas, meus parentes que vivem e cuidam diariamente e diretamente do território indígena, do Manoá-Pium, e das 35 terras indígenas existentes em Roraima. O ato do “feixe de varas” símbolo de união ou unificação de lutas, nas reuniões comunitárias e nas assembleias regionais e gerais era usado pelas lideranças experientes com apresentação de que uma só varinha (representando um tuxaua) é muito fácil de ser quebrado pelos fazendeiros, garimpeiros e políticos do mal. Mas quando se reúnem as varas (tuxauas e demais lideranças) o feixe fica mais forte e ninguém consegue quebrar, por isso a força do movimento indígena em Roraima tem experiência na prática do “feixe de varas”, com a união de todos os povos indígenas, lideranças professores, agentes indígenas de saúde, vaqueiros, mulheres e jovens.

Além da minha participação no movimento indígena especificamente na região da Serra da Lua, tive o privilegio a partir do ano 2017 de atuar diretamente em outras áreas, como por exemplo na Amazônia, através da Coordenação das Organizações

Indígenas da Amazônia Brasileira, nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, em 46 regiões de base. No plano nacional contribuo desde 2008 com a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB em conjunto com outros parentes indígenas das regiões do Sul, Sudeste, Nordeste, Centro Oeste e Norte. E também contribuo no movimento indígena no plano internacional junto a Coordenação das Organizações Indígenas da Cuenca Amazônica(COICA), nos países de Brasil, Venezuela, Guiana, Guiana Francesa, Suriname, Peru, Colômbia, Bolívia e Equador.



Foto 19. IV Cumbre da Coica (junho/2018)

A minha persistência de sempre ter a curiosidade de participar das reuniões dos tuxauas na comunidade Pium, composta apenas de lideranças mais velhas eu ficava impressionado com a discussão e nada era colocado por eles no papel. O incentivo de estar no movimento também teve a contribuição da formação que tive desde 1999 no Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol, junto com demais jovens de outras terras indígenas em Roraima. O lema era se formar e voltar para a comunidade e para sua região no sentido de contribuir para o movimento indígena e fortalecer a organização indígena, o Conselho indígena de Roraima.

Em Roraima, o movimento indígena teve sua grande parcela de contribuição reconhecida por todos os povos indígenas, histórico que é internalizado a cada geração de lideranças indígenas que hoje atuam em prol a defesa de suas comunidades,

territórios e principalmente aos direitos conquistados. A insistência dos líderes em colocar nos espaços de debates as próprias formas de atuar criou a frente muito forte para desconstruir a ideia de que os povos só iriam estar organizados se criassem as organizações com regras impostas e monitoradas pelo governo. Os grandes encontros comunitários, assembleias estaduais e intercâmbios fizeram consolidar o elo de alianças entre povos marcando assim a história do movimento indígena como uma grande casa dos nossos saberes.

1.5. Educação Indígena sim e Escola para quê?

Antes de qualquer ensino fora da comunidade ou até mesmo na escola, na minha época tudo tinha que passar pelo ensino de casa, desde as práticas culturais e valorização da língua Materna Wapichana. Ainda me lembro que com meus 04 anos, foi a idade que pisei pela primeira vez no lugar chamado “escola”, indo para fila para cantar o hino nacional do Brasil. Ainda tive o azar de provar o período da palmatória que mais maltratava do que ajudava a aprender. Estudei na comunidade na Escola Estadual Indígena Olegário Mariano, nome da escola de pessoa de fora, imposta na época pelos governantes. A partir de 1995, o ensino foi mudando, tendo mais presença de professores indígenas e ensino das práticas culturais e da língua materna na sala de aula. No ano de 1998 concluí o ensino fundamental, depois fui indicado para ingressar no curso de formação de lideranças, técnico em agropecuária e manejo ambiental no Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol.



Foto 20. CIFCRSS fundada desde 1996 (dezembro/2017)

Após concluir o ensino médio, em 2002, novamente surgiu a oportunidade de estudar, agora no ensino superior, na Faculdade Cathedral em convenio com o CIR, nas vagas de Administração e Direito, participei da seleção e fui aprovado. Na seleção das 40 vagas disponíveis, fiquei em terceiro lugar, e entre 2004 e 2007 fiquei na cidade por conta do curso de administração e ajudando através de estágio na sede do CIR .

Durante meu curso de graduação e estágio na sede do CIR, tive várias oportunidades de participar de cursos técnicos seja a nível comunitário, regional, estadual, nacional e até internacional. Em certos momentos eu já ia como convidado palestrante por conta da minha experiência no trabalho com os povos indígenas de Roraima, com temas de organização indígena, gestão territorial, mudanças climáticas, sustentabilidade e controle social de políticas públicas.

No ano de 2010, abriu uma oportunidade de continuar o meu estudo, dessa vez, no Mestrado na Universidade de Brasília, fiz meu projeto com tema de gestão de organização indígena, na época tinha 15 vagas, fui selecionado, mas fiquei em 16º lugar, por isso não consegui ingressar, porém não desisti.

Logo mais no ano de 2017, fui informado através de rede social e através do professor Alessandro Oliveira, sobre a abertura de seleção para o curso de mestrado novamente referente à 4ª turma para o curso de Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais ofertado na Universidade de Brasília. Com o meu projeto de pesquisa intitulado de “Plano de gestão territorial e ambiental da terra indígena Manoá-pium: estratégias de implementação”, apresentei a ideia e fiquei aguardando resultado nas 5 vagas disponíveis para indígenas. Em junho de 2017, saiu o resultado e fiquei em segundo lugar, portanto sendo aprovado e com destino a Brasília para participar do curso.

O interessante que quando estava me inscrevendo para o curso eu ainda estava na coordenação do CIR, e quando iniciei as aulas presenciais do mestrado eu estava na coordenação da COIAB, duas organizações indígenas protagonistas no início do debate, projetos e criação de políticas sobre a gestão territorial e ambiental em terra indígenas. Mas foram em reuniões locais, regionais e assembleias gerais da minha região Serra da Lua e até mesmo do CIR, que conheci a experiência de gestão territorial e até mesmo a construção do seu instrumento de gestão chamado de PGTA. Um detalhe marcante foi me deparar com o regimento elaborado na terra indígena Manoá-Pium, relacionado a

entrada de pesquisadores em que eu estive junto na elaboração com todos seus prazos e procedimentos.

E agora eu no mestrado me vejo na obrigação também de cumprir a regra e mesmo não gostando do termo pesquisador tenho de encarar no sentido de ajudar as comunidades e principalmente a terra indígena Manoá-Pium. Mas o edital de seleção para o Mestrado profissional em sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais-MESPT¹⁶, já exigia o conhecimento das lideranças através de suas assinaturas. E fui conversar com as lideranças, primeiro a tuxaua da minha comunidade, senhora Vandenha Wapichana, depois o coordenador da minha região Serra da Lua, senhor Clóvis Ambrósio e demais membros da comunidade e equipe técnica do Conselho Indígena de Roraima, no sentido de garantir a segurança de que o tema a ser pesquisado teria conhecimento de pessoas de dentro e fora da terra indígena.



Foto 21. Quarta turma do MESPT (agosto/2017)

Durante a vida de mestrado tive a grande oportunidade de conhecer outros povos indígenas, povos quilombolas, geraizeiros, ribeirinhos, pescadores, ciganas, povo do terreiro, negros e até profissionais que trabalham com esses povos, como funcionários da FUNAI, do MPF, advogados autônomos. Sempre comento na sala de aula, de que a primeira vez que encontrei um quilombola foi durante a assembleia do CIR em 2014 e em seguida fui juntamente com demais lideranças fazer intercâmbio nas comunidades

¹⁶ É um programa de ensino ofertado pela Universidade Brasília, desde 2010, no início era para formação exclusiva dos povos indígenas voltada a defesa dos direitos, sustentabilidade, e atualmente contempla formação junto com demais povos tradicionais como Quilombolas, Geraizeiros, Pescadores, Ciganos, povo do terreiros e indigenistas da Funai, MPF.

quilombolas no estado do Maranhão, as conhecidas Quebradeiras de Coco Babaçu. E estar presente no meio de outros povos, descubro que além dos 305 povos indígenas, tem mais povos com culturas diferentes e com a mesma vida de luta pelo território e até reconhecimento de identidade.

A minha trajetória de formação teve grande parcela de contribuição do movimento indígena originalmente da minha comunidade Pium, da região Serra da Lua, no plano estadual através do Conselho Indígena de Roraima, amazônico através da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, da bacia Amazônia através da Coordenadoria Indígena da Cuenca Amazônica e através da Articulação Nacional dos Povos Indígenas a nível nacional e internacional. Assim a participação como formação, atualmente em Acampamento Terra Livre¹⁷, promovido pelo movimento indígena do Brasil.



Foto. 22. XV ATL (Brasília/2019)

Todas as lideranças discursavam que é fundamental a formação indígena para defender a terra, saúde, educação e a nossa própria identidade indígena. E para debater sobre políticas públicas são convidados os gestores e técnicos do governo federal, estadual, municipal e entidades que trabalham com temáticas específicas nas áreas territoriais, ambientais, sustentabilidades e fortalecimento das organizações indígenas. Poucas informações repassadas nas salas de aulas desde o ensino fundamental, médio e

¹⁷ Acampamento Terra Livre, grande assembleia nacional de todos os povos indígenas do Brasil, iniciado desde 2005, no alge da luta pela demarcação em area contínua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Hoje em 2019, completou seus 15º. Anos de realização em Brasília-df.

superior eram apresentadas em discursos pelas lideranças das comunidades indígenas nas reuniões, mobilizações, ATLS e assembleias. E aprendi que realmente existem as fronteiras de conhecimento que precisam ser quebradas com a insistência indígena, no qual posso me inserir nesse desafio por conta de pouca ou nenhuma preparação da maioria das escolas e universidades para tratar as especificidades indígenas.

Me lembro bem quando ingressei pela primeira vez na universidade para fazer graduação. Todos na sala ficaram olhando para mim e para meus amigos indígenas, com um olhar de preconceito por nós não sabermos falar português ou com mágoas por conta das demarcações das terras indígenas, pois em 2004, ano de meu ingresso, a questão de demarcação estava muito tensa por conta da Raposa Serra do Sol. Talvez a minha iniciativa junto aos demais indígenas presentes na graduação fez a diferença, pois no grupo indígena estava uma liderança, Irani Macuxi, muita experiente no movimento que também reforçou esse dilema que existia contra nós indígenas. Não falo muito da minha formação no ensino fundamental e médio porque esse período passei em escolas indígenas junto com professores e professoras indígenas. A minha formação na graduação na área de administração contribuiu muito para fazer a gestão de organização indígena, com nova visão e segurança, mas respeitando a estrutura de funcionamento

O movimento sempre digo que é uma grande universidade constituído de grandes sábios indígenas que apresentam seus conhecimentos, preocupações e estratégias para defender os direitos. Mas nunca foi excluído outros tipos de conhecimentos, onde já era dito que outros conhecimentos são importantes para enfrentar os problemas que vêm de fora. Poucas lideranças tiveram a oportunidade de ingressar nas universidades ou qualquer tipo de salas de aulas, mas sempre mantiveram o conhecimento indígena e souberam também aproveitar outros conhecimentos para serem usados no movimento indígena. E independente do local, o lema que me foi dado é “tem que se formar para ter mais coragem para defender os direitos indígenas e ajudar a comunidade e povos indígenas”.

2. Gestão Territorial e Ambiental

2.1. Breve histórico da TI Manoá-Pium

Com o nome de igarapé Manoá e de um inseto Pium, juntos formam o nome de Terra Indígena Manoá-Pium, formado por dois povos indígenas, Wapichana e Macuxi. Dentre estes povos, o povo Wapichana faz parte da família linguística (Aruak) e o povo Macuxi faz parte do tronco linguístico Caribe. A distribuição populacional desses povos se situa em comunidades, onde nas comunidades do Pium, Cachoeirinha do Sapo, Alta Arraia e Novo Paraíso vivem em maioria os Wapichanas e nas comunidades Manoá, Cumaru e São João vivem em número maior os Macuxis de acordo com seus usos, costumes e tradições.

Nas leituras de livros, documentos e literaturas, identifiquei que no período dos séculos XVIII e XIX, encontrei uma versão até então curiosa e estranha, no qual dizia que o povo Wapichana era conhecido como pessoas “mansas”, de fácil socialização com demais pessoas. Daí me deparei com as informações de que em meados do século XVIII, segundo registros, houve indícios de conflitos entre os Wapichanas e os Macuxis (CIDR, 1987), mesmo período de invasão dos portugueses na região norte do Brasil. Segundo esses textos produzidos, passado longo tempo de conflitos iniciou-se uma relação de entendimento entre os povos, visto que atualmente os Wapichana mantêm uma boa relação principalmente no que diz respeito aos territórios e vivência social e cultural.

Da família linguística Aruak, no ano de 1887 foi registrado a presença de pelo menos 1000 Wapichanas nas margens do Rio Branco, número preocupante pela quantidade populacional, considerando que o povo Wapichana já foi numeroso na região (CIDR, 1989)¹⁸.

Após o reconhecimento territorial, a população tem demonstrado indicativo de aumento em Roraima. Segundo dados da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), atualmente existem 10 mil wapichanas no estado, deixando de fora aqueles que vivem em áreas urbanas, nos país de fronteira como Guiana e Venezuela. Historicamente os Wapichanas falam a língua wapichana, vivem de produtos das roças,

¹⁸ Centro de Informações da Diocese de Roraima, criada para coletar dados e informações com apoio direto dos missionários que estavam trabalhando junto com os povos indígenas.

realizam plantio em terreiro e criações de animais como gado bovino, porco, cavalo e outros tipos de produção como criação de peixe, plantação de frutas e hortaliças.

É muito forte a economia existente na Terra Indígena Manoá-Pium, por conta da existência do solo fértil. Um dos relatos encontrados foi o deslocamento de muitos parentes Wapichanas procedentes do país vizinho, Guiana, maioria jovens que em muitos casos ficavam em algumas comunidades seja no Pium ou no Manoá, com o destino final para a cidade de Boa Vista em busca de serviço. Praticamente por desconhecimento dos direitos, acabavam sofrendo exploração de trabalho. A terra indígena Manoá-Pium, principalmente via a comunidade Pium tem sido o lugar considerado o ponto de entrada de mais Wapichanas para o Brasil. A maior parte do ingresso dos parentes procedentes da Guiana se concretiza através de diálogo entre os líderes dos dois países, porém não tem sido um trabalho fácil, por conta da necessidade apresentada em poder ter trabalho e adquirir bens e alimento para o sustento das famílias indígenas.

“a migração de índios Wapixána, em escala considerável, da República da Guiana para Roraima, introduz, neste contexto, um outro fator importante para a compreensão do sistema. Os índios provenientes da Guiana são originários de diferentes contextos sociais. Há os que vêm de aldeias Wapixána, ou mistas destes índios em convívio com os Makuxí; alguns provêm de casas isoladas, e outros saíram de situações Inter étnicas em vilas rurais ou em cidades. (SILVA, 2007, p.66)

Em linhas gerais no Brasil, a constante migração e expulsão dos Wapichana de seus territórios tradicionais acabaram por gerar uma demanda em torno da demarcação de Terras Indígenas, ação que se apresenta conflitante na política indigenista brasileira, gerando falta de entendimento frente os interesses endossados pelas esferas municipais e estadual.

“esta região de fronteira, de fácil acesso terrestre por ser de campos abertos com floresta de galeria, revela como os processos de consolidação dos estados nacionais brasileiro e guianês atuam a nível local, procurando estabelecer os limites geopolíticos e implantar sua presença com o objetivo de garantir a soberania nacional. É por isso que, nesta região, as questões de nacionalidade e etnicidade se apresentam de forma muito acentuada, revelando também sua extrema complexidade” (BAINES.2003.p.06).

A intenção do governo de Roraima na época era tirar a presença indígena dos territórios considerados férteis para o desenvolvimento, porém excluindo e fazendo os deslocamentos dos Wapichanas e demais povos para locais sem vida e infértil para

agricultura. A forte valorização cultural tem sido a marca principal do povo Wapichana, a antropóloga Nádia Farage, apresenta que:

Os estudos produzidos principalmente na década de 40 sobre os Wapichana em região brasileira e guianense, respaldados na teoria da aculturação, serviram de base para os processos oficiais de demarcação do território Wapichana, sendo este consideravelmente diminuído, uma vez que tais demarcações estavam pautadas no grau de “perda” cultural. (FARAGE, 1991, p. 37)

A relevante prática cultural dos povos indígenas tem sido o elemento fundamental para fazer andar o processo de demarcação na década de 1980, cito a própria Terra Indígena Manoá-Pium. Mas é notório afirmar que no processo de reconhecimento territorial sendo feito do jeito do governo e seus órgãos públicos, até mesmo a própria FUNAI na época, tinha o único objetivo de favorecer o latifundiário, ao ponto que o povo indígena ficou restrito a pequenas ilhas espalhadas por Roraima. Na década de 1990, com a demarcação de novas terras indígenas passou por um processo de mudanças e as demarcações foram feitas em área contínua, fortalecendo a luta indígena, a exemplo da Raposa Serra do Sol e Yanomami.

A luta dos Wapichanas e Macuxis na Terra indígena Manoá-Pium, para poder manter a cultura manteve elo forte com a questão territorial. A valorização cultural tem sido em muitos momentos ignorada pelo estado Brasileiro, mas hoje o ensino da língua materna tem sido ampliado para fora das comunidades Wapichanas e fortalecido a criação de materiais pedagógicos para ensino e aprendizagens de indígenas e não índios. Um dos idealizadores do movimento indígena ampliado em Roraima, o líder tradicional Clóvis Ambrósio, Wapichana (2018), sempre em seus discursos afirma que :“Nós Wapichanas sempre tivemos paciência e somos pessoas do diálogo, mas quando decidimos não tem volta, a nossa regra é a vida”.

De inimigos declarados conforme relatam vários historiadores indígenas e não indígenas dos Wapichanas, o povo Macuxi, tem segundo relatos de documentos, pesquisas e literaturas, suas origens da bacia do Orinoco, com sucessivas mudanças locais de moradia até chegarem às margens do Rio Branco. Alguns teóricos, afirmam que os Macuxi são povos das ilhas do caribe (IM THURN, 1883 apud CIDR, 1987. p. 46). Segundo a mitologia Macuxi, a sua origem tem relação com a história dos filhos do sol, Makunaima e seus filhos Anike e Insikiran.

Segundo dados da SESAI¹⁹, hoje são maioria no Brasil, principalmente no estado de Roraima com mais de 23 mil Macuxis (SESAI, 2018). Ao contrário do povo Wapichana, os Macuxis eram considerados pelos invasores na décadas de XVIII como povo que não aceitava ser subordinado, eram “bravos” e nenhum momento ensinavam e nem permitiam ninguém aprender sua língua e cultura (CIDR, 1987). Os Macuxi foram forçados a aprender outras culturas e manter relações harmoniosas com outros povos e a sociedade brasileira.

Na terra Indígena Manoá-Pium, os Macuxis são em número menor considerando a população total, são procedentes de outros territórios que enfrentavam conflitos constante como o caso da Raposa Serra do Sol. Constata-se a chegada dos Macuxis em 1910, na comunidade Manoá e desde essa época a população tem aumentado. Os Macuxis vivem de trabalhos na roça, criações de animais como gado bovino, são excelentes vaqueiros. Pouco se ouve na comunidade o uso da língua Macuxi, senão pelos mais velhos, por conta ainda da opressão externa vivenciada.

O povo Macuxi ocupa as comunidades de São João, Cumaru e Manoá, em grande quantidade, fazendo seus usos e costumes de acordo com sua vida tradicional milenar desde a criação da terra indígena Manoá-Pium. Há relatos que foram os que chegaram primeiro, mas é uma história que não vale a pena alimentar por conta também da versão dos Wapichanas mais velhos, considerando que a história de convívio harmonioso entre os povos ainda é recente e cabe apenas dizer que os povos conquistaram o território para garantir a vida. O povo Macuxi tem suas próprias formas de convívio e com relação bastante próximo com sua cultura, principalmente a língua materna Macuxi. Ainda que apresentado por alguns pesquisadores como povos de difícil relação por serem “bravos”, mas mantiveram o jeito próprio de proteção do seu território assim como do povo.

Atualmente o povo Macuxi tem sido os pioneiros em destacar a resistência em prol pela luta e conquista do território de forma contínua. Foram os primeiros a iniciar a organização e fortalecimento do movimento indígena em Roraima, de acordo com as deliberações coletivas sem prejudicar a relação com outros povos. A desobediência dos Macuxi foi primordial para demonstrar ao colonizador de que não teriam tempos bons frente a tentativa de apagar a cultura.

¹⁹ Secretaria Especial de Saúde Indígena, criada em 2010, após várias reivindicações do movimento indígena do Brasil. Instância ligada ao Ministério da Saúde que tem 34 distritos de saúde localizados nas 05 regiões indígenas do Brasil, Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro Oeste.

Manoá-Pium é uma terra pequena, formada em sua criação apenas por duas comunidades indígenas, Manoá e Pium, porém atualmente a população aumentou e o espaço territorial foi ocupado com criação de animais. O processo demarcatório, após várias mudanças e revisões no tamanho da terra indígena, teve o seu fim no dia 7 de fevereiro de 1982, sendo homologada com o total de 43.336 hectares e população na época de mais de 350 pessoas.²⁰

O processo demarcatório da Terra Indígena Manoá-Pium passou por procedimentos feitos através de estudos realizados pela FUNAI e outros agentes públicos federal e estadual na época. No período tenso, o lema das autoridades do ex Território Federal de Roraima era fazer ocupação de terras desocupadas mesmo sabendo da existência dos povos indígenas, segundo eles para o progresso do território. A presença indígena na área de interesse do governo federal liderado pelo Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária (INCRA), responsável pelo levantamento fundiário, era totalmente ignorada e não respeitaram o território indígena, considerando apenas a área ocupada pelos povos indígenas com casas e algumas roças.

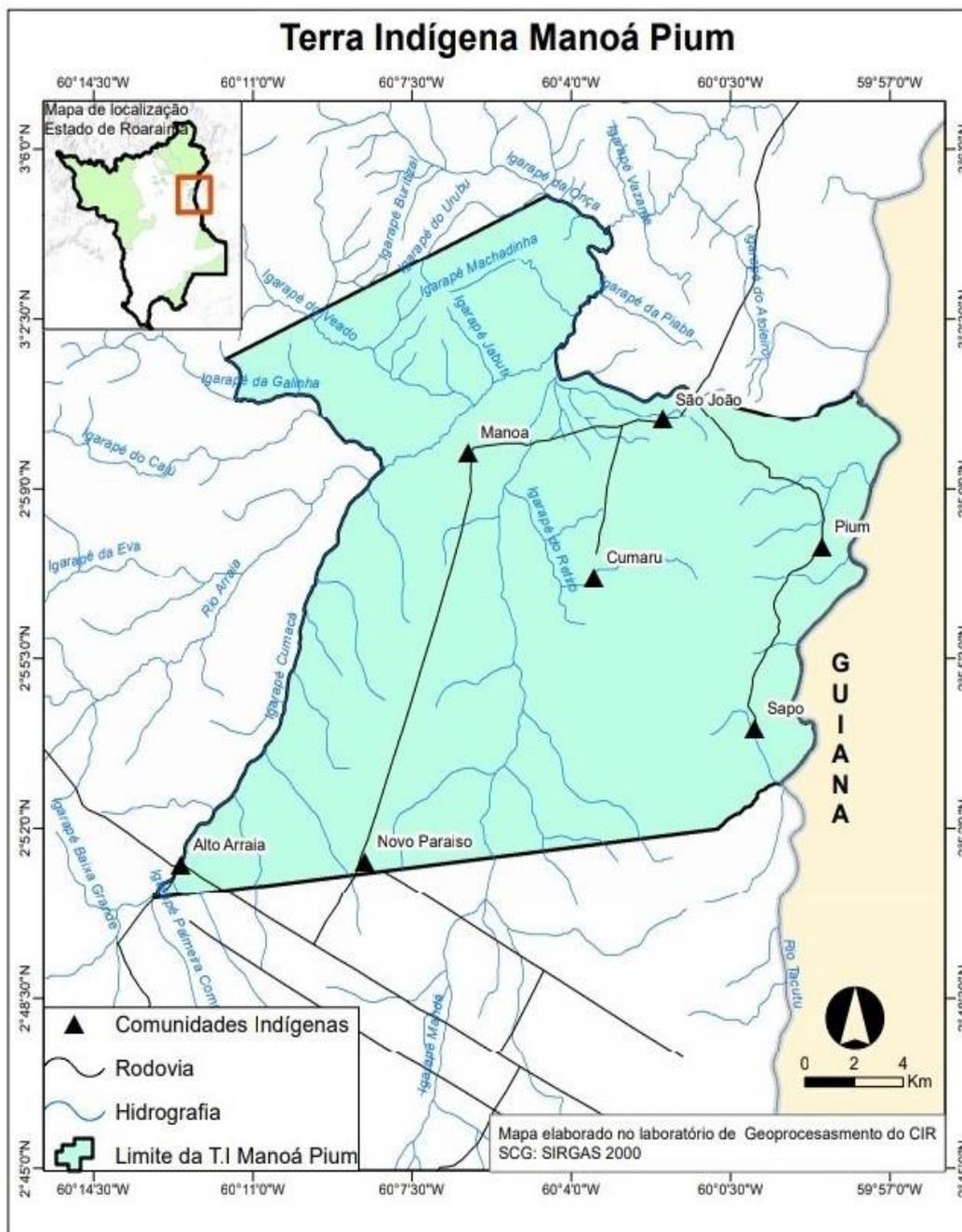
No quadro abaixo apresento de forma resumida a linha do tempo sobre o processo de demarcação da terra indígena Manoá-Pium, de acordo com os levantamentos feitos pelo grupo de trabalho da FUNAI e também os questionamentos feitos pelos próprios indígenas da época, como dito antes, não estavam amparados por legislação específica, deixando apenas atribuição da FUNAI coordenar e proteger os direitos indígenas, que no caso do Manoá-Pium, teve má fé na definição territorial.

Apresento para conhecimento e compreensão dos acontecimentos através da linha do tempo que marca o processo de demarcação da TI Manoá-Pium, conforme as informações e dados coletados em diálogo e leituras:

Fase	O que aconteceu
ANO DE 1910	<ul style="list-style-type: none"> - Chegada de caçadores Macuxi nas margens do lago Manawa 'u, os primeiros moradores nas comunidades Manoá, vindo de outras áreas com presença indígena e da Guiana (segundo relato só senhor Aquilino Viriato um dos moradores mais antigo do Manoá); - Foi criado o Serviço de Proteção ao Índio (Decreto

	8.072). Com a finalidade de prestar assistência a todos os índios do território nacional.
ANO de 1920	Chega os primeiros moradores nas comunidades Mariwedy em português Pium, vindo de outras áreas com presença indígena e da Guiana (segundo senhor Emiliano Alexandre que chegou em 1940 informou que já tinha moradores nessa época e acha que chegaram outros parentes antes por volta de 1920);
Ano de 1967	Criação da FUNAI (lei 5.371).
ANO DE 1973	<ul style="list-style-type: none"> - O INCRA inicia o levantamento fundiário para assentamento nas áreas segundo a instituição estavam desocupadas e no sentido de frear o ato de contrabando na fronteira do Brasil-Guiana. - Foi criado o Estatuto do Índio (lei 6.001, em dezembro)
ANO DE 1977	<ul style="list-style-type: none"> - É criado o primeiro Grupo de Trabalho da FUNAI para fazer o levantamento sobre a presença indígena no ex- território indígena após a solicitação feita pelo INCRA. - Foi realizado a I Assembleia Indígena do ex-Território Federal de Roraima, na Missão São José/Surumu, com presença de tuxauas, missionários e convidados.
ANO DE 1979	É instituído o segundo Grupo de Trabalho da FUNAI com a finalidade de fazer um levantamento mais detalhado sobre a terra indígena Manoá-Pium. Nesse grupo de trabalho foi considerado não só a parte física da terra, e sim a vida cultural dos povos indígenas.
ANO DE 1980	- é criado o segundo Grupo de trabalho da Funai para fazer revisão da TI indígena Manoá-Pium, com ampliada para 67.800 hectares – divulgado no Boletim Oficial de Boa Vista em agosto.

	<p>- é criado o terceiro grupo de trabalho da FUNAI para novamente rever a TI Manoá-Pium, após várias pressões do governo, fazendeiros e outros interessados. E ao resultado que saiu no mês de setembro foi a diminuição da terra para 43.337 hectares;</p>
Ano de 1982	<p>- Foi publicado oficialmente a demarcação da Terra Indígena Manoá-Pium, conforme o resultado do trabalho do terceiro Grupo de Trabalho(GT), com diminuição da terra indígena contendo vários questionamentos indígenas.</p>



Mapa 02- Mapa da TI Manoá Pium (SIG/CIR/2014)

Hoje a luta continua, agora com pedido que já faz mais de 20 anos que as lideranças reivindicam ampliação da terra, que abrange área desde o igarapé Atoleiro, Igarapé da Piaba e Igarapé da Onça, devido a diminuição de espaço para criações, plantações e até para fazer as casas. Ainda sem resposta do governo federal, as comunidades, como um “feixe de varas”, mantêm firme e mobilizados em prol a defesa dos direitos.

2.2.1. A luta pelo Território Originário

“Para os povos indígenas a riqueza é quando você tem saúde, terra para viver sem ameaças, estar num clima tranquilo ter alimentação saudável para a família, ter terra demarcada, uma cultura preservada, uma coletividade respeitada”.(Joenia Wapichana, 17 de janeiro. Entrevista GGN. Jornal de todos os Brasis. 7 de janeiro de 2019).

Os povos indígenas desde a criação do então estado de Roraima, vivenciaram um violento processo de colonização e expropriação de seus territórios que começou no século XVIII. Já no século XX, as marcas de se adequar a um novo espaço imposto pelo estado brasileiro na década de 1970 tem suas cicatrizes ainda visíveis até os dias atuais com um agravamento nas condições de vida. A imposição era muito forte do governo federal na época com projetos desenvolvimentistas para a região norte sem ao menos tentar ouvir os povos originários. Mesmo estando na mira do estado brasileiro, fazendeiros, garimpeiros, políticos e demais antindígenas, os povos indígenas não desistiram, continuaram a luta pela garantia territorial de forma pacífica e com apoio importante dos missionários da Igreja Católica²¹ nas orientações.

“Naqueles anos, começava-se a falar em direitos humanos dos povos indígenas e defendia-se a necessidade de levar adiante uma luta pacífica, visando ao sustento de suas reivindicações. Pessoalmente, sempre fui muito avesso à violência. Estava convencido disso desde a minha estadia em Moçambique, quando eu li a vida de Fandhi e procurei transferir essa minha convicção aos índios. Também naqueles anos de conflito aberto entre índios e fazendeiros, insisti sobre a validade de práticas não violentas”(MONGIANO, 2011, p. 56).

Apesar de toda a repressão contra a vida dos povos indígenas anteriormente informado, a resistência de enfrentar o mal do estado em querer a qualquer custo ser proprietário de todo o território foi enfrentado de forma pacífica. As estratégias foram feitas dando salto para consolidação em garantir os direitos ao território. Mas o grande responsável pelo respeito e que marcou a vida indígena foi a criação do movimento indígena no estado.

O movimento indígena teve o papel importante pois permitiu consolidar a conquista territorial com atuação direta através dos líderes indígenas, feita por meio de articulações locais, regionais, nacionais e internacionais. As estratégias de criação de Conselhos Regionais nas comunidades indígenas, desde a década de 1970, proporcionou reunir líderes que tinham na época a missão de tirar o povo da escravidão

²¹ Primeira instância religiosa a aceitar e decidir trabalhar diretamente com os povos indígenas em Roraima, não apenas em catequização, e sim na luta pelos direitos e fortalecimento das culturas.

e da dependência. No ano de 1977, na antiga Missão Surumu²², teve a primeira grande assembleia dos povos indígenas de Roraima, na época Macuxi e Wapichana, em torno de 80 lideranças, com presença de apoiadores, como os missionários da diocese de Roraima.



Foto 23. Primeira Assembleia dos Tuxauas (Surumu/1977)

As mobilizações indígenas em Roraima e pelo país inteiro em torno da defesa dos direitos além na luta histórica pela demarcação de mais terras indígenas, cito a Raposa Serra do Sol, trouxe resultado positivo em unir mais povos, como Ingaricó, Waiwai, Patamona, Saporá, Yanomami e Iekuana. O reforço veio ainda com o histórico momento de criação do CIR, resultado, da resistência das lideranças do movimento indígena que teve o papel fundamental em buscar soluções para enfrentar a extrema violência, invasões e opressão sendo praticada pelos invasores garimpeiros, fazendeiros e outros setores interessados em expulsar os povos dos seus territórios milenares.

“Para melhor articular com as comunidades indígenas, foi realizada primeira assembleia na missão surumu com 80 tuxauas e ficou estruturada a articulação composta por conselheiros de cada região, tuxauas e coordenação do CIR, com missão de fazer as vistas mensais nas comunidades e fazer alerta sobre a situação dos povos indígenas em Roraima”. (TUXAUA TERCENIO. MARÇO 2014.)

Na articulação do movimento indígena em Roraima, assim como a fundação do Conselho Indígena Território de Roraima (CINTER) e depois o CIR, teve a participação

²² Espaço utilizado pelos missionários para formar jovens filhos de indígenas e não indígenas e que depois se tornou o palco da união e consolidação do movimento indígena em Roraima.

direta das lideranças da Terra Indígena Manoá-Pium, como a liderança Aquilino Viriato da comunidade Manoá e Quintino da Silva da comunidade Pium. A criação de fato e de direito do CIR, em agosto de 1990, consolidou a luta indígena e unificou os povos através de suas representações, respectivamente através de etnoregões (Amajari, Baixo Cotingo, Murupu, Raposa, Serras, Serra da Lua, Surumu, Tabaio²³, Waiwai, Yanomami e São Marcos), cada um com seu próprio coordenador eleito em assembleia regional e autonomia de decisão e gestão interna junto com as comunidades que a compõe. A definição das regiões foi realizada de acordo com a participação de cada conselheiro enviado pelas comunidades indígenas e não foi necessariamente por povo. A Serra da Lua, constituída hoje de 19 comunidades, na época havia pouco menos de 10 comunidades.

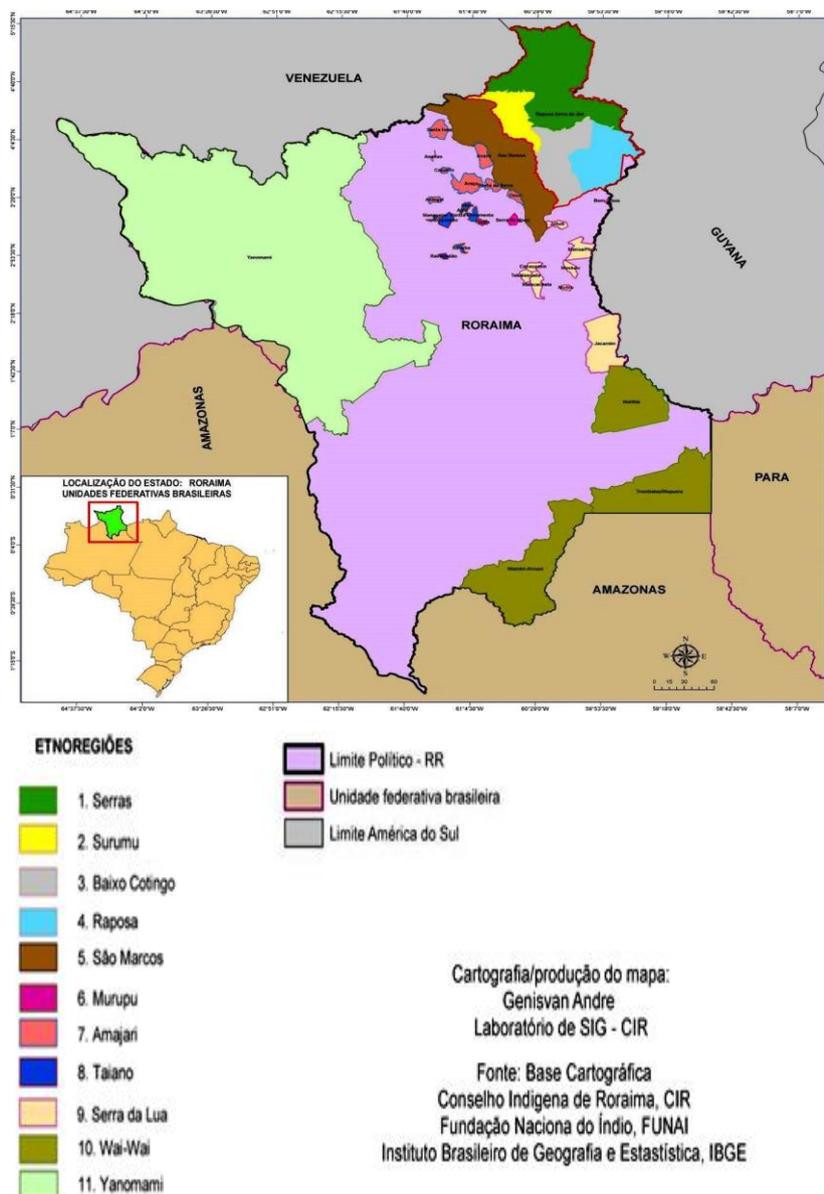
Representação regional do CIR: Amajari(Verde claro); Baixo Cotingo (verde escuro); Raposa (Laranja claro); Serras (Laranja escuro); Serra da Lua (Vermelho claro); Surumu(Vermelho); Tabaio (Lilas escuro); Waiwai(lilas claro); Yanomami (azul escuro); São Marcos (azul claro).



Mapa 3 - regiões do CIR (2009)

²³ Tabaio – atualmente região que antes era chamado de Taiano.

Abaixo está o mapa das representações indígenas base do CIR:



Mapa 4 - Mapa que representa 11 regiões (CIR/2014)

No processo de utilizar o novo instrumento de luta, agora chamado de organização sem fins lucrativos, para reforçar a luta indígena, em assembleia foi decidido coletivamente como seria a atuação do CIR, de acordo com a realidade de cada povo e seus territórios.

Segundo Estatuto social do CIR, no seu Artigo 2º., tem objetivo e finalidade:

I) A defesa dos direitos e interesse dos povos indígenas do estado de Roraima, tendo representatividade legítima e absoluta, nas esferas extrajudiciais e judicial;

- II) Representar os povos indígenas do estado de Roraima, membros do CIR, em litígios judiciais, independente de procuração da comunidade indígena, simples autorização do tuxaua ou vice-tuxaua local;
- III) Fortalecer a autonomia dos povos indígenas do estado de Roraima;
- IV) Respeitar e proteger judicialmente e extrajudicialmente os interesses indígenas, bem como o meio ambiente, a propriedade intelectual indígena, o direito do indígena como consumidor, ao patrimônio artístico, estético, histórico paisagístico e cultural;
- VII) Incentivar e apoiar a autonomia cultural, econômica e social dos povos indígenas;
- VIII) Desenvolver atividades nas áreas de saúde, educação, cultura, meio ambiente, subsistência, desenvolvimento econômico e bem estar social dos povos indígenas;
- IX) promover ações e acompanhar demarcação, regularização e garantia territorial dos povos indígenas;
- X) Estimular e promover a valorização das tradições culturais dos povos indígenas de Roraima;
- XI) Promover iniciativas que assegurem o respeito à organização social, costumes, línguas, crenças, tradições e todas as formas de manifestação cultural dos povos indígenas.

O movimento indígena juntamente com as organizações: CIR, Associação dos Povos Indígena de Roraima (APIRR), Organização das Mulheres Indígenas de Roraima (OMIRR), Organização dos Professores Indígenas de Roraima (OPIRR), e outros, têm travado lutas em Roraima e ultrapassado fronteiras por conta de tanta violência sofrida pelos povos indígenas. Ocorreram diversas viagens internacionais para a Organização das Nações Unidas (ONU) e até no Vaticano para falar como Papa, na época João Paulo II, em prol a luta pela demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol e retirada dos garimpeiros da Terra Indígena Yanomami.

Lista das principais Organizações Indígenas em Roraima:

Ord	Nome	Sigla
1	Conselho Indígena de Roraima	CIR
2	Organização dos professores Indígenas de Roraima	OPIRR
3	Organização das Mulheres Indígenas de Roraima	OMIRR
4	Sociedade de Defesa dos Índios Unidos de Roraima	SODIUR
5	Aliança para a Integração e Desenvolvimento das Comunidades Indígenas de Roraima	ALIDECIR
6	Associação do povo indígena waiwai	APIW
7	Conselho do Povo Indígena Ingarico	COPING
8	Hutukara Associação Yanomami	HUTUKARA
9	Associação dos Povos Indígenas de Roraima	APIRR
10	Associação dos Povos Indígenas da TI São Marcos	APITSM
11	Organização dos Índios da Cidade	ODIC

Atualmente o movimento indígena e suas organizações indígenas em Roraima, buscam o desafio de trabalhar em redes unificando linhas de atuação em uma só voz, no sentido de encarar a ideia desastrosa do atual presidente do Brasil, que a todo custo tem a ideia de investir no divisionismo dos povos, que há 519 anos resistem. Na 48ª. Assembleia dos povos indígenas de Roraima, realizada nos dias 10 a 15 de março de 2019, em mesa de debate estiveram presentes 11 organizações indígenas que marcaram o compromisso de unificar as lutas, principalmente com presença da Sodiur, historicamente considerada rival em lutas políticas contra o CIR.

“ É hora das organizações indígenas unificarem as lutas em prol o futuro das gerações indígenas em Roraima”, (TUXAUA TOBIAS.13 DE MARÇO DE 2019.)

O movimento se consolidou e garantiu a continuidade das conquistas territoriais de acordo com as decisões coletivas dos povos e seus líderes das comunidades e terras indígenas. Como o lema “ a luta continua e unidos venceremos”, a caminhada não pára e com o tom de guerra já teve o primeiro enfrentamento contra o governo brasileiro atual autoritário e que tenta apagar do mapa a presença indígena. Neste início do ano de 2019, os povos indígenas de Roraima se encontram em alerta geral por conta do governo brasileiro ter como presidente um velho conhecido antindígena, o atual presidente Bolsonaro.

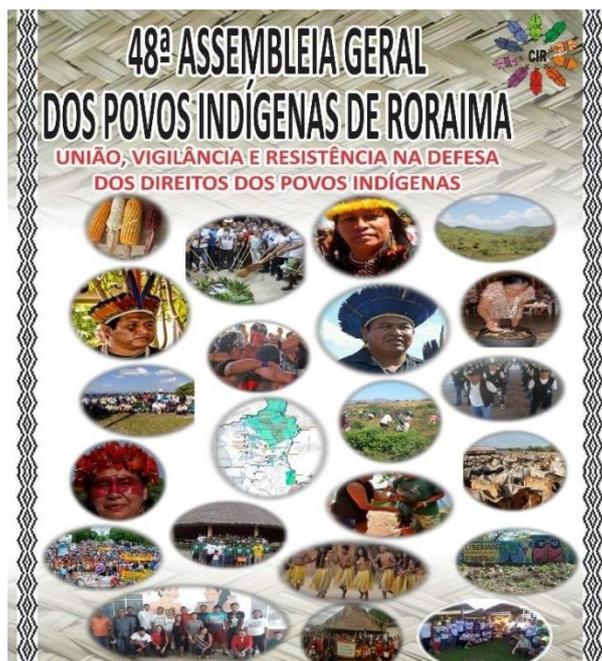


Foto 24. Assembleia 10 a 15 de março (acervo Cir/2019).

E daí se vê principalmente através de mapas, a localização das terras indígenas resultado da luta do movimento indígena e suas organizações indígenas. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE no ano de 2018, Roraima possui 425 298 mil habitantes, sendo deste total 55 mil se autodeclaram indígenas, o que corresponde a 13% do total da população de Roraima, considerando o estado brasileiro com maior número de indígenas. E 46% do território são terras indígenas, considerando a terra indígena Raposa Serra do Sol, o território com maior número populacional indígena.

Nada foi fácil para garantir os direitos indígenas, o estado de Roraima, um estado novo, formado por pessoas vindas de outras regiões do Brasil, vindas com a idéia propagada pelos governantes na época de ocupar terras sem pessoas. Instalada nas margens do Rio Branco, a capital de Roraima, ocupou uma das grandes comunidades do povo Wapichana, chamada de Buritizal. E daí iniciou a expulsão, forçando deslocamentos principalmente do povo Wapichana para outro lado leste de Roraima, sentido a Guiana. Os indígenas que ficaram na área ocupada pelos colonizadores, tiveram que vestir a roupa do “branco” para não serem mortos. Enfim, a história de contato não foi pacífica, teve resistência e mortes, apagadas pela história e que os mais velhos em nenhum momento têm interesse de comentar. O estado de Roraima é um

estado indígena, mas é difícil ser índio neste lugar, devido ao grande preconceito existente e a tentativa de apagar a história indígena, com a ideia de integracionismo.

Abaixo, o censo populacional por Terra Indígena:

Ord	Terra Indígena	Comum.	Pop.	Povos
1	Raposa Serra do So	213	25635	Macuxi, Wapichana, Taurepang, Ingaricó, Patamona
2	São Marcos	45	6082	Macuxi, Wapichana, Taurepang
3	Ananas	1	11	Macuxi e Wapichana
4	Anaro	1	54	Macuxi, wapichana e taurepang
5	Aningal	2	284	Macuxi, wapichana e saporá
6	Anta	2	286	Macuxi e Wapichana
7	Araça	5	2403	Macuxi, wapichana e taurepang
8	Arapua	1	39	Macuxi e Wapichana
9	Barata/livramento	2	836	Macuxi e Wapichana
10	Bom Jesus	1	58	Wapichana e Macuxi
11	Boqueirao	1	440	Macuxi e Wapichana
12	Cajueiro	1	67	Macuxi e Wapichana
13	Garajem	1	117	Macuxi e Wapichana
14	Jacamim	4	1538	Wapichana e Macuxi
15	Lago da Praia	1	23	Wapichana e Macuxi
16	Leao de ouro	1	103	Wapichana e Macuxi
17	Malacacheta	2	1013	Wapichana e Macuxi
18	Canoanim	3	1338	Wapichana e Macuxi
19	Mangueira	1	95	Wapichana e Macuxi
20	Manoa Pium	7	2741	Wapichana e Macuxi
21	Moskou	2	712	Wapichana e Macuxi
22	Muriru	1	156	Wapichana e Macuxi
23	Ouro	2	252	Wapichana e Macuxi
24	Pium	1	381	Wapichana e Macuxi
25	Ponta da Serra	4	348	Wapichana e Macuxi
26	Raimundao	2	505	Wapichana e Macuxi
27	Santa Ines	1	96	Wapichana e Macuxi
28	Serra da moça	3	580	Wapichana e Macuxi
29	Sucuba	1	360	Wapichana e Macuxi
30	Tabalascada	2	405	Wapichana e Macuxi
31	Trombetas Mapuera	6	455	waiwa
32	truaru	1	412	Wapichana e Macuxi
33	Wawai	2	360	Waiwai
34	Waimiri Atroari		2009	Waimiri Atroari e piritiri(RR/AM)
35	yanomami*		24603	Yanomami(RR/Am)
	Fonte: Sesai/2018			
	Fonte: Isa/2017*			

Em linhas gerais enquanto os governantes do estado de Roraima mantinham a meta de ocupação territorial trazendo outras pessoas de outros estados para criação de vilarejos e até municípios, os povos indígenas fortaleceram a luta e organização para defender os direitos garantidos na constituição federal de 1988. De acordo as demarcações realizadas na década de 1980, vários processos hoje reconhecidos com a constituição vigente não eram obedecidos pelos agentes do estado na delimitação territorial indígena, o que influenciou em demarcar terras em “ilhas” ou em tamanho reduzido.²⁴ Estudos demonstram a importância do território de acordo com a especificidade cultural de cada povo.

Hoje observamos que as definições territoriais na década de 80, as demarcações foram feitas de forma parcial a fim de atender aos interesses de fazendeiros e até grileiros de terras. Na época das primeiras demarcações havia muita pressão para cooptação de tuxauas com a intenção de abrir mão dos direitos a terra rica em água, floresta, caça e frutas para alimentação da população. Alguns estudos apontam realidades de pressão vivenciadas, e a omissão por parte da FUNAI de ajudar os povos indígenas.

“Durante minha pesquisa de campo muitos interlocutores falavam da diminuição do território como uma fraqueza dos tuxauas da época, ou que eles foram comprados por pinga. Alguns colaboradores apontaram que técnicos da Funai, na época do processo de delimitação, queriam dividir a área comum das duas comunidades, deixando um espaço para a presença de colonos entre as duas aldeias. Essas afirmações mostram como o processo de demarcação da TI foi bastante tenso, e que o aliciamento das lideranças pelos funcionários da Funai e pelos fazendeiros era uma constante da época. (LIMA, 2012, p.81)

Ainda a luta não acabou, a caminhada não tem fim pela conquista e manutenção dos direitos conquistados e para isso a união dos povos indígenas está fazendo a diferença juntamente com suas organizações com a mesma visão de não permitir retroceder tudo que aquilo que custou suor e sangue. A história conta que no início nada foi fácil e cabe à nova geração de lideranças tomar coragem, usar a arma do branco, caneta e o papel, e continuar o movimento de forma pacífica.

Hoje, os inimigos que se escondiam se apresentam sem disfarçar o ódio, principalmente a turma do presidente do Brasil, que já anunciou que não terá um palmo

²⁴ Demarcação em “ilhas”, termo usado pelos políticos de Roraima, denunciado continuamente pelos tuxauas pelo fato de ser espaço pequeno em que todos os recursos naturais ficam de fora dos territórios pretendidos pelos povos indígenas.

de terras a demarcar para indígenas. Tempos sombrios nunca abandonam a luta indígena, mas a sabedoria indígena também nunca se desgastou e assim virão mais vozes para afirmar que não terá “nenhuma gota de sangue a mais”²⁵.

2.2.1. Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas: Conquista dos povos indígenas

Praticamente todos os territórios indígenas são reconhecidas mundialmente como importantes para a conservação da biodiversidade, que está ligada diretamente a manutenção física, cultural e econômica dos povos indígenas. Alinhados aos instrumentos legais vigentes no país, é fundamental estabelecer diálogos com políticas públicas locais, estaduais e nacionais para ações de Proteção, Gestão e Manejo dos Recursos Naturais que se localizam nos territórios indígenas. Neste processo:

Trata-se de esforços para estabelecer uma efetiva “dialogia” a partir da qual os indígenas não sejam percebidos como “objeto” de políticas estatais, mesmo daquelas que expressam respeito e valorização de seus modos de vida. Estas novas dinâmicas em espaços de comunicação, como no exemplo trazido aqui sobre uma iniciativa do movimento indígena em Roraima para conectar realidades locais e uma política pública nacional, revelam esforços no sentido de concretizar essa dialogia. (OLIVEIRA, 2017, p.265).

Nas próximas páginas deste trabalho procuro esclarecer alguns dos conceitos centrais para pensar essa dialogia no campo da “Gestão Territorial e Ambiental” com foco na Terra Indígena Manoá-Pium buscando elementos que interliga a visão própria indígena e conhecimentos técnicos externos. Praticamente a “Gestão de Território” é a forma de como são conduzidos e cuidados os locais ocupados tradicionalmente pelos povos indígenas com significado cultural que passa de geração em geração. E “Gestão Ambiental” é a forma de condução dos recursos naturais existentes no territórios, desde a floresta, rios, serras, animais e todos os seres de vida. Portanto, conduzir de forma equilibrada respeitando os limites da natureza e todos seus locais pode-se considerar de “Gestão Territorial e Ambiental”. Mesmo com as limitações territoriais feitas pelo governo, é fundamental o cuidado com o território e de todas as vidas que nele existem.

²⁵ Lema da mobilização Indígena ocorrida no de 2019, liderada pela APIB, por conta de tantos assassinatos de indígenas nos territórios em retomada e aquelas que estão sendo invadidas

“ o conjunto de domínio político e simbólico do espaço que constitui o território e um povo indígena, englobando os seus saberes tradicionais e suas práticas quanto ao uso dos recursos naturais e da biodiversidade bem com os mecanismos, processos e instâncias culturais de decisão relacionados aos acordos e consensos próprios de cada povo. São ferramentas para a gestão territorial e ambiental de terras indígenas o etnomapeamento e o etnozonoamento, entendidos como processos participativos de diagnósticos e planejamento para uso sustentável do território e dos recursos naturais, com base nos conhecimentos e saberes indígenas”(SOUZA.2015.P.261).

A criação de uma política nacional para o campo da gestão territorial e ambiental é resultado de um acúmulo histórico de iniciativas lideradas pelas organizações indígenas, principalmente na Amazônia, por meio de programas e Cooperativas Técnicas, a exemplo do Projeto de Proteção Territorial da Amazônia Legal(PPTAL), Projeto Demonstrativo da Amazônia (PD/A), Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas (PDPI) e Cadeira Indígena. Estas experiências de projetos e ações realizadas em conjunto com órgãos governamentais e não governamentais mostraram o caminho, além do reforço feito pelo movimento indígena através das reivindicações, para que o governo reconhecesse a importância de uma política pública permanente. O primeiro passo deste processo aconteceu quando o governo criou um Grupo de Trabalho Interministerial(GTI) para elaborar uma proposta de Política nacional de gestão territorial e ambiental.

A proposta da PNGATI está fundamentada em marcos legais, tais como: Constituição Federal no seu Artigo 231 e 232 e Artigo 37; Decreto 1.141, de 5 de maio de 1994 que estabelece a competência da FUNAI; Convenção da Diversidade Biológica (CDB); e Decreto 5.758, 13 de abril de 2006 (PNAP); Decreto 6040/07 (PNPCT); Decreto 6.101, 26/4/2007 (atuação da SEDR); Convenção 169 da OIT; Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas no seu artigo 29; Novo estatuto dos povos indígenas aprovado pela CNPI(2009); e Portaria Interministerial 276/2008 (GTI).

A PNGATI é considerada pelos povos indígenas a única política que teve consultas em todo seu processo de construção, que teve o início com a participação das lideranças no GTI, as organizações das 05 regiões indígenas do país puderam articular e mobilizar suas bases; e representantes de povos e organizações indígenas participando das consultas de acordo com planejamento definido em conjunto com o governo, sociedade civil e povos indígenas. Uma das lideranças pioneiras no debate sobre a questão do território tem se colocado a favor de todo processo de construção da política de gestão com presença indígena, principalmente nas tomadas de decisão.

“ Não foi fácil convencer o governo de que os povos indígenas podiam também contribuir na construção da política, não apenas como beneficiários e sim no processo de tomadas de decisão. Os povos além de saberem cuidar da terra, trazem em toda sua história a bagagens de iniciativas que precisam ser valorizadas e fortalecidas na prática” (CHICO APURINA. 2011).

A ideia da PNGATI foi bastante discutida nos espaços das reuniões da CNPI, que nas mesas de diálogo estavam presentes representantes da FUNAI e MMA. De acordo com os encaminhamentos, a realização de um seminário em março de 2009 em Brasília, teve como assunto principal o documento base elaborado pelo GTI, a serem apreciado para posterior uso nas consultas regionais. No período de 2009 a 2010 foram feitas as consultas nas cinco regiões: área de abrangência da Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME); Articulação dos povos Indígenas do Pantanal e região Centro-Oeste (ARPINPAN); Articulação dos Povos Indígenas do Sul (ARPINSUL); Articulação dos povos indígenas do Sudeste (ARPINSUDESTE); Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB). Após realização das consultas, os resultados foram sistematizados pelos membros do GTI, posteriormente enviado para aprovação do CNPI. Em seguida o documento ficou a disposição das considerações de alguns Ministérios, a exemplo da Casa Civil, conforme solicitados pelos mesmos.

A noção da Gestão Territorial das Terras Indígenas é o que melhor combina a dimensão política do controle territorial das Terras Indígenas com a dimensão ambiental de ações voltadas para sua sustentabilidade e, como tal, serve como o conceito síntese e título deste relatório. (LITTLE, 2006, p.21).

A PNGATI foi aprovada em 05 de julho de 2012, através do Decreto No. 7.747, tendo 07 eixos principais: 1) Proteção territorial e dos recursos naturais; 2) governança e participação indígena; 3) áreas protegidas, unidade de conservação e terras indígenas; 4) prevenção e recuperação de danos ambientais; 5) Uso sustentável de recursos Naturais e iniciativas produtivas indígenas; 6) propriedade intelectual e patrimônio genético; 7) Capacitação, formação, intercâmbio e educação ambiental.

Para garantir a sua funcionalidade, a governança da PNGATI é coordenada de forma tripartite entre FUNAI, MMA e movimento indígena. Conforme o decreto aprovado, são órgãos de governança da PNGATI: i) o comitê gestor da PNGATI; ii) os comitês regionais da FUNAI; e iii) a comissão nacional de política indigenista-CNPI.

No dia 23 de abril de 2013, foi publicada a portaria interministerial no. 117, que instituiu o CG-PNGATI, possibilitando a realização da primeira reunião entre governo e povos indígenas. A composição ficou com 08 membros do governo e 08 membros dos povos indígenas.

Mediante o pouco tempo de vigência, já foram realizadas 16 reuniões do Comitê Gestor da PNGATI, até 05 de dezembro de 2018, feita a gestão das coordenações entre FUNAI, movimento indígena e estava em vigência a coordenação pelo MMA. Foram criadas câmaras técnicas sobre temas prioritários como: Mudanças Climáticas, monitoramento e planejamento das atividades da PNGATI; e discussão na época para realização da conferência. E nesse processo em 2015 foi criado o Plano Integrado de Implementação da PNGATI. Um dos gargalos enfrentados para garantir pelo menos a funcionalidade da governança é falta de recurso de recursos específicos, principalmente no orçamento público, visto que é uma política pública.

Atualmente a PNGATI, tem sido conduzido através de iniciativas apoiadas com recursos privados, principalmente de recurso oriundos do Fundo Amazônia, recurso do acordo de cooperação entre Brasil, Alemanha e Noruega. Mas no governo atual com seu Decreto 9.759, 11 de abril de 2019, extingue os conselhos e estabelece regras, diretrizes e limitações para a administração pública. Criado por portaria, o CG PNGATI na prática foi extinto. Portanto, desde janeiro do corrente ano, não é realizada as reuniões do CG PNGATI, mesmo o MMA sendo responsável pela coordenação.

Considerado um modelo de política que teve a participação direta dos povos indígenas, hoje se encontra em risco de ser desconstruída devido a política anti terras indígenas movida pelo governo atual. Além de haver possibilidade de acabar a única fonte de implementação da PNGATI, recursos do Fundo Amazônia, gerenciado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os povos indígenas, novamente juntam forças para não permitir o retrocesso acontecer.

2.2.1. Plano de Gestão Territorial e Ambiental da TI Manoá-Pium

No ano de 2013, após divulgação do edital pelo MMA, recurso do programa do PDPI, foi apresentado o edital durante a reunião comunitária no Pium, para os participantes que estavam presentes, tuxauas da comunidade Manoá, Cumaru e Cahoeira do Sapo. Nesse dia foi perguntado aos tuxauas presentes e aos membros da

comunidade se aceitariam participar do edital enviando projeto, para elaboração do Plano de Gestão Territorial. Aprovada a ideia foi encaminhada para a equipe do CIR elaborar a proposta e, quando do projeto aprovado, gerenciar as atividades e fazer as prestações de contas.

A organização indígena CIR já tinha experiência em elaboração de planos de gestão em outros territórios, a exemplo no Centro Maturuca na TI Maturuca e TI Jacamim, elaborados no período de 2011 a 2012. O esclarecimento informado pela equipe técnica do CIR foi de que a finalidade do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da TI Manoá-Pium deve ser uma ferramenta para orientar de como será feita a Gestão do Território. Assim, o plano deveria abranger áreas de saúde, educação e sustentabilidade dos moradores das comunidades. Desde o início da discussão, no processo da elaboração até a conclusão das atividades, eu estava frente à coordenação do CIR. Com o território demarcado, o primeiro passo já foi feito, agora é garantir o sustento e cuidar de todos os recursos que nele existem. Nesse sentido percebemos que:

a regularização fundiária das TIs tem sido entendida ora como parte da gestão ambiental e ora como sendo distinta desta. Para alguns a regularização fundiária pode ser considerada como uma fase inicial dentro de um processo de gestão ambiental e/ou territorial em Tis. (CORREIA E BARRETO FILHO, 2009, p.13).

Em vista de todo o processo inicial de debates sobre a elaboração do plano de gestão, a expectativa de todos os envolvidos estave voltada para o melhoramento na gestão dos recursos naturais e pensar o uso de forma equilibrada. E foi muito solicitado que o tema de formação pudesse contemplar os Agentes Territoriais e Ambientais formados pelo CIR para ajudar na proteção territorial.

Após todo o processo de regularização administrativa, como recebimento de recurso do projeto, a construção do plano teve início em 2014, fazendo o percurso de primeiro esclarecer e planejar as atividades no sentido de fortalecimento das próprias formas de decisão, contribuindo com a valorização dos conhecimentos tradicionais junto com seus territórios e possibilitar o ensino de conhecimento para as novas gerações. Como observa a coordenadora do Departamento de Gestão Territorial e Ambiental do CIR:

O cuidado com a natureza é uma prática milenar dos povos indígenas, e na Terra Indígena Manoá-Pium, tem experiências com gerações que hoje estão com conhecimentos e aprendizagem em outros modelos e conceitos (Sineia Wapichana.junho/2014)

O projeto aprovado viabilizou a aquisição de equipamentos, o recurso específico garantiu uma logística e pagamento de consultorias próprias que subsidiaram todo conteúdo, coleta e sistematização das informações. Em todo o processo de construção do Plano de Gestão foram feitas consultas e depois com as autorizações aprovadas, as atividades de reunir dados iniciaram. Na elaboração do PGTA Manoá-Pium o acesso facilitou por ser via terrestre durante todo percurso, com facilidade de uso de transporte, uma van adquirida no projeto, deslocando a equipe técnica entre consultores externos convidados e acadêmicos indígenas da Universidade Federal de Roraima.

Nas comunidades devido as distâncias até o local das oficinas, os participantes iam de bicicleta e até a pé. Em média as oficinas eram realizadas no período de 03 dias de acordo com a aprovação dos tuxauas e membros das comunidades.

O PGTA Manoá-Pium seguiu o seguinte roteiro, ora contextualizado na publicação final do documento: 1) oficina de sensibilização; 2) levantamento de informações; 3) oficinas temáticas : manejo e uso sustentável dos recursos naturais; 4) oficina temáticas : controle territorial e direito indígena; 5) oficina temática: educação para a gestão; 6) encontro de lideranças para definir principais demandas da terra indígena; 7) oficina de pactuação dividido em dois momentos de dezembro de 2014 e janeiro de 2015; 8) oficina de pactuação realizado em dois momentos, dezembro de 2014 na assembleia da terra indígena Manoá-Pium e janeiro na assembleia regional da etnoregiao serra da lua;9) oficina de validação.

A condução das oficinas foram feitas através de consultores indígenas, formados no Instituto de Ensino Superior Insikiran da Universidade Federal de Roraima. A equipe do CIR, através do seu departamento de Gestão Territorial e Ambiental deu apoio com informações, documentos e participação nos debates. A participação de consultores indígenas partiu das deliberações feitas nas assembleias dos tuxauas e exigência das próprias comunidades.

Segundo Alexandre Apolinário, consultor indígena:

Em 2014 tive o privilégio de participar na construção do plano de gestão da terra indígena Manoá-Pium, considerado o momento importante porque foi a oportunidade de ouvir as problemáticas de cada comunidade envolvida. E foi o momento de repasse de conhecimentos aprendidos na universidade e troca de conhecimentos mesmo que no uso de língua portuguesa, mas é fundamental que os planos sejam elaborados na língua materna indígena, no caso em destaque da terra indígena Manoá –Pium, Wapichana e Macuxi. (12/10/2018).

Os passos realizados para elaboração do PGTA Manoá-Pium, demonstraram que é importante além de cumprir a orientação técnica pré aprovada no contexto da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental, é fundamental que o calendário também siga o tempo das comunidades de acordo com a disponibilidade dos moradores e organização própria. A maioria dos planos elaborados anteriormente, tinham o prazo máximo de 12 meses para serem criados, devido aos apoios de órgãos públicos e não governamentais, mas com este PGTA Manoá–Pium, a elaboração foi no prazo de 24 meses, tendo a condução sendo feita de forma detalhada e garantindo a participação de toda a comunidade. O apoio logístico foi fundamental, além de ter acesso as informações e troca de experiências entre os próprios moradores das comunidades. Em muitos momentos conforme registrado em fotografias e relatórios, as comunidades se reuniram e mantiveram o compromisso através dos seus tuxauas, em concluir as atividades e acompanhar.



Foto 25 - Passos de construção do PGTA (CIR/2014)

As atividades para elaboração do PGTA seguiram o seguinte rito: 1) reunião para apresentação do edital do MMA para as comunidades e tuxauas; 2) envio da deliberação das comunidades para o CIR ser proponente e executora do projeto; 3) aprovação e recebimento do recurso do projeto; 4) reunião de apresentação sobre as atividades do projeto; 4) reunião de oficinas com temáticas sobre Manejo e Uso

Sustentável dos Recursos Naturais, Controle Territorial e Ambiental, Educação, Formação para Gestão Territorial e Ambiental e Direitos Indígenas; 5) coleta de dados e informações nas comunidades feito pelos Agentes Territoriais e Ambientais Indígenas (ATAIs); 6) reunião de pactuação sobre a elaboração do PGTA com os envolvidos desde o início; 7) validação do PGTA nas reuniões comunitárias da TI Manoá-Pium, Assembleia Regional dos tuxauas da Serra da Lua e Assembleia Geral dos tuxauas promovido pelo CIR; 8) publicação e entrega dos exemplares dos livros para as comunidades e parceiros.

Durante o processo foram recebidos possíveis implementadores do PGTA, como a prefeitura do Bonfim, representante do governo do estado de Roraima, FUNAI, Dsei/Leste-SESAI, Instituto Insikiran - Universidade federal de Roraima, Diocese de Roraima. Durante a elaboração do Plano de Gestão houve também a participação de outros indígenas de planos já elaborados, como por exemplo lideranças do PGTA da TI Jacamim e TI Serra da Moça.

Participaram da elaboração do PGTA as comunidades da Cachoeira do Sapo, Pium, São Joao, Cumaru, Manoá, Novo Paraiso e Alta Arraia, todas de forma participativa em uma rede intercomunitária, orientada pelas lideranças indígenas e pelo Conselho Indígena de Roraima, além de acadêmicos e assessoria de técnicos não indígenas experientes em elaboração de planos de gestão em outras terras indígenas no Brasil.

No mesmo período de elaboração do Plano de Gestão, o CIR, proponente e executor do projeto da Terra Indígena Manoá-Pium, liderou a elaboração de mais um trabalho que resultou na publicação de um livro: “Amazad Pana’adinhan – Percepções das comunidades indígenas sobre as Mudanças Climáticas”, considerada uma das primeiras publicações com a temática sobre mudanças climáticas na perspectiva indígena. Em decisão coletiva feita em assembleias regionais e assembleia geral em 2011, os três estudos de casos foram realizados nas três terras indígenas, Terra Indígena Malacacheta, Jacamim e Manoá-Pium.

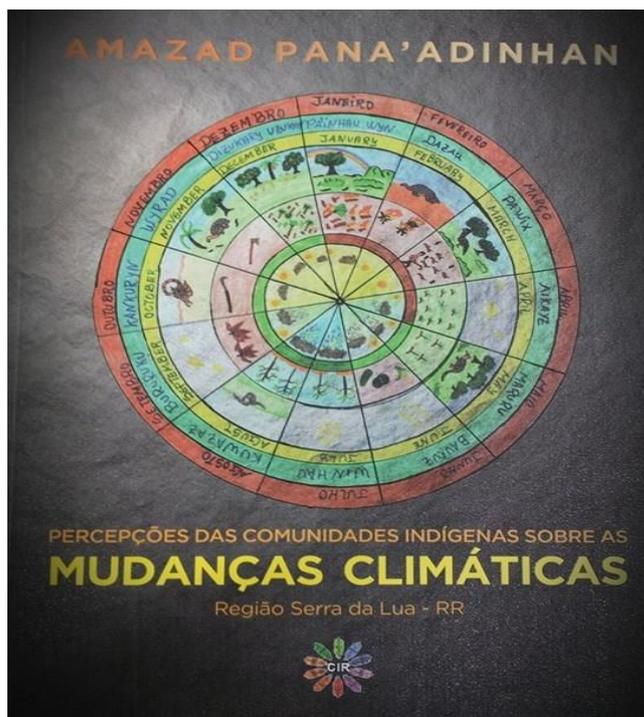


Foto 26. Primeira publicação de livro do CIR (2014)

Os autores fundamentais para concretização do livro foram os Agentes Territoriais e Ambientais Indígenas (ATAIs), indígenas indicados pelas comunidades para se formarem e se especializarem na temática de Gestão Territorial e Ambiental desde o conhecimento tradicional e conhecimento do não índio, foram eles que assumiram o compromisso de colocar em prática esses conhecimentos. Colocar em prática os planejamentos de atividades feitas em varias reuniões ou assembleias é a missão do CIR através do seu Departamento de Gestão Territorial e Ambiental, principalmente aqueles voltados a partir da necessidade e reivindicação das comunidades indígenas. Nos últimos anos este departamento tem atuado para formar formar os ATAI que, hoje, somam mais de 200 agentes indígenas em todo o Estado entre 9 povos indígenas, tendo homens e mulheres das 35 terras indígenas.

O acompanhamento técnico do CIR, através do seu técnico do Departamento e técnico indígena de Sistema Georreferenciamento (SIG), Genisvan André, do Conselho Indígena de Roraima e o geógrafo, Lucas Lima, colaborador do CIR nessas atividades possibilitou também identificar através de mapas os locais e pontos que necessariamente foram trabalhados. Na época da coordenação, o tuxaua da comunidade Malacacheta e coordenador regional da Serra da Lua, Simeão Messias, do povo indígena Macuxi, com

mais de vinte anos de liderança indígena na região, acompanhou as atividades e declarou:

“Fico muito feliz com o resultado do trabalho, pois é um trabalho de resgate dos conhecimentos tradicionais, das nossas origens onde nem eu mesmo sabia, e que com certeza servirá para os jovens, crianças que precisam reaprender e saber como está a nossa realidade hoje, na comunidade indígena e região”. (Simeão Messias/2017).



Foto 27 Entrega de um exemplar de livro para Coord. Simeão (Sineia,CIR/2017)

O Plano de Gestão Territorial e Ambiental da TI Manoá-Pium, teve resultados positivos para os povos e comunidades, unificando e consensualizando os usos dos recursos naturais e até possibilitando investir em outras iniciativas, como a temática sobre mudanças climáticas. E agora o desafio caminha para implementar o que foi escrito e publicado, de acordo com as demandas apresentadas no sentido de fortalecer o trabalho das comunidades indígenas.

2.3. Cuidando de nossa “Mãe” terra Manoá-Pium

Nos materiais produzidos durante a elaboração do PGTA Manoá-Pium, foi identificado como as comunidades fazem a gestão da terra indígena ou como cuidam do território de acordo com sua própria formação de relação intercomunitária. Segundo relatado as comunidades da Cachoeira do Sapo e Pium formam um grupo para fazer

limite territorial e fazer a vigilância; As comunidades São João e Cumaru formam o segundo grupo, com a tarefa de fazer limpeza e vigiar os limites da terra; E as comunidades Manoá, Novo Paraíso e Alta Arraia formam o terceiro grupo com as mesmas tarefas de fazer limpeza e vigilância da terra, visto que pela comunidade Alta Arraia já passa uma rodovia estadual asfaltada, causando sérias preocupações de invasões. A limpeza dos limites e vigilância é fundamental devido a vizinhança que a terra indígena faz com as fazendas Dois Irmãos, Vila São Francisco, Assentamento do Caju e Fazenda Bom Futuro.

Para melhor qualificar a gestão da terra indígena foi investido através da organização indígena a formação de indígenas na temática territorial e ambiental, onde no final os membros das comunidades ficaram chamados de Agentes Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, cuja atribuição é trabalhar na conscientização das comunidades, formação, monitoramento e capacidade técnica para orientar as comunidades no combate às práticas ilícitas que vinham sendo feitas por invasores e pelos próprios membros das comunidades. Segundo o Agente Territorial senhor Antônio Wapichana, da comunidade Novo Paraíso, “depois que recebemos a formação do CIR, podemos conversar mais sobre os nossos direitos dentro da terra indígena e levando as informações para autoridades competentes, como a FUNAI sobre invasões e retiradas de madeiras”.

Na próxima parte apresento um pouco das visões sobre a gestão do território que surgiram durante as discussões do PGTA.

2.3.1. Visões dos Homens

Durante uma das oficinas do PGTA, a partir de atividades de grupo, os participantes foram divididos por segmentos com o objetivo de trazer a visão de cada um: mulheres, homens e jovens. Por exemplo, os homens desenharam um mapa mostrando como imaginavam estar a terra indígena nos próximos 20 anos. No mapa foi possível identificar qual a visão de futuro dos homens sobre a convivência dentro da terra indígena. Eles puderam através de mapa colocar o sentimento de que para manter a terra com recursos naturais será importante a luta pelos direitos aos recursos naturais, valorização da cultura, mudanças estruturais nas comunidades que devem ser bem estudadas e que não venham prejudicar a vida de cada morador.

informações de que terá mais pessoas na terra indígena, mais uso dos recursos naturais. Elas destacaram que é importante fazer a preservação.

Já é possível mapear a situação de cada comunidade relacionado aos recursos naturais, segundo as mulheres, na comunidade da Cachoeira do Sapo, tem mais fartura do que nas demais comunidades. A preocupação também veio com maior intensidade em relação ao aumento populacional. No início da demarcação, a população da Terra Indígena Manoá-Pium, chegava a pouco menos de 600 pessoas, atualmente a população ultrapassa os 2741 indígenas. Observaram que na Terra Indígena é importante ter postos de vigilância para controlar a entrada de pessoas estranhas e não permitir a exploração ilegal de madeiras da Terra Indígena. As mulheres indígenas sempre cuidaram do território e eram elas as primeiras a enfrentar os invasores, pois estavam mais tempo nas comunidades. Por isso, além da visão, as mulheres tem o sentimento de guardar e proteger o território de modo a garantir a melhor forma de vida sem agredir a natureza. No mapa temos um retrato de como as mulheres estão preocupadas e como pretendem encarar as mudanças que estão ocorrendo diariamente.



Foto 29. Visão das mulheres sobre território (2014)

2.3.3. Visões dos jovens

Considerado como o segmento que cada vez está ganhando espaço no mundo dos Wapichanas e Macuxis, devido a forma de organização e decisão, a juventude na elaboração do PGTA apresentou suas visões, voltadas para a estrutura de locais com acesso a pavimentação igual de áreas urbanas. Segundo eles em 20 anos terá aumento populacional, acesso à tecnologia como internet, e seguiram a ideia de reservar uma área para não ser mexida e ser local para sobrevivência de todos os animais e seres no sentido de não acabar tudo que existe na Terra Indígena. Falaram da possível articulação para mobilização da comunidade, investir no trabalho de preservar, reflorestar, criação de animais da mata, além de criar um ponto de vigilância permanente para controle e proteção. O mapa apresentado é muito preocupante devido o aparecimento de pouca massa verde da mata, diferente da visão dos homens e mulheres, que além de falarem da preservação, incidaram o tamanho do espaço da natureza que precisa ser preservado.

Os jovens apresentaram muito a preocupação com a segurança alimentar pois tem caído muito o uso dos produtos de procedências de atividades feitas pelas próprias comunidades, dando mais valor para produtos industrializados. Segundo os jovens a tendência no futuro próximo é aumentar o consumo, mas é fundamental o incentivo de trabalhar a terra para garantir a saúde e alimentos saudáveis. Os jovens também não tinham espaço nas decisões no mundo do movimento indígena e dentro das comunidades, mas atualmente tem aumentado a participação e incidência política dentro do movimento indígena. O olhar da juventude também vai garantir a defesa do território.



Foto 30 Visão dos jovens sobre território (2014)

3. Estratégias de Implementação

3.1. Políticas Públicas é para sair do papel

“Nós aprendemos que tudo que é aprovado para o povo tem que ser atendido de forma igual sem excluir os parentes indígenas, para que verdadeiramente possamos viver bem e acreditar que nossas falas dão respostas para a nossa própria qualidade de vida em nosso território.(Tuxaua Jaci Barreto, Pium, 2013).

A trajetória de trabalho feita pelos povos indígenas da Terra Indígena Manoá-Pium tem-se alertado para não só colocar no papel as demandas, perspectivas e histórias, mas de fazer valer as reivindicações e o que foi organizado, para tirar do papel o que foi escrito. Em diferentes estudos foi importante registrar, mas chegou até certo limite em que as comunidades já iniciaram o desafio de também ter retorno do que foi planejado. E nesse direcionamento, a elaboração do PGTA deu abertura para debater, avaliar e propor estratégias de como deverá ser o diálogo de executar os planos de atividades.

Antes, tudo de benefícios que chegavam nas comunidades era através de projetos, de cima para baixo, sem consultas. Iniciava as atividades, havia o período de execução, de prestação de contas e avaliações e depois era concluído. Em seguida os proponentes informavam que acabava o período de financiamento para atividades e parava tudo. Praticamente o projeto em si não atende as necessidades das comunidades e povos indígenas pelo fato de ter prazo determinado, e o calendário dos povos é por tempo indeterminado. Mas a experiência de projetos foi a base para discussão ampliada desde a comunidade até a nível nacional. Antes se falava em projetos pontuais, e no ano de 2000 se falava em política, ação maior que atenda todas as comunidades indígenas sem distinção territorial e que possa ajudar na melhoria da qualidade de vida.

Muitas vezes se confundia políticas públicas com política partidária, por conta dos parlamentares quererem de forma paternalista oferecer serviço ou produto em troca de votos e usavam como propaganda acesso às políticas públicas. Havia muitas dificuldades, porém com a consolidação do atendimento à Educação e Saúde, ficou mais claro o que seriam as políticas públicas, não apenas como favores, mas sim como obrigação do estado brasileiro em fazer ações para o bem estar de toda a nação. Entendidas e traduzidas na língua materna o que são as políticas públicas, expandimos

as discussões sobre áreas específicas como territorial, ambiental, cultural, sustentabilidade e organizacional dos povos indígenas.

Para qualquer momento de discussão seja com o próprio governo e entidades da sociedade civil, os povos indígenas sempre apresentaram a necessidade de colocar em prática tudo que foi falado e escrito. Aconteceram muitas articulações e criação de comissões para poder buscar alternativas de como implementar os planos de gestão e a própria política nacional, através de pactuações com estado, municípios e cooperações internacionais. O desafio em tese é fazer com que a política pública se torne ação para sair do papel.

3.2. Plano Integrado de implementação da PNGATI

Nesta seção vou relatar o processo de construção de uma orientação para o governo no sentido de integrar as ações dos órgãos públicos que atuam diretamente com os povos indígenas. Na reunião do Comitê Gestor da PNGATI²⁶, espaço de governança do PNGATI, que tem a participação indígena e governo, decidiu-se por criar o “Plano Integrado de Implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas”, de acordo com ações e metas já definidas em atos administrativos ou planejamentos estratégicos de entidades não governamentais no sentido de integrar as ações para melhor avaliação e acompanhamento. O foco do plano é na implementação no período de 2016 a 2019, trazendo para o diálogo conjunto as entidades públicas ou não para o único trabalho de executar ações em prol da garantia da qualidade de vida dos povos e de seus territórios sem sobrepor atividades e participação indígena.

²⁶ Comitê Gestor da PNGATI, é uma instancia de governança constituída de representantes do governo e dos povos indígenas, tendo a FUNAI como secretaria executiva. Atualmente não há continuidade das reuniões.



Foto 31 Reunião do CG PNGATI, Funai/Brasília(2014)

O plano contém desafios em apresentar estratégias de financiamentos de acordo com as ações previstas, com articulação das unidades da federação, dos estados e participação também dos municípios, para melhor relação com os povos e atuação para atender as demandas das terras indígenas.

Em vários debates na mesa de diálogo com o governo, é notório de que o plano integrado vem para estabelecer de forma clara e objetiva as estratégias para implementação da política, principalmente com recursos públicos aprovados anualmente. Importante informar que para construção do plano foram criados momentos de diálogo com os povos indígenas, organizações da sociedade civil e representantes de governo, para melhor elaboração de uma minuta para apreciação na reunião do CG PNGATI.

Tratar sobre implementação tanto no contexto de ações integradas e aquelas já sendo executadas de forma individual contribui para o fortalecimento da agenda indígena em seu território para o enfrentamento de problemas que muitas vezes por consequências de demarcação de terras indígenas que deixou fora os recursos naturais ou terras indígenas que diariamente enfrentam a pressão das invasões. Alguns dos exemplos de projetos que deram certo nas terras indígenas foi a parceria do governo federal, cooperação internacional e povos, o conhecido projeto de proteção das terras indígenas da Amazônia legal, que operou no período entre 1996 a 2008, que considerou a participação tripartite na gestão e implementação das ações pactuadas.

Em todas as discussões internas dos povos indígenas, a afirmação é de que não adianta trabalhar projetos sem antes ter a terra regularizada, portanto, a experiência do PPTAL possibilitou a regularização de diversas terras indígenas, com apoio para

demarcação física, que depois permitiu a implementação através da agenda política nacional de gestão territorial, na elaboração dos planos de gestão.

Além da experiência de projeto de proteção territorial, outras iniciativas positivas foram realizadas tais como: 1) discussão e implementação dos Projeto demonstrativo dos povos indígenas, também em cooperação internacional com foco na cultura, economia indígena, proteção territorial e fortalecimento das organizações indígenas; 2) a carteira de projeto fome zero e desenvolvimento sustentável em comunidade indígenas, entre o ministério do meio ambiente e ministério de desenvolvimento social para atender especificamente a segurança alimentar e atividades que inclui a garantia dos povos no contexto de apoio ao acesso ao alimento saudável; 3) projeto catalisando a contribuição das terras para a conservação dos ecossistemas florestais brasileiros, conhecido com o nome de GATI, considerado a iniciativa fundamental para a criação da PNGATI, por abranger terras indígenas nacionais, não apenas na Amazônia, também resultado de cooperação internacional do fundo mundial para o meio ambiente (GEF – global environment facility), com trabalho em 32 terras indígenas.

Essas iniciativas foram importantes por contribuir na implementação das ações nas terras indígenas, contudo, em diversas avaliações juntamente com os representantes indígenas, governo e entidades da sociedade civil, viu-se o cenário de reconhecer os avanços, mas de reconhecer também que ainda são insuficientes frente as transformações sociais, econômicas e ambientais que afrontam os povos indígenas em seus territórios e em entornos.

A ideia de apresentar o Plano Integrado foi uma proposta prática que contribuiu para a identificação de resultados da implementação da PNGATI e tem sido bastante reconhecida em diversos espaços de discussões dos povos indígenas.

Nas próximas páginas deste trabalho irei propor formas próprias indígenas de monitorar indicadores que poderão ser usados para avaliação e identificar o nível de implementação do PGTA da TI Manoá-Pium. E claro, não basta só monitorar, a sugestão é também fazer capacitação para poder alimentar o sistema próprio indígena com dados e informações procedentes das comunidades que compõe a terra indígena Manoá-Pium.

Em linhas gerais para construção de uma base de instrumento para monitoramento, é considerado de suma importância e fundamental os seguintes elementos centrais, tais como:

- 1) flexibilidade para dialogar com a dinâmica de implementação;
- 2) a ênfase principal estão relacionados em metas prioritárias sejam estas quantitativas ou qualitativas;
- 3) considerar que a responsabilidade é compartilhada mas principalmente da administração pública;
- 4) a articulação com outros setores é fundamental dentro do contexto de qualificar a ideia de solução de problemas com distintas ferramentas e informações;
- 5) a garantia da participação do controle social de todos os envolvidos é fundamental.

A área de monitoramento de políticas públicas é dominado por saberes técnicos e burocráticos que são organizados a partir de uma lógica da gestão pública. Ciente disso comecei a desenvolver a ideia de propor a construção de um sistema próprio indígena, “a flechada”, com finalidade de contribuir no monitoramento das ações do PGTA através de indicadores de acordo com os diálogos realizados com os parentes das comunidades da TI Manoá-Pium, já contida na estrutura do PGTA elaborado e publicado. A seguir, no próximo capítulo apresentarei este modelo de monitoramento através de desenho e pretendo explicitar a forma própria indígena de monitorar com indicadores as ações identificados na análise da PGTA e nas rodas de conversas feitas junto com os parentes, para assim apontar a que nível cada um está direcionado.

3.3. Monitoramento das ações como estratégia para Implementar o PGTA Manoá-Pium

Já é hora dos povos indígenas serem proativos na condução de forma permanente de todas as iniciativas que beneficiaram seus territórios, porém é fundamental buscar mecanismos para saber o que está sendo executado e como os parentes estão avaliando, para não deixar só na mão dos setores do governo. Para isso é importante ter acompanhamento contínuo com envolvimento de todos. (EUCLIDES MACUXI, MARÇO.2019)

As análises realizadas de iniciativas de implementações da Política de Gestão, trouxeram um fator importante a ser aprimorado nesse desafio de colocar tudo no papel. Como perguntam os parentes indígenas, tudo escrito e agora qual será o retorno para

nós, na comunidade? Como observa Euclides nessa epígrafe é importante sermos proativos e termos nossos próprios mecanismos para saber o que está sendo executado em nossos territórios. Para começar a explicar o modelo que estou propondo nesse trabalho recorro a um exemplo prático no contexto da vida na comunidade, que é ação de um caçador ou um pescador curado através da puçanga que deve conhecer os pontos estratégicos das veredas na mata ou um local calmo por onde nadam os peixes ou os bichos, feito a espera, a probabilidade de flechar a caça ou fisgar com o caniço o melhor peixe é muito grande, sem erros. Nessa analogia, entendemos que assim como os indicadores são elementos importantes para o caçador acertar o seu algo é possível indicar a verificação das ações de gestão do território. Através do desenho tradicional da “flechada ao alvo” os parentes indígenas poderão verificar a situação de cada ação existente nos eixos principais, contendo as informações sistematizadas. No caso do PGTA da Terra Indígena Manoá-Pium, nos seus cinco anos de plano, a presente análise servirá para chamar atenção, incentivar e até reforçar a luta indígena em prol da proteção do território.

Entendo que ficar de “olho” ou monitorar os indicadores, que contêm números, estatísticas, histórias, listas das atividades e até as percepções sobre as informações coletadas por meio das pesquisas ou estudos, pode significar a relação dos povos indígenas com seu território e alertar sobre problemas que precisam de mais atenção para soluções. Para melhor compreensão, usarei cores nas flechas e no espaço do alvo atingido. Assim o modelo funciona da seguinte maneira:

Flecha e alvo da cor amarela, terá o nome de *Marupiara*, que significa ótimo caçador que acerta sempre será o campo da ação executada de forma positiva nas comunidades indígenas;

A flecha e alvo de cor vermelha terá o nome de “flechador bom”, não é como *Marupiara*, mas acerta bem suas caças, o que significa uma ação sendo executada de forma razoável dentro do prazo estipulado;

A flecha e alvo de cor azul terá o nome de “flechador ruim”, caçador que não é tão ágil quanto o primeiro nem o segundo, o que significa ação sendo executada de modo muito lento quase parando;

E a flecha e alvo de cor preta, terá o nome de *panema*, aquela situação em que, na nossa cultura, entendemos que o caçador não consegue nada quando está com *panema*, o que significa ação não sendo executada e sem condição de ser implementada e/ou precisa ser revista. Este é o modelo de indicadores.

O Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da Terra Indígena Manoá-Pium, é um documento construído de forma participativa pelas sete comunidades, contendo demandas e expectativas com visão de futuro estruturado em eixos de ações estratégicas aprovadas pelos participantes presentes de acordo com a realidade atual. E dentro dos eixos irei apresentar este modelo de indicadores de monitoramento para avaliação das ações em andamento. A seguir apresento, os eixos trabalhados para elaboração do PGTA, cito:

3.3.1. Manejo e Uso Sustentável dos Recursos Naturais

Durante a realização das oficinas de elaboração do plano, a consultoria indígena juntamente com os representantes das 07 comunidades, além dos convidados de órgãos de governo como FUNAI, ICMBIO, UFRR e entidades não governamentais como Diocese de Roraima, CIR, OPIRR, puderam se aprofundar nos conceitos, nas palavras técnicas para depois continuar nas discussões. Para os povos indígenas, o conhecimento e a prática tradicional é fundamental para orientar o uso dos recursos existentes na Terra Indígena. Assim como usufruir dos recursos conforme as regras da natureza, obedecendo os tempos em que tudo que for tirado será repostado no curto tempo obedecendo o ciclo sustentável. O sentimento indígena de cuidar da terra tem tudo a ver com o ritmo que oferece a natureza. Tudo que for tirado da mata, do rio, das serras tem que pedir autorização dos seus “donos” se não prejudica a vida de todos. Por isso, tudo que tem no território indígena são “recursos naturais”, desde o tucumã, paca, tucunaré, água e tudo que não foi transformado faz parte da natureza e são recursos naturais, grande fonte de vida e equilíbrio socioambiental.

Neste eixo conforme análise foram sistematizadas 28 ações que estão em andamento apresentados e já pactuados pelos participantes e parcerias conforme apresentado no PGTA. No sistema de monitoramento do indicador que estou propondo irei verificar a situação de cada ação para posterior deliberação dos povos das comunidades que vivem na TI Manoá-Pium.

3.3.2. Controle Territorial e Ambiental:

Tema da segunda oficina de elaboração do PGTA, buscou dialogar com os saberes e práticas indígenas desde a construção da roça, uso do fogo, fabricação de artesanatos, vigilância contra a entrada de invasores, como madeireiros, caçadores, pescadores, garimpeiros, fazendeiros, marreteiros, contrabandistas e políticos. E por outro lado, a tarefa do governo brasileiro de proteger a Terra Indígena, através de seus órgãos competentes como a Polícia Federal, Exército, FUNAI, IBAMA e Polícia Ambiental. Nos relatos dos parentes indígenas foi colocado muito a diminuição das caças e peixes devido à falta de controle na matança dos animais e o uso do timbó. Conforme discutido na oficina, não basta só tentar controlar, tem que saber fazer o uso dos recursos, se formar bem para melhor fazer as denúncias quando encontrar invasores e principalmente repor os animais através de criações e respeitar o período de reprodução dos peixes e animais, além de não usar o timbó. O controle do território é responsabilidade de todos para garantir o equilíbrio do meio ambiente e do clima.

Neste eixo, considerado complexo por envolver diretamente agentes públicos no que diz respeito a fiscalização, foi identificado conforme minha análise 24 ações a serem implementadas. Mesmo com várias ações em andamento, seja aquelas feitas pelos moradores das comunidades, como por exemplo criação de seguranças indígenas, mas há ações que precisam ser replanejadas no sentido de atingir o impacto positivo desejado para o Plano de Gestão da TI Manoá-Pium, conforme indicado na proposta de monitoramento através do indicador.

3.3.3. Educação, Formação para Gestão Territorial e Ambiental

Assunto da terceira oficina de elaboração do PGTA, educação em si trouxe reflexões sobre a educação indígena, desde a valorização da língua materna, danças, cantos e conhecimentos de como lidar com a natureza. Os povos indígenas, mantêm a cultura que desde criança a prioridade é educar do jeito indígena para poder sobreviver e está preparado para ter comportamento em que o seu próximo não seja excluído, um ensinamento que não se tira. Daí vem a formação que é para aprimorar os conhecimentos seja para resolver um problema, agilizar as atividades ou até mesmo

para ter conhecimento que satisfaça o atendimento das necessidades de trabalho. Vários exemplos de formação já chegaram nas comunidades, desde ser professor, Agentes Indígenas de Saúde, ATAIs, enfermeiros, etc. Mas vale considerar que monitorar as ações de como está a situação da educação e formação na atualidade, o que melhorou, parou e como buscar alternativas, é garantir a implementação do PGTA.

Neste eixo, foram feitas várias abordagens de experiências e práticas com formações e iniciativas que puderam ser fortalecidas como os serviços dos Agentes Territoriais e Ambientais. E no plano foram identificadas 16 ações com níveis distintos, mas que precisam de articulações e atenção no sentido de possibilitar a realização das atividades. O monitoramento através do indicador das ações que proponho será importante para melhor tomada de decisões pelas lideranças de cada comunidade nessa área.

3.3.4. Demandas das comunidades indígenas

Na realização de todas as oficinas de formação e levantamento de dados sobre a situação da Terra Indígena Manoá-Pium, os parentes focaram também em colocar no papel determinadas demandas. A ideia foi discutir e buscar a melhor forma de estar resolvendo os problemas, fortalecendo as ações positivas que existem nas comunidades e principalmente demonstrar a necessidade de incentivo para continuidade de realizar o que foi planejado.

Agora a preocupação é quem vai custear a implementação do PGTA, ou seja, fazer acontecer as ações para se tornarem realidade na prática, principalmente no prazo dos 20 anos propostos. O monitoramento no sistema “flechada”, tem tudo a ver com os significados das ferramentas da caça. O arco significa força e a flecha a direção a ser atingida, para isso é fundamental atenção de corpo e alma. Neste sentido, estes princípios de força, direção e atenção integral estão ligados diretamente com a cultura das comunidades indígenas envolvidas. Abaixo apresento o desenho e a aplicação modelo aos eixos do PGTA:

3.3.5. Proposição de monitoramento na prática

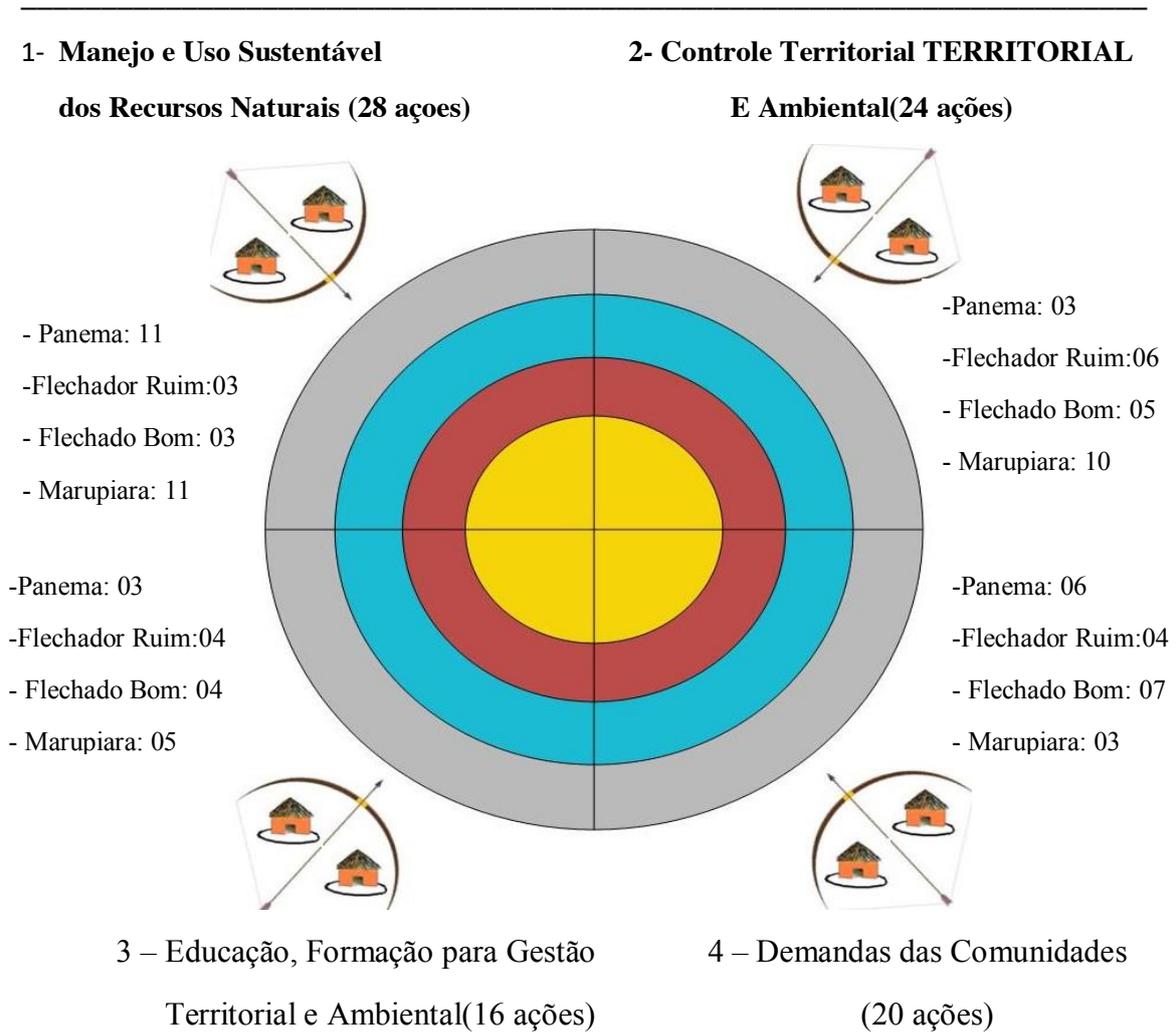


Figura 1 – Desenho da flechada indígena (2019)

➔ MARUPIARA
 ➔ FLECHADOR BOM
 ➔ FLECHADOR RUÍM
 ➔ PANEMA

- **LEGENDA (01):** Manejo e Uso Sustentável dos Recursos Naturais

➔ MARUPIARA	➔ FLECHADOR BOM
1- Limpeza da linha seca todo ano	1-Produção agrícola em roça comunitária:pimenta, macaxeira e banana. Os produtos são compartilhados na feira

	comunitária.
2- Acero de Roça	2-As vazantes, disponibilidade de água.
3- Vigilancia nos Limites da Terra Indígena	3- Programas sociais: Bolsa Família, Luz Para Todos, Minha Casa Minha Vida, PRONATEC
4- Projetos existentes de Bovinocultura, avicultura, piscicultura e roça dos catéquistas	
5- Trabalhos realizados pelos Atais	
6- Casa de farinha	
7- Todas as comunidades possuem um projeto coletivo e também individual com o gado	
8- Há também o projeto individual de criação de animais de pequeno porte	
9- As decisões são tomadas em conjunto por meio de assembleia e outras reuniões	
10- Teve trabalho de conscientização para o controle de caça	
11- Criação de animais para o manejo do solo (caiçaras)	
 FLECHADOR RUÍM	 PANEMA
1- Denúncias sobre a entrada de marreteiros e outros	1- Continuidade do Programa prevfogo
2- Roça comunitária	2- Elaboração de mapas
3- Participação direta dos ATAs como	3- Projetos existentes de Culinária,

apoio das lideranças	panificação e fabricação de doces
	4- Plantio de maniva no lavrado com terra preparada
	5- Horta escolar funcionando
	6- Plantio de árvores frutíferas na mata para atrair as caças
	7- Na piscicultura existe o projeto-piloto na comunidade do Manoá.
	8- Ampliação de tanques para criação de peixes
	9- Iniciativas de reflorestamento
	10- Apoio de parceiros como a Embrapa para agricultura
	11- Áreas de lavrado em terra firme

- **LEGENDA (02):** Controle Territorial e Ambiental

 MARUPIARA	 FLECHADOR BOM
1-Realização de Etnomapeamento de locais de preservação	1-Controle da entrada de marreteiros, garimpeiros, madeireiros
2-Calendarário ecologico da TI Manoá-Pium	2-Não vender madeiras para pessoas de fora
3-Vigilancia dos limites da TI Manoá-Pium	3-Manuseio do timbó
3.1. 4-Conscientização para evitar botar roça e não plantar e não tirar mais madeiras do que se vai usar	3.2. 4-Definir o tamanho das roças e fiscalizar inibindo o desmatamento

5-Fomação dos ATAIs	5-Respeitar a cultura da comunidade referente a religao
6-Estudos de casos sobre mudanças climaticas em Tis	
7-Assembleia local, regional e estadual	
8-Elaborar documentos de denuncias de invasão dentro da TI	
9-Mapeamento do plantio de acacia	
10-Retirar os fazendeiros de dentro da TI	
 FLECHADOR RUÍM	 PANEMA
1-Palestra e informações com os ATAIs	1-Seminario sobre meio ambiente
2-Oficinas tematicas com foco no controle territorial e ambiental	2-Filmagem e registro fotografico para sensibilização da comunidade sobre controle territorial e ambiental
3-Elaborar documentos e sensibilizar a comunidade sobre o consumo e entrada de bebida alcoolica	3-Indentificar os locais e sensibilizar a comunidade sobre o lixo
4-Documentar ações sobre estrada e asfalto	
5-Fiscalizar carros e motos refrente a entrada de drogas e contrabando	
6-Identificar os indivíduos que causam esses danos e buscar conscientizá-los sobre o lixo	

- **LEGENDA (03):** Educação, Formação para Gestão Territorial e Ambiental

 MARUPIARA	 FLECHADOR BOM
1- Escolas municipais de ensino básico	1- Professores formados em licenciatura intercultural
2- Professores indígenas formados em magisterio indígena (Tamikan)	2-Indígenas formados em cursos técnicos e profissionalizantes em Técnico de enfermagem, Agentes indígenas de saúde, Agentes indígenas de saneamento, Agentes indígenas de endemias,Brigadista,Psicultura,Informática,Suinocultura,Horticultura,avicultura e fruticultura
3- Seminários integrados entre escola e comunidade	3- Curso sobre língua Materna Wapichana e Macuxi
4- Resgate e valorização da cultura indígena (Danças, cantos...)	4- Quantidade de professores indígenas nas escolas municipais e estaduais
5- Fortalecimento e ampliação do conhecimento tradicional	
 FLECHADOR RUÍM	 PANEMA
1- Escolas de ensino fundamental e médio	1- Mais indígenas formados em brigadistas
2- Indígenas formados nos cursos superiores em pedagogia, administração, antropologia, medicina, gestão territorial indígena, direito...	2- Lideranças indígenas (tuxauas, coordenadores, conselheiros..) formados para melhor atuação frente à comunidade
3- Oficinas realizadas sobre pintura, corte costura, arte culinária, artesanato, mesa Brasil, projeto Paes, montagem e desmontagem de computadores, cerâmica,	3- Universidade indígena implantada

fiar algodao e tranças	
4- Atividades de formação com foco em reflorestamento	

- **LEGENDA (04):** Demandas das comunidades

 MARUPIARA	 FLECHADOR BOM
1- Ampliação da rede de energia e de água	1- Orientação sobre uso da água para consumo
2- Prevenção de doenças relacionado a saneamento básico	2- Realização de palestras sobre temas como: saúde da mulher, alcoolismo, prevenção de doenças.
3- Valorização da educação tradicional	3- Capacitação de mais profissionais na área de saúde
	4- Ter mais médicos, enfermeiros e demais profissionais de saúde nos polos e nos postos da TI
	5- Campanhas educativas sobre alcoolismo, lixo, queimadas, desmatamento, política partidária.
	6- poluição das fontes de água combatidas
	7- Controle das queimada
 FLECHADOR RUÍM	 PANEMA
1- Indígenas com acesso à internet	1- Estradas e asfaltamento até as comunidades, com instalação de quebra-molas e sinalização de trânsito

2- Construção de posto de saúde	2- Apoio dos órgãos fiscalizadores para impedir o acesso de invasores
3- Melhoria na estrutura das escolas e no transporte escolar	3- Construção de banheiros apropriados
4- Formação superior para os ATAs	4- Construção de aterro sanitario
	5- Recolhimento e descarte adequado de lixo
	6- Tecnicos escolares formados

A luta continua

Esta dissertação, intitulada de kazuwaytapkar Wizei na'ik amazad wizei Manoá-Mariwed ii:Maxaapainhau durutan pawazii aimeakan diri'ikiz traduzido em português em “Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Manoá-Pium: Estratégias para implementação”, tem como objetivo principal a proposição de um modelo de monitoramento das ações elencadas no PGTA que é inspirado nas práticas tradicionais dos Wapichana e dos Macuxi. Para alcançar os resultados planejados foram realizadas etapas importantes de diálogo com os parentes indígenas. Neste percurso procurei adotar maneiras e técnicas próprias para ter acesso às compreensões e percepções dos meus parentes sobre a realidade da nossa terra. Neste percurso metodológico também foi importante o diálogo com demais literaturas cujas abordagens e estudos tem elo com o assunto principal deste trabalho. De modo atento ao tempo das comunidades e as pessoas chaves para diálogo, foram realizadas três fases de estudos, correspondentes aos capítulos que compõem este importante trabalho histórico para os povos indígenas da terra indígena Manoá-Pium.

No primeiro capítulo apresentei a minha breve história de vida, desde a comunidade de origem Pium, comentei sobre o meu processo de formação em lugares distintos entre comunidade e cidades, experiências de trabalho no movimento indígena através da minha atuação no Conselho Indígena de Roraima e toda a história de conquistas em prol da defesa dos direitos dos povos indígenas, principalmente pela garantia territorial. O elo da minha história com este trabalho tem origem desde o início de debate, esclarecimentos, envolvimento dos parentes e principalmente a garantia da visibilidade a todo processo de luta para conquistar a Terra Indígena Manoá-Pium pelos povos indígenas que nela vivem. Praticamente sou o responsável pela elaboração do Plano de Gestão e agora com o desafio de fazer a sua implementação conforme os debates coletivos realizados e as expectativas apresentadas por todos os participantes que deram os passos nas etapas de construção.

No segundo capítulo busquei apresentei de forma resumida alguns conceitos ora com uso das falas de lideranças indígenas conectadas com abordagens de literaturas escritas sobre temas importantes ligados a territórios, políticas públicas, gestão territorial e ambiental, projetos, movimento e organização indígena, sustentabilidade, demarcação, leis e povos indígenas. Ainda neste capítulo, coube a mim, desafiar a

academia de colocar vivo o conhecimento indígena, fazendo a escrita e apresentando significados ora reservados e hoje por questão de não serem extintos estão sendo apresentados, porém não em sua totalidade. Mantive constante diálogo com os grandes líderes do movimento indígena, mesmo não sendo da Terra Indígena Manoá-Pium, mas de outros territórios espalhados pelo Brasil, que compartilham uma visão sempre na coletividade de ser conhecidos no mundo desconhecido.

O terceiro capítulo centrei no objetivo principal desta dissertação: a proposição de estratégias de monitoramento das ações com uso de indicadores, com sistema próprio indígena, “a flechada”, tendo como base de análise os principais eixos temáticos do PGTA-Manoá-Pium. Antes refiz um histórico de luta do movimento indígena conectando os diferentes estudos no qual resultou na demarcação da Terra Indígena, a criação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental e agora o desafio de implementar essa política e seus diferentes instrumentos de gestão elaborados pelos povos indígenas e parcerias, principalmente da terra indígena Manoá-Pium. Em contínuo elo com o plano de gestão elaborado foi realizada uma análise detalhada de todas as partes construídas, assim como os acessos aos dados, foram ouvidas mais parentes participantes do processo de elaboração e por fim foram selecionadas ações elencadas no PGTA da Terra Indígena Manoá-Pium. Neste caminho, foram vários momentos de reflexões, diálogos, leituras para poder fazer a tomada de decisão sobre a melhor forma de propor uma estratégia que valorize o conhecimento e sentimento indígena. E nesse desafio em vista da prática cultural dos povos Wapichana e Macuxi, estou propondo neste trabalho o instrumento próprio indígena, “a flechada”, um modelo baseado em uma figura dividida em quatro partes, em que cada cor tem um sentido. A cor amarelo, dei o nome de *marupiara* que significa alvo principal atingido com precisão; vermelho que significa a flechada boa atingindo a implementação positiva da ação; azul que significa flechada ruim mesmo com ação no plano, mas sua execução está lenta; e preto claro com nome de *panema* que significa flechada péssima e precisa muita atenção ou até mesmo exclusão da ação do PGTA.

Cada ação foi avaliada e recebeu uma cor-sentido, de acordo com os dados coletados que constam no PGTA Manoá-Pium e aqueles que foram coletados através de diálogos e visitas em loco atualmente nas sete comunidades que compoem à terra indígena Manoá-Pium. A demonstração feita com a prática indígena inovou a ideia de fortalecer o que já tem de técnicas na terra indígena, pois, muitas vezes se leva ideias

sistemáticas de fora que aumentam a desconfiança dos parentes indígenas e não tem continuidade para o uso pelos moradores. Os quatro arcos esticados com as quatro flechas, acompanhadas por dois desenhos de casas indígenas significa que flecha indica direção através da força fixada na corda e com apoio do arco se juntam as forças para atingir, com atenção e cuidado, o alvo principal.

Os diálogos com os parentes mais experientes, com os livros e demais estudos já realizados permitiu identificar os seguintes pontos que a meu ver não tem conclusão e sim continuidade de acordo com o plano de gestão: **I.** O uso da prática tradicional indígena para monitoramento das ações através de indicadores permitem uma visão clara de implementação do plano de gestão Manoá-Pium ao nível local. E permite fornecer e ter acesso às informações sobre as decisões dos políticos indígenas e não indígenas, dando a conhecer se as mesmas se encontram adequadas, se os resultados pretendidos foram alcançados e se a aplicação de certos programas e planejamentos teve os impactos alcançados; **II.** A importância da utilização deste instrumento indígena de monitoramento é inovador dentro do espaço dos sistemas de gráficos e participação coletiva. Apesar de ser usado atualmente mais como prática esportiva na tradição indígena, mas o seu papel e significado abrange as dimensões sociais, culturais, econômicas e institucionais relacionadas a gestão do território; **III)** Os resultados provenientes do monitoramento das ações através do uso dos indicadores transmitem a realidade e evolução dos variados parâmetros, se a implementação e seleção das ações forem bem efetuadas. Este processo é complicado e lento, mas só deste modo se consegue a transparência e participação na medição principalmente na diversidade de conhecimentos e práticas dos povos indígenas Wapichana e Macuxi da TI Manoá-Pium; **IV.** Existem várias abordagens para o monitoramento das ações com uso dos indicadores com foco na implementação. Para a obtenção de um conjunto de indicadores com foco no monitoramento das ações será necessário considerar a abordagem participativa e técnica; **V.** Em geral os estudos realizados sobre monitoramento das ações com uso dos indicadores para implementação de planos de gestão, específicos para territórios indígenas ainda são poucos. Mesmo começando a surgir várias iniciativas e outras já em andamento, os modelos e técnicas tem um caráter acadêmico, excluindo a situação e iniciativas de participação no nível local. Por este motivo, as contribuições da literatura não são muitas sobre o novo jeito de monitorar ações nos territórios indígenas com uso dos indicadores em sistema indígena.

Através da análise feita com ênfase no monitoramento, resultou em comparação ter visões das ações que já foram realizadas, considerando a implementação do PGTA Manoá-Pium. Mas existem ações que se encontram em níveis diferentes, necessitando mais atenção e até replanejamento. Mais concretamente, no PGTA Manoá-Pium, foram analisadas 88 ações colocadas para monitoramento através da flechada.

Tendo em consideração a análise realizada foi possível defender a proposição de monitoramento das ações através do uso de indicadores em um sistema indígena, onde se visualiza hoje informações para tomadas de decisões sobre os quatro níveis: **I.** Conjunto de ações que tiveram sucesso no alcance dos resultados com suas implementações; **II.** Conjunto de ações que não foram totalmente positivas devido vários fatores, principalmente apoios; **III.** Conjunto de ações mesmo no nível de alerta, precisam ser revistas ou replanejadas; **IV.** conjunto de ações que precisam urgentemente de atenção máxima e uma força tarefa para encontrar soluções concretas devido suas importâncias para o plano de gestão.

O PGTA elaborado e publicado define a política de sustentabilidade e gestão da Terra indígena Manoá-Pium de acordo com seus principais eixos de ação constituído de decisões e aprovações de forma coletiva em amplo debate. Para além disto, é neste plano de gestão que está a orientação para a melhor forma de aplicar as políticas públicas para os povos indígenas localmente em consonancia com a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental das Terra Indígenas. Nesse sentido, esta dissertação irá auxiliar a verificação através de monitoramento em sistema indígena de modo que as preocupações com Gestão Territorial e Ambiental estão advertidas em planejamento local. Num arremate final desta escrita, e respondendo a ideia principal desta dissertação, defendo que as ações devem ser consideradas permanentemente. O monitoramento de ações com uso de indicadores em sistema proprio indígena é fundamental para implementação do PGTA Manoá-Pium.

Com o grito de guerra de que a luta contínua, é importante ressaltar que o processo de monitoramento das ações ou até do território indígena não pode ser realizado num curto espaço de tempo e nem pode ser efetuado por uma só pessoa. Na verdade, o monitoramento é uma tarefa complexa e revela-se necessário considerar as várias dimensões (cultural, territorial, ambiental, social, econômica e institucional) para serem obtidos resultados concretos. Aqui não se tratou de escrever para apenas ser leitura e sim “fazer o papel falar” através das vozes, conhecimentos e práticas indígena.

Referências Bibliográficas

BAINES. Stephen G. Os índios Makuxi e Wapichana e suas relações com os estados nacionais na fronteira Brasil-Guiana: Serie Antropologia 338; 2003.

BARRETTO Fº, H. T. & CORREIA, C. S. 2009. Gestão Ambiental e/ou Territorial de/em Terras Indígenas: subsídios para a construção da Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas conforme a Portaria Interministerial nº 276/2008. Brasília: MMA.

BRASIL. Decreto 6.861 de 27 de maio de 2009. Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2009/Decreto/D6861.htm> Acesso do em 1/07/2019

BRASIL. Decreto No. 7.747, de 5 de junho de 2012. Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas –PNGATI, Brasília-DF, publicado no dia 6 de junho de 2012.

BRASIL. Decreto Legislativo no. 143, de 20 de junho de 2002. Aprova o texto da convenção no. 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre povos indígenas e tribais em países Independentes. Senado Federal em 20 de junho de 2002.

BRASIL, Constituição Federal (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Decreto. No. 1775, de 8 de janeiro de 1996. Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências. Brasília, 8 de janeiro de 1996; 175º. Da Independência e 108º. Da República.

BRASIL. Lei no. 6001, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Diário Oficial da União, Brasília-DF, publicado no dia 21 de dezembro de 1973.

BAVARESCO, Andréia; MENEZES, Marcela. Entendendo a PNGATI: Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas. Brasília: GIZ/projeto GATI/Funai, 2014.

CIDR. Índios de Roraima: Macuxi, Taurepang, Ingarikó, Wapixana. Coleção histórico antropológica Nº 1. Boa Vista: Editora Gráfica Coronário, 1987.

CIDR. Índios de Roraima: Macuxi, Taurepang, Ingarikó, Wapixana. Coleção histórico antropológica Nº 3. Boa Vista: Editora Gráfica Coronário, 1989.

CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA (CIR). 43ª assembleia geral dos povos indígena de Roraima, ATA,10 a 15 de março de 2014.

CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA (CIR). 48ª Assembleia Geral dos Povos Indígena de Roraima, ATA,10 a 15 de março de 2019.

CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA, Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Manoá -Pium: região Serra da Lua-Roraima: Organização Alessandro Roberto Oliveira, Sineia Bezerra do Vale, Reinaldo da Silva, Alexandre Apolinário Viriato, Laudiceia André de Souza Marcos Mota, Jessica Maria – Boa Vista: CIR.89.pg.2015.

Conselho Indígena de Roraima. Amazad Pana'adinhan : percepções das comunidades indígenas sobre as mudanças climáticas: região da Serra da Lua – RR / Conselho Indígena de Roraima; Organização Alessandro Roberto de Oliveira, Sineia Bezerra do Vale. – Boa Vista: CIR, 2014.

FARAGE,Nádia. As Muralhas do Sertão. Os povos indígenas no rio Brando e a colonização. Rio de Janeiro. Paz e Terra; ANPOCS, 1991.

FUNAI. Coordenação Geral de Gestão Ambiental. (Org.). Plano de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas: Orientações para Elaboração. – Brasília: Funai,2013. 20p.Ilust.

Gestão Territorial em Terras Indígenas no Brasil/ Cássio Noronha Inglez de Souza, Fábio Vaz Ribeiro de Almeida (Orgs). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Unesco,2015.268 p.— (Coleção educação para todos;v.39.Série vias saberes;n.6).

LITTLE, P.E. Gestão territorial em terras indígenas: definição de conceitos e proposta de diretrizes. Relatório para a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Acre. Rio Branco, 2006.

LIMA, Lucas Pereira das Neves Souza. - “ILHADOS” Estratégias e feições territoriais Wapichana na Terra Indígena Manoá-Pium. Universidade de Brasília. 2013.

MONGIANO, Aldo. Roraima entre a profecia e martirio: testemunho de uma igreja entre índios nas de Dom Aldo Mongiano, missionario da Consolata: Bispo de Roraima desde 1975 até 1996/Aldo Mongiano; tradução de Padre Bruno Schizzerotto. Boa Vista,RR: Diocese de Roraima,2011.

OLIVEIRA, A R. Aqui (ainda) não tem meio ambiente”: políticas indígenas do conhecimento na fronteira Brasil-Guiana. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), Universidade Federal de Goiás, Brasil.2017.

PROFESSORES INDÍGENAS DA REGIÃO DAS SERRAS- Terra Indígena Raposa Serra do Sol.Filhos de Makunaimî- Vida, História, Luta. Ou vai ou racha. A luta continua.Brasil.2004.

SILVA, Bazilio da; Silva, Nilzimara de Souza; Oliveira, Odamir de. [et al] Paradakary urudnaa: dicionário Wapichana/português, português/Wapichana / Bazilio da Silva, Nilzimara de Souza Silva, Odamir de Oliveira. – Boa Vista: EDUFRR, 2013. 262p.

SILVA, Orlando Sampaio e. Os Wapixána: uma situação de contato interétnico. In: Revista do Núcleo histórico socioambiental. Boa Vista, vol 1. nº 1 UFRR, 2007

SMITH, Maira; STIBICH, Graziela R. de; GRUPIONI, Luis Benzi. (Orgs). PNGATI: Plano Integrado de Implementação da política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas.Brasília: Projeto GATI/Funai,2016.80p.Ilust.

Fontes Orais

Diálogo com jovem Lazaro Alexandre, morador da comunidade Pium, regio Serra da Lua, TI Manoá-Pium/Roraima/Brasil. 20 de junho de 2019.

Diálogo com senhor Euclides Pereira, Macuxi, morador da comunidade São Miguel, TI Região Surumu, TI Raposa Serra do Sol/Roraima/Brasil. Março de 2019.

Diálogo com senhor Valdir Tobia, Macuxi, tuxaua e morador da comunidade Congresso, regio Baixo Botingo, TI Raposa Serra do Sol/Roraima/Brasil. 13 de março de 2019.

Diálogo com a senhora Isabel Wapichana, moradora da comunidade Alta Arraia, TI Alta Arraia/Roraima/Brasil. 17 de janeiro de 2019.

Diálogo com Sineia do Vale, Wapichana, coordenadora do departamento de Gestão Territorial e Ambiental do CIR, moradora da cidade de Boa Vista-RR. Março/2018.

Diálogo com senhor Antonio Farias, Macuxi, morador da comunidade Pium, TI Manoá-Pium.Roraima/Brasil. 19 de abril de 2018.

Diálogo com Alexandre Apolinario, estudante e morador da comunidade Boqueirão, TI Boqueirão. Roraima/Brasil. 12 de outubro de 2018.

Diálogo com senhor Terencio Macuxi, primeiro coordenador do CIR, morador da TI Raposa Serra do Sol- Roraima/Brasil. Março de 2014.

Diálogo com Senhor Agostinho Macuxi. Primeiro Conselheiro do CIR pela região do Baixo Cotingo, morador da comunidade Cararua, TI Raposa Serra do Sol. Roraima/Brasil. Agosto de 2014.

Diálogo com senhor Jaci Barreto. Morador da comunidade Pium, TI Manoá-Pium. Roraima-Brasil. 2013.

Diálogo com senhor Francisco Avelino, Chico Apurina. Membro do GTI Interministerial pela COIAB para criação da PNGATI, morador estado do Acre/Brasil. 2011.